



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PRESIDÊNCIA DE DIREITO PRIVADO

GRUPO DE APOIO AO DIREITO PRIVADO



## GAPRI INFORMA STJ STF CONSOLIDADO 2012

### Direito Privado 1

#### **STJ - Agravo contra antecipação de tutela ou medida liminar não pode ser retido**

O agravo interposto contra decisão que concede tutela antecipada ou impõe medida liminar não pode ser convertido em agravo retido. A decisão da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu o direito líquido e certo do Banco do Brasil (BB) a ter agravo processado e julgado pelo Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL). [RMS 31445- AL](#)

#### **STJ - Reclamação sobre cabelo em produto alimentício não é admitida**

A jurisprudência a ser confrontada como paradigma, nas reclamações contra decisões de turmas recursais da Justiça especial estadual, deve se limitar aos precedentes exarados em recursos repetitivos (artigo 543-C do Código de Processo Civil) ou súmulas do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A observação foi feita pelo ministro Raul Araújo, da Segunda Seção, ao negar seguimento a reclamação proposta pela Nestlé Brasil Ltda. [Rcl 5975-PR](#)

#### **STJ - Quarta Turma restabelece sentença que excluiu sócios de sociedade anônima familiar**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) restabeleceu sentença da Justiça fluminense que havia determinado a exclusão de dois sócios (pai e filho) da sociedade Continente Cine Organização S/A, bem como a apuração do ativo e passivo. A decisão foi unânime. [REsp 917531-RS](#)

#### **STJ - Disputa no mercado de produtos infantis volta ao TJRJ para correção de omissões**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou o retorno, para o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), do processo que trata de disputa comercial entre a MAM Babyartikel GmbH e a Babycare Comercial Importadora e Exportadora Ltda. O TJRJ terá que suprir omissões apontadas pela MAM em embargos de declaração. [REsp 1127905-RJ](#)

#### **STJ - Jornal não deve indenizar procurador por mera narrativa jornalística**

A empresa que edita o jornal A Gazeta, do Espírito Santo, não terá que indenizar um membro do Ministério Público capixaba por narrativa jornalística tida pelo autor como abusiva. A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou os segundos embargos de declaração movidos pelo membro do MP, mantendo a decisão que deu provimento a recurso do jornal contra acórdão do Tribunal de Justiça local (TJES). [EDcl nos EDcl no REsp 959330-ES](#)

#### **STJ - É cabível exceção de pré-executividade para discutir valor de astreinte**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) considerou possível o manejo de exceção de pré-executividade com objetivo de discutir matéria relativa ao valor da multa diária executada (astreinte). No caso analisado, o juízo de primeiro grau havia imposto multa diária de R\$ 50 mil em favor do comprador de um imóvel, por suposto descumprimento de acordo pelo vendedor. [REsp 1019455-MT](#)

#### **STJ - Suspensas todas as execuções trabalhistas contra a Varig**

As execuções trabalhistas em curso contra a VRG Linhas Aéreas S/A, antiga Varig, estão suspensas. A decisão é do presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Ari Pargendler, que concedeu à empresa controlada pelo Grupo Gol liminar em conflito de competência. A

decisão também estabelece que cabe ao juiz de direito da 1ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro decidir sobre medidas urgentes envolvendo a empresa em processo de recuperação judicial. [CC 120625-RJ](#)

**[STJ - Liminar assegura à consumidora uso do plano de saúde sem aumento por mudança de idade](#)**

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Ari Pargendler, concedeu liminar que garante a uma segurada da Unimed Campo Grande o uso do plano de saúde sem o reajuste de 99,24% na mensalidade, justificado pela mudança de faixa etária, até julgamento da medida cautelar no STJ. [MC 18815-MS](#)

**[STJ - Comunhão universal de bens não implica necessariamente em posse comum de imóvel](#)**

A comosse não é efeito lógico e necessário da sociedade conjugal e não comporta hipóteses em que o cônjuge não tem posse direta nem indireta embasada em título jurídico e nem exerce, de fato, atos possessórios. A decisão é da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em recurso em que duas mulheres pediam para compor o polo passivo de uma ação de reintegração de posse proposta contra seus maridos. Elas alegavam a comosse de imóveis rurais ameaçados de turbação. [REsp 978939-MT](#)

**[STJ - Falta de provas de posse anterior causa negativa de reintegração de área em Manaus](#)**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou recurso em que se pretendia a reintegração de posse de uma área em Manaus (AM). O autor afirmava ter a posse do imóvel há 24 anos, quando cerca de 600 pessoas invadiram o terreno. [REsp 1213518-AM](#)

**[STJ - É necessária a concordância do cedente para o ingresso do cessionário no contrato](#)**

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou a um ex-sócio da empresa que comercializou jazigos do Cemitério do Morumbi o direito a indenização por 67 títulos de jazigos perpétuos. A Terceira Turma confirmou decisão da Justiça de São Paulo, segundo a qual é necessário o consentimento expresso da Comunidade Religiosa João XXIII – associação que administra o cemitério – para validar a cessão dos títulos à empresa por antigos proprietários. [REsp 1190899-SP](#)

**[STJ - As batalhas judiciais após a perda do familiar](#)**

Ainda sob o efeito da dor de perder um parente, muitas famílias precisam enfrentar uma batalha judicial para dispor dos bens deixados pela pessoa falecida. Ao longo de 2011, a disputa por herança foi tema recorrente no Superior Tribunal de Justiça, principalmente na Terceira e Quarta Turma, especializadas em direito privado. [REsp 1064363-SP](#); [REsp 704637-RJ](#); [REsp 821660-DF](#); [REsp 1125510-RS](#); [REsp 1192027-MG](#) e [EDcl no REsp 1185122-RJ](#)

**[STJ - A prestação de alimentos aos filhos sob a ótica da jurisprudência do STJ](#)**

O dever dos pais de pagar pensão alimentícia aos filhos não é novidade na legislação brasileira. Mas a aplicação do Direito é dinâmica e constantemente chegam os tribunais questões sobre a obrigação da prestação de alimentos. Em 2011, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) enfrentou controvérsias ligadas ao tema – se avós devem pensão aos netos; se filho cursando pós-graduação tem direito à pensão; se a exoneração é automática com a maioridade; se alimentos *in natura* podem ser convertidos em pecúnia. [REsp 1198105-RJ](#); [REsp 1218510-SP](#); [REsp 1211314-SP](#); [REsp 958513-SP](#); [REsp 964866-SP](#); [EDcl no REsp 1087164-SP](#); [EDcl no REsp 1284177-DF](#) e [HC 208988-TO](#)

**[STF - Lei de PE que impõe prazo para plano de saúde autorizar exame é questionada](#)**

A União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (Unidas) ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4701), com pedido de medida cautelar, no Supremo Tribunal Federal (STF), contra a lei pernambucana que impôs às operadoras de planos de saúde que operam no estado prazo máximo para autorizarem ou não os exames solicitados pelos médicos. [ADI 4701](#)

**[STJ - Decisões do STJ asseguram a eficácia do sistema de penhora on line](#)**

A modelo de penhora *on line* nasceu em 2001 a partir de um convênio entre o Banco Central com o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Conselho da Justiça Federal (CJF) e logo se estendeu a outros órgãos do Poder Judiciário. Seu principal objetivo foi permitir a execução mais rápida das sentenças condenatórias e fazer com que o credor tivesse uma certeza maior da satisfação da dívida. [REsp 1017506-RS](#); [REsp 1184025-RS](#); [REsp 1112943-MA](#); [REsp 1229329-SP](#); [REsp 1182820-RJ](#); [REsp 1218988-RJ](#); [REsp 1240270-RS](#); [RMS 34443-CE](#) e [REsp 1273341-MG](#)

#### **STJ - Suposta neta não pode entrar com ação de reconhecimento contra avô se pai ainda vive**

Não pode a parte entrar com ação para ser reconhecida como neta se o pai ainda é vivo e já teve suas próprias ações de paternidade, em relação ao pretense avô, julgadas improcedentes. O entendimento foi dado pela maioria da Quarta Turma do STJ, que acompanhou o voto-vista do ministro Marco Buzzi, ao julgar recurso contra decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS). O relator original do processo, ministro Raul Araújo, e a ministra Isabel Gallotti ficaram vencidos. Foi a primeira vez que o STJ julgou um caso com essas peculiaridades. O pai da autora do recurso já havia tentado em outras quatro ocasiões ver reconhecida a paternidade do investigado em relação a si mesmo, mas suas ações foram julgadas improcedentes. Na primeira investigação, o teste de DNA ainda não estava disponível e os exames realizados não comprovaram a paternidade. Posteriormente, a Justiça se negou a reabrir o caso, sob o argumento de que a matéria era coisa julgada.

#### **STJ - Suspensas execuções contra grupo da Editora Três**

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Ari Pargendler, suspendeu as execuções contra a Três Comércio de Publicações Ltda., a Editora Três Ltda. e o Grupo de Comunicação Três S/A. As medidas urgentes serão concentradas na 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo (SP), que em 2007 aprovou plano de recuperação judicial apresentado pela assembléia geral de credores da empresa. CC 120775-SP; CC 120714- SP; CC 120713-SP; [CC 115249-SP](#) e CC 120761-RJ

#### **STJ - Ano forense começa quarta-feira com temas relevantes na agenda da Corte Especial**

Além de casos criminais e de improbidade de autoridades submetidas a foro especial, como procuradores, conselheiros de contas, desembargadores e governadores, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) deverá decidir matérias relevantes de direito, principalmente no julgamento de recursos repetitivos, ao longo de 2012. A abertura do ano forense está marcada para esta quarta-feira, 1º de fevereiro.

#### **STJ - Futebol, acidentes e imprensa estão na pauta da Segunda Seção em 2012**

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e suas Turmas deverão decidir em 2012 diversos casos que afetam diretamente o dia a dia das pessoas. Somados, os três órgãos responsáveis por matérias de direito privado julgaram em 2011 quase 120 mil processos. Confira alguns dos processos mais esperados no ano que se inicia.

#### **STJ - Mantida decisão que negou a Álvaro Lins indenização por matéria jornalística**

Álvaro Lins dos Santos, ex-diretor da Polícia Civil do Rio de Janeiro e ex-deputado estadual, não conseguiu reverter a decisão que lhe negou indenização por dano moral em razão de matéria jornalística publicada no jornal O Globo. A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que rever a questão já definida pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) implicaria reexame de fatos e provas, o que não é possível num recurso especial. [Ag 1205445-RJ](#)

#### **STJ - Banco de sangue não terá que indenizar casal por falta de notificação de exame positivo para HIV**

Um hemocentro do estado do Paraná foi liberado da obrigação de pagar indenização a um casal em razão da falta de notificação de exame positivo para o vírus HIV. A decisão é da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Na época dos fatos, não estava em vigor a resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária que obriga a notificação ao doador de sangue que é diagnosticado como portador do vírus da Aids.

### **STJ - Segunda Seção define possibilidade de condenação solidária da seguradora**

Em ação de reparação de danos movida contra o segurado, a seguradora denunciada à lide – e a ele litisconsorciada – pode ser condenada direta e solidariamente junto com seu cliente a pagar a indenização devida à vítima, nos limites contratados na apólice. O entendimento é da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao julgar recurso da Unibanco AIG Seguros S/A. REsp 925130-SP e [REsp 962230-RS](#)

### **STJ - Procon pode propor ação contra reajuste em plano de saúde privado**

O Procon do Distrito Federal tem legitimidade para propor ação civil pública contra reajuste de plano de saúde privado. A decisão, do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Antonio Carlos Ferreira, mantém processo contra a Amil Assistência Médica Internacional Ltda. por aumento superior a 25% na mensalidade dos associados. [REsp 512382-DF](#)

### **STJ - STJ mantém dissolução de joint venture da Caloi**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve a dissolução da empresa Gymbrands Equipamentos de Ginástica Ltda., associação entre a Caloi Fitness e a Kiko's, empresa brasileira também do segmento *fitness*. No entendimento do STJ, a dissolução é a medida que melhor harmoniza os interesses das empresas envolvidas no contrato. [REsp 1250596-SP](#)

### **STJ - Segunda Seção julgará reclamação sobre inscrições indevidas em cadastro de devedores**

A ministra Isabel Gallotti, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), admitiu reclamação contra decisão de turma recursal de juizado especial que afastou a legitimidade da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) para responder em ação de indenização por inscrição indevida de consumidor em cadastro de devedores. A decisão contraria jurisprudência do STJ consolidada no julgamento de recurso repetitivo. [Rcl 5039-RS](#)

### **STJ - É possível estender efeitos de falência a empresas sem vínculos societários diretos**

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) reafirmou a possibilidade de extensão dos efeitos da falência da Petroforte a empresas e pessoas físicas sem vínculos societários diretos. A Terceira Turma concluiu pela legalidade da decisão de primeiro grau, que se baseou na suspeita de realização de operações societárias para desvio de patrimônio da falida nos anos anteriores à quebra, inclusive com a constituição de sociedades empresariais conjuntas para esse fim. [REsp 1258751-SP](#); [REsp 1259018-SP](#); [REsp 1211823-SP](#); [REsp 1259020-SP](#) e [REsp 1266666-SP](#)

### **STJ - Se não há prejuízo efetivo, publicação de edital de leilão não precisa ser feita em diário da Justiça**

Apesar do dispositivo da antiga Lei de Falências, a falta de publicação do edital de leilão em veículo oficial não anula o pregão. A decisão da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) valoriza a instrumentalidade das formas e afasta a nulidade em razão da inexistência de prejuízo efetivo à massa falida. [REsp 1195855-PR](#)

### **STJ - Afastados honorários de mais de R\$ 20 milhões a advogado de devedor do Banco do Brasil**

Nos casos em que a sentença permite mais de uma interpretação, deve-se adotar a mais razoável e coerente com a causa. A conclusão é da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, ao dar parcial provimento a recurso especial do Banco do Brasil para afastar o pagamento de honorários de mais de R\$ 20 milhões ao advogado de um cliente – valor quase 14 vezes superior à dívida cobrada pelo banco na Justiça. [REsp 991780-RS](#)

### **STJ - Banco pagará dano moral coletivo por manter caixa preferencial em segundo andar de agência**

O Banco Itaú terá de pagar dano moral coletivo por manter caixa de atendimento preferencial somente no segundo andar de uma agência bancária em Cabo Frio (RJ), acessível apenas por escadaria de 23 degraus. A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve a

condenação de R\$ 50 mil porque considerou desarrazoado submeter a tal desgaste quem já possui dificuldade de locomoção. [REsp 1221756-RJ](#)

#### **STJ - Cartórios não têm legitimidade passiva para responder a ação por danos morais**

Os cartórios extrajudiciais não possuem legitimidade passiva para responder em ação de danos morais decorrentes da má prestação dos serviços cartoriais. A decisão é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar recurso especial do Rio de Janeiro. [REsp 1177372-RJ](#)

#### **STJ - Decisão de assembleia geral sobre remuneração de administradores não configura fraude à execução**

A deliberação da assembleia geral que fixa valores de remuneração global aos sócios administradores não se enquadra nas hipóteses de fraude à execução, porque não representa alienação de bens. Para a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), se a decisão prejudica credores ou viola a Lei das Sociedades Anônimas, os credores devem buscar seus direitos por ação própria, não na execução. [Ag 1379709-SC](#)

#### **STJ - Prazo de prescrição em caso de acidente aéreo é de cinco anos**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo de prescrição para indenização por danos decorrentes de acidentes aéreos é de cinco anos. Para os ministros, vale a regra do Código de Defesa do Consumidor (CDC), por ser mais bem ajustada à ordem constitucional. [REsp 1281090-SP](#)

#### **STJ - STJ admite reclamação contra decisão que impunha obrigações de cumprimento impossível**

A ministra Isabel Gallotti admitiu o processamento de reclamação proposta por uma revendedora de carros contra acórdão proferido pela Terceira Turma do Conselho Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Rio de Janeiro. Segundo a empresa, a decisão contraria a jurisprudência do STJ, pois manteve condenação cujas determinações são impossíveis de cumprir. [Rcl 6587-RJ](#)

#### **STF - STF decide pela constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa**

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) concluíram nesta quinta-feira (16) a análise conjunta das Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADCs 29 e 30) e da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4578) que tratam da Lei Complementar 135/2010, a Lei da Ficha Limpa. Por maioria de votos, prevaleceu o entendimento em favor da constitucionalidade da lei, que poderá ser aplicada nas eleições deste ano, alcançando atos e fatos ocorridos antes de sua vigência.

#### **STJ - Se juiz dispensou perícia solicitada e tribunal entendeu faltar prova, processo deve ser devolvido**

A falta de reiteração do pedido de perícia nas contrarrazões da apelação não impede que o tribunal avalie a questão, se, apesar de suscitada, a produção de prova foi dispensada pelo juiz que julgou a favor do apelado. Para o Superior Tribunal de Justiça (STJ), caberia à segunda instância analisar o erro de procedimento do magistrado. [AREsp 2372-PE](#); [AgRg no AREsp 2372-PE](#)

#### **STJ - Plano de saúde não pode fixar limite de despesa hospitalar**

É abusiva cláusula que limita despesa com internação hospitalar, segundo decisão da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Para os ministros, não pode haver limite monetário de cobertura para as despesas hospitalares, da mesma forma que não pode haver limite de tempo de internação. [REsp 735750-SP](#)

#### **STJ - Ex-esposa pode sacar sem caução R\$ 8 milhões em indenização devida ao ex-marido**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) assegurou a uma mulher o direito de sacar, sem prestação de caução, metade da indenização paga ao ex-marido em processo de dissolução de sociedade comercial. O ex-marido integrava o quadro societário durante o casamento em regime de comunhão parcial de bens. [REsp 1283796-RJ](#)

**[STJ - Ira! receberá R\\$ 10 mil da Folha por uso da imagem em encartes de CD promocional](#)**

O grupo de rock Ira! não conseguiu aumentar o valor da condenação imposta à Empresa Folha da Manhã S/A por uso indevido da imagem da banda. A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) confirmou a decisão da Justiça paulista. [REsp 1230144-SP](#) e [EDcl no REsp 1230144-SP](#)

**[STJ - Segunda Seção julgará reclamação sobre multa cominatória em ação de exibição de documentos](#)**

A ministra Isabel Gallotti, da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), admitiu reclamação proposta por um banco contra acórdão do Colégio Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado de São Paulo, que manteve sentença que determinou a apresentação dos extratos bancários de uma cliente, sob pena de multa. [Rcl 7571-SP](#)

**[STJ - Empresa que usa produto como insumo e não é vulnerável não pode ser tratada como consumidora](#)**

O uso de produtos e serviços adquiridos como insumo por empresa que não é vulnerável impede a aplicação do conceito de consumidor em seu favor. A decisão é da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em caso envolvendo fornecimento de gás a empresa fabricante. [REsp 932557-SP](#)

**[STJ - Início de liquidação ordinária não suspende execução de dívidas contra empresa](#)**

Na hipótese de liquidação ordinária prevista pela Lei das Sociedades Anônimas, os credores de dívidas vencidas e exigíveis podem ajuizar ação de execução de seus créditos, pois não são obrigados a aguardar o procedimento de liquidação para receber o que lhes é devido. A conclusão é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em recurso no qual NN Viagens e Turismo S/A (nova denominação da Varig Travel S/A) solicitava a extinção de execução porque estava em processo de liquidação extrajudicial. [REsp 1082580-SP](#)

**[STJ - Exame de DNA negativo não basta para anular registro de nascimento](#)**

Para obter êxito em ação negatória de paternidade é necessário comprovar a inexistência de vínculo genético e, além disso, de vínculo social e afetivo. Com esse entendimento, a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou recurso especial interposto por homem que, após mais de 30 anos, pretendia anular os registros de nascimento das duas filhas, nos quais consta o seu nome.

**[STJ - Conhecido o recurso especial, STJ pode analisar argumento não abordado na decisão de segundo grau](#)**

Um fundamento de defesa alegado nas instâncias ordinárias e não abordado em decisão de segundo grau pode ser examinado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) após o conhecimento do recurso especial. A decisão é da Segunda Seção, por maioria de votos, no julgamento de embargos de divergência, recurso que aponta contradição entre decisões da Corte. [EResp 595742-SC](#)

**[STJ - Cláusulas abusivas, uma armadilha nos contratos](#)**

O contrato é a maneira segura de formalizar um acordo. É bom para quem oferece o serviço e para quem o contrata, pois constitui prova física que pode ser utilizada judicialmente. Nele estão descritas as obrigações de cada um e os procedimentos a serem adotados em certas situações. Mas nem tudo é perfeito. Em alguns contratos existem cláusulas que acabam dando muita dor de cabeça ao contratante. [REsp 334829-DF](#); [REsp 416298-SP](#); [EResp 141491-SC](#); [REsp 1093501-MS](#); [REsp 267758-MG](#) e [EResp 378863-SP](#).

**[STJ - Sócio ferido por segurança de clube não consegue restabelecer indenização de R\\$ 1,7 milhão](#)**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou recurso especial interposto por um homem atingido por dois tiros disparados pelo segurança de um clube, do qual era sócio. Ferida no rosto e em uma das pernas, a vítima pretendia receber do clube indenização de quase R\$ 1,7 milhão pelos danos morais e materiais sofridos. [REsp 827010-SP](#)

### **[STJ - Segunda Seção discute se seguro de saúde em grupo pode ser rescindido por causa de idade avançada](#)**

Um pedido de vista da ministra Isabel Gallotti suspendeu o julgamento, pela Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), de questão referente à possibilidade de rescisão de contrato de seguro de saúde em decorrência da alta sinistralidade do grupo, caracterizada pela idade avançada de seus componentes (maiores de 60 anos). O relator do processo é o ministro Luis Felipe Salomão. **REsp 1106557-SP (em andamento)**

### **[STF – Reclamação da Air France discute indenização à família de vítima](#)**

A Sociéte Air France apresentou Reclamação (**RCL 13362**) ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra decisão da 11ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ) que, julgando apelação, elevou o valor da indenização por danos morais a ser paga pela companhia aos pais e avós da psicóloga Luciana Seba, uma das vítimas do acidente ocorrido com o voo 447 (Rio – Paris), em 31 de maio de 2009.

### **[STF – STF entende não ser obrigatório convênio entre OAB-SP e Defensoria Pública paulista](#)**

A Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPE-SP) não está obrigada a celebrar convênio com a seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP) visando à prestação de assistência judiciária. Essa foi a decisão majoritária do Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) na análise de mérito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4163, ajuizada pela Procuradoria-Geral da República.

### **[STJ - Abril terá de pagar R\\$ 500 mil por ofensa a ex-presidente Fernando Collor](#)**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) condenou a Editora Abril ao pagamento de R\$ 500 mil por danos morais ao senador e ex-presidente Fernando Collor. O motivo foi um artigo que ofendia o ex-presidente, veiculado numa das revistas de maior circulação do país, a Veja. Além da editora, foram condenados Roberto Civita, presidente do conselho de administração e diretor editorial, e André Petry, autor do artigo em que o ex-presidente foi tachado de “corrupto desvairado”. **REsp 1068824-RJ** e **REsp 1120971-RJ**

### **[STJ - Consumidores não conseguem indenização por larvas em bombom vencido](#)**

Consumidores do Paraná (PR) não conseguiram reverter decisão que lhes negou indenização por dano moral em razão de consumo de bombons vencidos, que continham ovos e larvas de inseto em seu interior. A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por maioria, afastou a indenização por entender que cabe ao consumidor observar o prazo de validade do produto antes de consumi-lo. A relatora, ministra Nancy Andrighi, e o ministro Paulo de Tarso Sanseverino ficaram vencidos. **REsp 1252307-PR**

### **[STJ - Juros moratórios em caso de responsabilidade extracontratual fluem a partir do evento danoso](#)**

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) aplicou o entendimento, já consolidado na Súmula 54, de que os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual, ao julgar reclamação oferecida contra ato da Primeira Turma Julgadora Recursal dos Juizados Especiais Cíveis de Goiânia (GO). **Rcl 6111-GO**

### **[STJ - Ex-senadora Heloisa Helena não consegue indenização por matérias publicadas por colunistas](#)**

A empresa Folha da Manhã S/A e as colunistas Mônica Bérghamo e Bárbara Gancia não terão que indenizar a ex-senadora Heloisa Helena por matérias que diziam que ela mantinha relação amorosa com o então senador Luiz Estevão. A decisão é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). **REsp 1235637-DF**

### **[STJ - Renovação de penhora on-line exige prova de mudança na situação econômica do devedor](#)**

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) considera que, uma vez aceito o pedido de penhora *on-line* e caso tal medida não obtenha êxito, o novo pedido deve vir acompanhado com a devida justificativa, demonstrando eventual alteração econômica no patrimônio do devedor. Com base nesse entendimento, a Terceira Turma, em decisão unânime, negou

recurso especial interposto por uma fundação contra decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP). [REsp 1284587-SP](#)

**[STJ - Disney receberá de estúdio brasileiro valor depositado por engano para pagamento de dublagem](#)**

Uma empresa do Rio de Janeiro que fez dublagem para a Disney terá que devolver valor depositado a maior como pagamento do serviço. Esse foi o entendimento da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). De acordo com o ministro relator, Luis Felipe Salomão, as decisões de instâncias ordinárias estão devidamente fundamentadas por provas e devem ser mantidas. Os sócios do estúdio que se beneficiaram do erro e negaram que o equívoco existiu terão de devolver a diferença. Seus bens continuarão bloqueados. [REsp 980461-RJ](#) e [REsp 980820-RJ](#)

**[STJ - Jogadora compulsiva deve continuar prestando caução para receber pensão alimentícia](#)**

Consumidora do Rio Grande do Sul que alega ter adquirido compulsão para o jogo, após ingestão de medicamento, deve continuar prestando caução em favor da empresa fabricante do remédio, a qual lhe paga pensão mensal determinada por liminar. A conclusão é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao lembrar que a obrigação alimentar é irrepitível (não deve ser devolvida). [REsp 1252812-RS](#)

**[STJ - Empresa de transporte público não deve indenizar passageiro assaltado no interior do coletivo](#)**

A empresa concessionária de transporte público não responde objetivamente pelos danos morais e materiais decorrentes de assalto a passageiro no interior do coletivo. O entendimento é da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar procedente reclamação da Viação Vila Rica Ltda. contra decisão da Quarta Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Rio de Janeiro (RJ). [Rcl 4518-RJ](#)

**[STJ - Notificação extrajudicial pode ser feita por cartório de comarca diversa do domicílio do devedor](#)**

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu que é válida a notificação extrajudicial realizada por Cartório de Registro de Títulos e Documentos de comarca diversa do domicílio do devedor. A decisão se deu no julgamento de recurso especial do Banco Finasa S/A. [REsp 1283834-BA](#)

**[STJ - Curador especial para menores é desnecessário em ação de destituição de pátrio poder movida pelo MP](#)**

Quando a ação de destituição de pátrio poder é movida pelo Ministério Público, não há a necessidade de nomeação de curador especial para agir em favor do menor. Nesse caso, o próprio agente ministerial faz o papel de autor e fiscal da lei. Essa foi a decisão da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao julgar recurso especial interposto pela Curadoria Especial da Defensoria Pública do Rio de Janeiro.

**[STJ - Menor que recebia cobranças de conta telefônica não consegue indenização por dano moral](#)**

É impossível reconhecer dano moral na situação da pessoa que apenas recebeu cobranças que deveriam ter sido dirigidas a um homônimo, e que não foi, por isso, exposta a nenhum constrangimento. A decisão é da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que negou recurso de uma menor contra empresa de telefonia.

**[STJ - Começa discussão que pode alterar jurisprudência sobre a titularidade para receber astreintes](#)**

Quem tem o direito de executar os montantes cobrados a título de astreintes, a multa imposta para forçar o cumprimento de uma obrigação determinada judicialmente: o estado ou o credor? A questão começou a ser tratada pela Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em dois processos. O relator de ambos, ministro Luis Felipe Salomão, propôs mudança na jurisprudência sobre o tema. Ele defende a divisão da multa entre o ente estatal e o credor. O julgamento foi interrompido por pedido de vista do ministro Marco Buzzi. [REsp 949509-RS](#) e [REsp 1006473-PR \(em andamento\)](#)



**STJ - Quarta Turma reafirma direito de trabalhador a manter cobertura de saúde após desligamento**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) dispensou a Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (Cassi) de continuar mantendo um ex-empregado no mesmo plano de saúde ao qual estava vinculado quando em serviço. No entanto, a Turma reconheceu que os trabalhadores demitidos sem justa causa ou exonerados têm direito a manter a cobertura assistencial de que gozavam durante o contrato de trabalho, desde que assumam o pagamento integral da contribuição. [REsp 925313-DF](#)

**STF - STF julga inconstitucional atuação da OAB no lugar da defensoria pública em SC**

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou procedentes as Ações Diretas de Inconstitucionalidades (ADIs) [3892](#) e [4270](#) para declarar a inconstitucionalidade de normas do Estado de Santa Catarina que dispõem sobre a defensoria dativa e a assistência judiciária gratuita. Atualmente, o estado não possui defensoria pública e a população hipossuficiente recebe prestação jurídica gratuita por meio de advogados dativos indicados pela seccional catarinense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SC).

**STJ - Inversão do ônus da prova na apelação exige nova oportunidade à parte**

A inversão do ônus da prova é regra de instrução, devendo a decisão judicial que a determina ser proferida preferencialmente na fase de saneamento do processo ou, pelo menos, assegurando-se à parte a quem não incumbia inicialmente o encargo a reabertura de oportunidade. Com esse entendimento, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) deu provimento a recurso de Spaipa S/A Indústria Brasileira de Bebidas. [REsp 422778-SP](#)

**STJ - Mantida condenação por danos morais a advogado que mentiu para o cliente**

Um advogado do Paraná foi condenado a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais aos herdeiros de um cliente, porque mentiu sobre o fato de ter sido contratado por ele cerca de 20 anos antes, até mesmo perante o Tribunal de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O entendimento de primeira e de segunda instância foi mantido no Superior Tribunal de Justiça (STJ), onde a Terceira Turma negou provimento ao recurso do advogado. [REsp 1228104-PR](#)

**STJ - Ex-deputado federal receberá indenização por perfil sarcástico publicado na revista Veja**

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou recurso do ex-deputado federal Wigberto Tartuce e manteve a condenação da Editora Abril ao pagamento de indenização no valor de R\$ 5 mil. A indenização por dano moral se refere a matéria veiculada em 1998 na revista Veja, intitulada "O Ratinho parlamentar". [REsp 685933-DF](#)

**STJ - Hospital deve pagar R\$ 15 mil a paciente que teve três exames de HIV com falso resultado positivo**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) condenou o Hospital São Lucas, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, ao pagamento de R\$ 15 mil por danos morais a uma paciente. Os ministros reconheceram a responsabilidade do hospital por ter emitido em nome da paciente três exames sucessivos com resultado positivo para HIV – que não era portadora do vírus, como ficou provado mais tarde por outro exame. [REsp 1291576-RS](#)

**STJ - Pagamento regular de alimentos afasta prisão por dívida anterior pendente**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) revogou decreto de prisão contra um homem que deve R\$ 28 mil em alimentos. O habeas corpus foi concedido em razão do regular desconto, em folha de pagamento, dos valores relativos à pensão alimentícia. Nessa situação, os ministros consideraram que a prisão não só era desnecessária, como poderia prejudicar o beneficiário.

**STJ - Globo consegue reduzir indenização por pegadinha no Domingão do Faustão**

A TV Globo conseguiu reduzir o valor da indenização que terá de pagar a um técnico em eletrônica do Rio de Janeiro que apareceu no quadro *Pegadinha do Consumidor*, do programa *Domingão do Faustão*, em 2001. A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

reconheceu o dano moral contra o profissional, principalmente porque o programa não utilizou recursos para distorcer a voz ou ocultar a imagem do técnico. A Turma, no entanto, reduziu o valor da indenização de R\$ 100 mil para R\$ 30 mil. [REsp 794586-RJ](#)

#### **STJ - Aplicação da sucumbência recíproca em fase de execução de sentença não viola a coisa julgada**

A Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar recurso interposto pela Rio Grande Energia S/A, aplicou o entendimento da Corte no sentido de que a mera determinação de compensação dos honorários de sucumbência na fase de execução de sentença não traduz ofensa à coisa julgada, por ser questão puramente instrumental, ligada às atribuições do juiz. A Rio Grande Energia S/A recorreu de decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que entendeu que aplicar a sucumbência recíproca, em fase de execução, seria violar a coisa julgada. [REsp 1282008-RS](#)

#### **STJ - Ministra admite reclamação por constatar divergência jurisprudencial**

A ministra Isabel Gallotti, do Superior Tribunal de Justiça, admitiu reclamação com pedido de liminar contra acórdão da Justiça especial estadual por constatar divergência entre a decisão proferida e o entendimento consolidado em súmula do STJ. Segundo alega o reclamante, a decisão tomada pelo Terceiro Colégio Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da comarca de São Paulo diverge da orientação definida na Súmula 362/STJ, a qual estabelece que “a correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento”. O colégio recursal considerou que a data da citação é que deveria ser o termo inicial de incidência da correção monetária. [Rcl 4455-SP](#)

#### **STJ - Carência não pode ser invocada para eximir seguradora do tratamento de doença grave**

Não é possível à seguradora invocar prazo de carência contratual para restringir o custeio de procedimentos de emergência, relativos a tratamento de tumor cerebral que acomete o beneficiário do seguro. O entendimento é da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao acolher o recurso de um segurado, representado por sua mãe, contra a Sul América Companhia de Seguro Saúde. [REsp 962980-SP](#)

#### **STJ - Julgador não pode ignorar falta de curador para réu revel mesmo convicto do mérito da ação**

Ainda que tenha convicção formada sobre o mérito da ação, o julgador não pode desconsiderar eventual irregularidade do processo de citação, mesmo se alegada após o julgamento, em embargos de declaração. A decisão é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). [REsp 1280855-SP](#)

#### **STJ - Admitida reclamação sobre início dos juros de mora em indenização por dano moral**

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) admitiu o processamento de reclamação contra decisão proferida pela Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Distrito Federal, por considerar existente a divergência entre o entendimento expresso na Súmula 54 do Tribunal e o acórdão contestado. [Rcl 4004-DF](#)

#### **STJ - Jornal e colunista devem indenizar governador da Paraíba por matéria considerada ofensiva**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve decisão que condenou o colunista Severino Marcos de Miranda Tavares e a Editora Jornal da Paraíba Ltda. a pagar R\$ 5 mil, a título de compensação por danos morais, a Ricardo Vieira Coutinho, atual governador da Paraíba. [REsp 1001923-PB](#)

#### **STJ - Prazo de decadência conta do efetivo cumprimento da medida cautelar**

O prazo de decadência de 30 dias previsto no artigo 806 do Código de Processo Civil (CPC), para a proposição da ação principal, conta a partir do efetivo cumprimento da medida cautelar concedida e não da mera comunicação à outra parte. A decisão foi dada de forma unânime pela Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em recurso impetrado por uma empresa de alimentos contra julgado do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC). [REsp 869712-SC](#)

### **STJ - Correção monetária pelo IGP-M deve considerar índices de deflação**

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que, quando a sentença determina a aplicação do IGP-M para cálculo de correção monetária do valor devido, devem ser considerados eventuais índices de deflação que venham a ser verificados ao longo do período a ser corrigido. Com essa decisão, o STJ unifica os entendimentos até então divergentes no âmbito de suas Turmas e Seções. [REsp 1265580-RS](#)

### **STJ - Grupo de fundadores perde a batalha pelo comando da TFP**

Os fundadores da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), um dos mais famosos símbolos do pensamento conservador do país, perderam a batalha judicial pelo comando da entidade – do qual já estavam afastados desde 2003. Nesta terça-feira (27), a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) confirmou decisão da Justiça de São Paulo que havia reconhecido o direito de voto nas assembleias da TFP aos sócios não fundadores, fato que permitiu a uma ala dissidente tomar o controle da entidade após uma série de disputas internas. [REsp 650373-SP](#)

### **STJ - Intimação da Defensoria Pública só se concretiza com envio dos autos**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que, a despeito da presença do defensor público na audiência de instrução e julgamento, a intimação da Defensoria Pública somente se concretiza com a entrega dos autos com vista, em homenagem ao princípio constitucional da ampla defesa.

### **STJ - Quarta Turma não reconhece proteção do direito de família à situação de concubina**

É possível, no mundo dos fatos, a coexistência de relações com vínculo afetivo e duradouro, e até com objetivo de constituir família, mas a legislação ainda não confere ao concubinato proteção jurídica no âmbito do direito de família. A observação foi feita pelo ministro Luis Felipe Salomão, da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao votar dando provimento a recurso especial da esposa para restabelecer sentença que negou à concubina o reconhecimento de união estável, para efeito de receber pensão.

### **STJ - Consolidação da propriedade de imóvel pelo credor da dívida lhe dá posse automática do bem**

Em caso de inadimplência na aquisição de imóvel, em que momento deve ocorrer a reintegração do credor na posse do bem? Pode ser antes dos leilões previstos na Lei 9.514/97, que trata do Sistema Financeiro de Habitação? A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que, nas hipóteses de inadimplemento, o direito do credor fiduciário decorre automaticamente da consolidação de sua propriedade sobre o bem. [REsp 1155716-DF](#)

### **STJ - Editora deverá pagar R\$ 50 mil pelo uso não autorizado de foto em notícia**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) que condenou a Editora Globo a pagar indenização pelo uso não autorizado de imagem em matéria jornalística. A editora publicou uma fotografia, bem como o nome e a opção sexual, de um homem que estaria em companhia de jovem agredido e morto por razões homofóbicas. O homem foi ouvido como testemunha do crime, praticado em 2000, na praça da República, em São Paulo. [REsp 1235926-SP](#)

### **STJ - Médica e Unimed devem pagar a paciente indenização por erro cometido em cirurgia**

Operadoras de plano de saúde respondem solidariamente com médicos no pagamento de indenização às vítimas de erros ocorridos em procedimentos médicos. O entendimento, já manifestado em diversos julgamentos do Superior Tribunal de Justiça (STJ), foi reafirmado pela Quarta Turma ao dar provimento a recurso especial para reconhecer a responsabilidade da Unimed Porto Alegre Cooperativa de Trabalho Médico e aumentar de R\$ 6 mil para R\$ 15 mil o valor da indenização por danos morais para cliente que teve vários problemas após cirurgia de retirada de cistos no ovário. [REsp 866371-RS](#)

### **STJ - É cabível exigir prestação de contas do cônjuge que geriu os bens comuns após a separação**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu a obrigação do cônjuge que conserva a posse dos bens do casal de prestar contas ao outro no período entre a dissolução da sociedade conjugal e a partilha. A decisão baseou-se em entendimento do relator, ministro Villas Bôas Cueva.

#### **STJ - Liminar suspende processos que discutem compensação de honorários nos juizados especiais do RS**

Estão suspensos todos os processos em tramitação nas turmas recursais dos juizados especiais cíveis do Rio Grande do Sul que discutem a possibilidade de compensação de honorários sucumbenciais quando uma das partes for beneficiária da Justiça gratuita. [Rcl 8210-RS](#); [Rcl 8206-RS](#); [Rcl 8212-RS](#); [Rcl 8218-RS](#); [Rcl 8220-RS](#); [Rcl 8209-RS](#); [Rcl 8213-RS](#); [Rcl 8208-RS](#) e [Rcl 8219-RS](#)

#### **STJ - Vício redibitório e CDC, os vários caminhos para desfazer um mau negócio**

Muitas pessoas já depararam com a seguinte situação: adquiriram um bem por meio de contrato, por exemplo, um contrato de compra e venda, e depois de algum tempo descobriram que o objeto desse contrato possuía defeito ou vício – oculto no momento da compra – que o tornou impróprio para uso ou diminuiu-lhe o valor. Casos de vícios em imóveis ou em automóveis são bastante recorrentes. [REsp 991317-MG](#); [REsp 1123004-DF](#); [REsp 1171635-MT](#); [AgRg no Resp 1171635-MT](#); [REsp 1014547-DF](#) e [REsp 738071-SC](#).

#### **STJ - Corte Especial julgará repetitivo sobre intimação pessoal do devedor em cumprimento de sentença**

Diferente do que foi divulgado em matéria publicada no Portal do STJ nesta segunda-feira (9), será a Corte Especial e não a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que julgará repetitivo sobre intimação pessoal do devedor em cumprimento de sentença. O recurso foi interposto por Carvalho Hosken S/A Engenharia e Construções. Devido à multiplicidade de recursos a respeito do tema, o ministro Luis Felipe Salomão, relator, resolveu submeter o julgamento à Corte Especial como recurso representativo de controvérsia. [REsp 1262933-RJ](#) (em andamento)

#### **STJ - Menor recolhida em abrigo para adoção deve ser devolvida à mãe biológica**

Uma menina que foi levada a um abrigo para adoção deve ser devolvida à genitora. A decisão é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que determinou a busca e apreensão da menor. Segundo o processo, a menina havia sido entregue pela mãe a um casal, para adoção informal – a chamada “adoção à brasileira”. A pedido do Ministério Público estadual, a Justiça deu ordem de busca e apreensão da menor, para que ela fosse recolhida a um abrigo e colocada à adoção de acordo com os procedimentos legais.

#### **STJ - Competência exclusiva do juízo responsável pela recuperação de empresa pode superar prazo de 180 dias**

A força atrativa do juízo responsável pelo processo de recuperação judicial de empresa supera o prazo de 180 dias previsto no artigo 6º da Lei de Falências (Lei 11.101/05) e, portanto, as ações que envolvam patrimônio da empresa em recuperação são de responsabilidade desse órgão julgador. A decisão é da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em recurso movido pelo Ministério Público Federal (MPF) contra decisão do próprio STJ em conflito de competência relatado pelo ministro Luis Felipe Salomão. [CC 116594-GO](#); [AgRg na CC 116594-GO](#); [EDcl no AgRg na CC 116594-GO](#).

#### **STJ - Curador não pode reter renda do curatelado por conta própria a título de remuneração**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve decisão que obriga um curador a ressarcir mais de R\$ 400 mil, devidamente corrigidos, ao pai. Ele reteve o valor como remuneração pelo trabalho de administrar o patrimônio do pai, diagnosticado com embriaguez patológica crônica. O filho era curador do pai, interditado.

#### **STJ - Portal de internet consegue indenização por sofrer restrições em cobertura esportiva**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve decisão que reconheceu os prejuízos sofridos pelo portal de internet Universo On Line S.A em suas atividades na cobertura

dos Jogos Panamericanos Rio 2007, razão pela qual deverá ser indenizado. O UOL ingressou com ação de obrigação de fazer contra o Comitê Organizador dos Jogos Panamericanos, com o objetivo de preservar o direito à cobertura de imprensa, sob a alegação de que o regulamento criado pelo comitê estaria a impor severas restrições ao seu livre exercício. [REsp 1287974-RJ](#)

#### **STJ - Noivo da vítima não tem legitimidade para pedir indenização por morte**

O noivo da vítima não pode pleitear judicialmente indenização pela morte da futura esposa. A decisão, da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), negou legitimidade ativa para o noivo, alheio ao núcleo familiar da vítima, em vista do risco de pulverização da indenização e em analogia à ordem de vocação hereditária. [REsp 1076160-AM](#)

#### **STJ - Incorporador responde solidariamente por danos em construção defeituosa**

O incorporador, como impulsionador do empreendimento imobiliário em condomínio, atrai para si a responsabilidade pelos danos que possam resultar da inexecução ou da má execução do contrato de incorporação, incluindo-se aí os danos advindos de construção defeituosa. A decisão é da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que rejeitou recurso de um incorporador contra o condomínio de um edifício de Brasília. [REsp 884367-DF](#)

#### **STJ - Juiz e tribunal estadual não podem invalidar, incidentalmente, registro vigente perante o INPI**

Ao apreciar pedido de antecipação de tutela, nem o juiz nem o tribunal estadual podem negar proteção a uma marca, patente ou desenho registrados no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), com base apenas em alegação de invalidade de registro, não declarada pela Justiça Federal. [REsp 1132449-PR](#)

#### **STJ - Seção decidirá sobre indenização para empregado forçado a contratar advogado em ação trabalhista**

É cabível indenização para ex-empregado que precisou contratar advogado para mover ação trabalhista e ter seu direito reconhecido? A questão será discutida pela Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no Recurso Especial 1.087.153, afetado pela Quarta Turma. O relator, ministro Luis Felipe Salomão, considera que a questão é de competência da Justiça trabalhista, não podendo ser discutida no STJ. [REsp 1087153-MG \(em andamento\)](#)

#### **STJ - Primeira Turma revê posição sobre comprovação de tempestividade de recursos**

A Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) anulou na quinta-feira (19) decisão tomada na sessão do último dia 12 e manteve a jurisprudência segundo a qual a tempestividade do recurso tem de ser demonstrada no momento de sua interposição. Essa exigência inclui a apresentação de comprovantes de feriados, quando eles alterarem o vencimento do prazo recursal. [AqRg no Ag 1368507-SP](#)

#### **STJ - Taxa de desarquivamento de autos no TJSP é inconstitucional**

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) considerou inconstitucional o artigo 1º da Portaria 6.431/03, do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), que instituiu a taxa de desarquivamento de autos findos. A decisão, por maioria de votos, deu-se na análise de uma arguição de inconstitucionalidade em recurso movido pela Associação dos Advogados de São Paulo (AASP) contra a fazenda estadual. [AI no RMS 31170-SP](#)

#### **STF – Gestantes de anencéfalos têm direito de interromper gravidez**

Por maioria de votos, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou procedente o pedido contido na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 54, ajuizada na Corte pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS), para declarar a inconstitucionalidade de interpretação segundo a qual a interrupção da gravidez de feto anencéfalo é conduta tipificada nos artigos 124, 126 e 128, incisos I e II, todos do Código Penal. Ficaram vencidos os ministros Ricardo Lewandowski e Cezar Peluso, que julgaram a ADPF improcedente. Votos: [Ministro Marco Aurélio](#); [Ministros Rosa Weber e Joaquim Barbosa](#); [Ministro Luiz Fux](#); [Ministra Cármen Lúcia](#); [Ministro Ricardo Lewandowski](#); [Ministro Ayres Britto](#); [Ministro Gilmar Mendes](#); [Ministro Celso de Mello](#) e [Ministro Cezar Peluso](#).

**STJ - Terceira Turma reconhece aplicação de usucapião tabular em imóvel com bloqueio de matrícula**

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou que a Justiça paulista prossiga na análise de uma ação de usucapião tabular movida por compradores de um imóvel que teve a matrícula bloqueada há mais de 12 anos. [REsp 1133451-SP](#)

**STJ - Faculdade que omitiu falta de reconhecimento do MEC terá de indenizar formado**

Após passar no exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), um ex-aluno já formado foi impedido de obter a inscrição definitiva da profissão. A faculdade em que se formou não tinha o reconhecimento do Ministério da Educação (MEC) para o curso de direito, mas não informou isso aos alunos. [REsp 1121275-SP](#)

**STJ - Mantida impenhorabilidade de bem de família em usufruto da mãe do devedor**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu a impenhorabilidade de bem de família não habitado pelo devedor, mas por sua mãe em usufruto vitalício. A decisão nega pretensão do Banco do Brasil S/A, que afirmava a penhorabilidade do bem porque o devedor não dependia de seu aluguel. [REsp 950663-SC](#)

**STJ - Negado recurso do PT contra suposta campanha difamatória na revista Veja**

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou pedido do Partido dos Trabalhadores (PT) para que fosse admitido recurso em que reivindica indenização da Editora Abril por suposta “campanha difamatória” veiculada na revista *Veja*. O partido recorria, pela quarta vez, contra decisões que consideraram o conteúdo divulgado na revista protegido pela liberdade de informação e de expressão. [Ag 1340505-SP](#) e [AgRg no Ag 1340505-SP](#)

**STJ - Liminar pode determinar troca de embalagem de produto para evitar concorrência desleal**

O sabonete Francis Protection terá que mudar de embalagem em 90 dias, para não ser confundido com o Protex. A decisão da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu a possibilidade de a tutela antecipada garantir o *trade dress* detido pela Colgate Palmolive. [REsp 1306690-SP](#)

**STJ - Afastada negligência de clínica processada por paciente que perdeu a perna**

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve decisão que não reconheceu negligência em tratamento oferecido ao paciente de uma clínica ortopédica de João Pessoa (PB), que acabou perdendo a perna esquerda. Segundo o paciente, a perda da perna decorreu da demora no socorro médico, e a culpa seria da clínica, que por duas vezes o encaminhou para atendimento em outros estabelecimentos. A Quarta Turma do STJ negou o recurso em que ele pedia indenização por danos materiais, morais e estéticos contra a clínica. [REsp 947723-PR](#)

**STJ - Afastada prisão de devedor de alimentos que voltou a pagar depois da revisão de valores**

Um pai que, depois de permanecer inadimplente, passou a pagar as parcelas de pensão alimentícia devidas ao filho quando os valores foram revisados, ficará em liberdade. A decisão é da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

**STJ - Sócios não conseguem anular falência de empresa decidida antes de exceção de incompetência**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou recurso dos sócios de uma empresa do Paraná que pretendiam ver anulada a decretação de falência. Eles apresentaram exceção de incompetência do juízo estadual para analisar o caso, mas o juiz acabou decretando a quebra antes de julgar a questão incidental. Para os ministros da Terceira Turma, o caso tem peculiaridades que afastam a necessidade de suspensão do processo principal durante a análise da exceção. [REsp 1162469-PR](#)

**STJ - Supermercado terá que pagar 1/30 de casa a consumidora que perdeu chance de ser sorteada**

Uma rede de supermercados terá que pagar o equivalente a 1/30 de casa que foi sorteada para os clientes, por ter frustrado a chance de uma consumidora ser a vencedora. Para a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a loja descumpriu o contrato gratuito

estabelecido e causou dano material à cliente. [Ag 1196957-DF](#); [AgRg no Ag 1196957-DF](#); [EDcl no AgRg no Ag 1196957-DF](#)

**STJ - Impenhorabilidade de bem de família é indisponível e prevalece sobre garantia contratual**

A impenhorabilidade do bem de família protege a entidade familiar e não o devedor. Por isso, é indisponível e irrenunciável, não podendo tal bem ser dado em garantia de dívida exceto conforme previsto expressamente na lei. A decisão é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). [REsp 1115265-RS](#)

**STJ - Supermercado deve indenizar herdeiros de consumidora morta em assalto iniciado no seu estacionamento**

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por maioria, manteve decisão que condenou a rede de Supermercados Paes Mendonça S/A a indenizar os três filhos de uma cliente, vítima de assalto no estacionamento do estabelecimento em São Paulo e que acabou morrendo na presença da filha de seis anos ao reagir a uma tentativa de estupro. [EResp 419059-SP](#)

**STJ - Usuário ofendido em rede social não receberá indenização do Google por danos morais**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reafirmou jurisprudência, segundo a qual, provedor de internet não tem o dever de indenizar usuário prejudicado pela veiculação de conteúdo ofensivo na rede. Não há dano moral atribuído ao provedor no momento em que uma mensagem ofensiva é postada na rede. Entretanto, ele tem o dever de retirar tal conteúdo do seu ambiente virtual, fazendo cessar a ofensa. [REsp 1306066-MT](#) e [REsp 1175675-RS](#)

**STJ - Terceira Turma obriga pai a indenizar filha em R\$ 200 mil por abandono afetivo**

“Amar é faculdade, cuidar é dever.” Com essa frase, da ministra Nancy Andrighi, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) asseverou ser possível exigir indenização por dano moral decorrente de abandono afetivo pelos pais. A decisão é inédita. Em 2005, a Quarta Turma do STJ, que também analisa o tema, havia rejeitado a possibilidade de ocorrência de dano moral por abandono afetivo. [REsp 1159242-SP](#)

**STJ - Ford não consegue afastar indenização por acidente provocado por defeito de fabricação**

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou recurso da Ford para afastar decisão que a condenou a indenizar motorista que sofreu acidente provocado por defeito de fabricação. Baseada no voto do relator, ministro Paulo de Tarso Sanseverino, a Terceira Turma entendeu que não houve a limitação de provas alegada pela defesa. [REsp 1168775-RS](#)

**STJ - Intimação pessoal é necessária se causa é anterior à mudança no regime de cumprimento de sentença**

Quando um processo é retirado do cartório por advogado ainda não intimado para cumprimento de obrigação de fazer, isso não significa que o prazo para execução foi iniciado. Isso é válido, contudo, para aqueles sentenciados antes de junho de 2006, quando passou a vigor alteração no regime de cumprimento de sentença, dada pela Lei 11.232/05. Esse foi o entendimento da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar recurso especial envolvendo o extinto Banco do Estado do Paraná (Banestado). [REsp 1121457-PR](#) e [EAq 857758-RS](#) e [EDcl nos EAq 857758-RS](#)

**STJ - Nova lei do agravo não dispensa cópias obrigatórias em recurso interposto antes de sua vigência**

Ao recurso interposto sob a vigência da lei anterior não se aplica a alteração legislativa que transformou o agravo de instrumento em agravo nos próprios autos. A nova regra só vale para os agravos interpostos após a vigência da Lei 12.322/10, o que se deu em dezembro de 2010. [Ag 1391012-RJ](#)

**STJ - Não é possível multa diária para obrigar o réu em ação de prestação de contas**

É incabível, em ação de prestação de contas, a aplicação de multa diária contra o réu que deixa de apresentar os documentos. Para a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça

(STJ), a lei prevê sanção específica ao réu que, obrigado pelo juiz, deixa de prestar contas: a impossibilidade de contestar as que forem apresentadas pelo autor. [REsp 1092593-PR](#)

**[STJ - Corte não homologa sentença estrangeira sobre guarda de filho de alemão e brasileira](#)**

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) não homologou a sentença estrangeira proferida pela Secretaria Municipal do Menor, em Munique, na Alemanha, que ratificou acordo extrajudicial sobre guarda compartilhada de menor, filho de pai alemão e mãe brasileira.

**[STJ - Gastos com educação de filha morta em acidente não são indenizáveis](#)**

Os pais de uma dentista pós-graduada morta em acidente de trânsito não conseguiram indenização pelas despesas que tiveram em sua formação. Eles pretendiam que o motorista do veículo ressarcisse os gastos que tiveram com o estudo e moradia da filha enquanto estudante. A decisão é da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). [REsp 955809-RO](#)

**[STJ - Publicado acórdão que reconheceu dano moral por abandono afetivo](#)**

Foi publicado no Diário da Justiça eletrônico de quinta-feira (10) o acórdão do julgamento do recurso especial que reconheceu, pela primeira vez no Superior Tribunal de Justiça (STJ), a ocorrência de dano moral em razão de abandono afetivo. A relatora é a ministra Nancy Andrighi, da Terceira Turma. [REsp 1159242-SP](#)

**[STJ - Sucessora de empresa cindida pode ser incluída em ação indenizatória proposta antes da cisão](#)**

Empresa que incorpora o patrimônio de sociedade cindida que tinha contra si, no momento da cisão, ação fundamentada em dispositivos do Código de Defesa do Consumidor (CDC), pode ser incluída no polo passivo da ação, respondendo solidariamente pelas obrigações impostas. Assim entendeu a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em julgamento de recurso especial. [REsp 1294960-RJ](#)

**[STJ - Cautelar garante efeito suspensivo a recurso não interposto e determina devolução de criança à mãe](#)**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou a devolução imediata de criança de seis anos para a mãe. O filho morava com ela desde o nascimento, mas uma liminar concedida pelo Tribunal de Justiça do Piauí (TJPI), em plantão judicial, determinou a inversão imediata da guarda, mesmo após três negativas do juiz da causa, que aguarda resultado de estudo psicossocial em andamento no domicílio do menor, em Brasília.

**[STJ - Justiça do Rio deve rejulgar processo sobre dano à imagem de guerrilheiro em filme de Bruno Barreto](#)**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) anulou acórdão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) e determinou que novo julgamento seja proferido, com a devida fundamentação, em processo no qual se discute ofensa à honra de pessoa que teria sido retratada de forma deturpada no filme "O Que é Isso, Companheiro?", do diretor Bruno Barreto. [REsp 750698-RJ](#)

**[STJ - Ator não possui direitos autorais, mas apenas direitos conexos](#)**

A atriz Alzira Alves não teve reconhecidos direitos autorais referentes à veiculação do filme "Limite" em fitas de videocassete. Para a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o ator de filme possui apenas direitos conexos aos autorais, não podendo pleitear retribuição patrimonial pela exploração posterior da obra. [REsp 1046603-RJ](#)

**[STJ - Direito de exigir prestação de contas do mandatário transmite-se aos herdeiros do mandante](#)**

Os herdeiros do mandante podem exigir prestação de contas do mandatário constituído pelo falecido. A tese, firmada pela Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), define que o dever de prestar contas subsiste após a morte do mandante. O relator, ministro Paulo de Tarso Sanseverino, atendeu a recurso dos herdeiros, que questionavam decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). [REsp 1122589-MG](#)



**[STJ - Contrato que previa doação de rede de telefonia pelo consumidor à concessionária não é abusivo](#)**

Consumidores do serviço de Planta Comunitária de Telefonia (PCT) cuja regulação não previa restituição dos valores investidos para instalação da rede não têm direito à compensação pela infraestrutura fornecida. A decisão é da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). **[REsp 1190242-RS](#)**

**[STJ - Shell pagará indenização a posto de combustíveis por ceder contrato à Agip via ato societário simulado](#)**

A Shell Brasil S/A terá que pagar indenização convencional por ter cedido contratos relativos à operação de posto de combustíveis à Agip Distribuidora S/A. A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve decisão que reconheceu a ocorrência de negócio simulado na criação, por cisão da Shell, da empresa Lesh S/A, depois incorporada à Agip. **[REsp 1187195-TO](#)**

**[STJ - Companhia de trens terá de pagar indenização por dano estético a usuário](#)**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) deu decisão favorável ao recurso interposto por um usuário da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e condenou a empresa a pagar indenização por danos estéticos, além do valor já estabelecido por danos morais. **[REsp 812506-SP](#)**

**[STJ - Empresa é condenada a pagar despesas com funeral e sepultura](#)**

A empresa MRS Logística S/A deve pagar as despesas com funeral e sepultura de homem que foi atropelado por uma composição férrea pertencente à empresa. A decisão é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A empresa deve pagar as despesas, limitadas ao mínimo previsto na legislação previdenciária. **[REsp 1128637-RJ](#)**

**[STJ - Jornalista e portal de internet ficam isentos de pagar indenização a ex-redator-chefe de Veja](#)**

O jornalista Luis Nassif e o portal IG ficaram livres de pagar indenização por danos morais ao também jornalista e escritor Mario Sabino, ex-redator-chefe da revista *Veja*. A ministra Isabel Gallotti, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), negou pedido de Sabino para que fosse analisado seu recurso contra decisão da Justiça paulista que não reconheceu os alegados danos morais. **[AREsp 100409-SP](#)**

**[STJ - Dispensada caução para pescadores levantarem indenização devida por acidente ambiental](#)**

Os pescadores que sofreram com a interrupção da pesca na baía de Antonina e adjacências, no Paraná, não estão obrigados a prestar caução para receber indenização pelo vazamento de óleo na região. A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu, em julgamento de recurso repetitivo, que o juízo da execução provisória pode dispensar contracautela, tendo em vista o estado de necessidade dos trabalhadores locais. **[REsp 1145353-PR](#)** e **[REsp 1145358-PR](#)**

**[STJ - Quarta Turma aumenta indenização a motorista agredido após acidente de trânsito](#)**

Quando a conduta de uma pessoa é direcionada ao fim ilícito de causar dano à outra, por meio de violência física, e sendo caracterizado o dano moral, o magistrado deve reconhecer o caráter punitivo e pedagógico ao fixar o valor da reparação, sem se esquecer da vedação ao enriquecimento sem causa da vítima. **[REsp 839923-MG](#)**

**[STJ - Editora não terá que indenizar por erro em nome de personagem de notícia](#)**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reformou decisão que havia condenado uma empresa jornalística a pagar indenização por danos morais em razão de um nome ter sido publicado de forma errada. **[REsp 1268233-DF](#)**

**[STJ - A responsabilidade extraclasse das faculdades](#)**

A universidade é espaço para qualificação profissional, produção de conhecimento e até festas. O período vivido neste ambiente se estende por vários anos e é marcante para os que passaram pela academia. E como onde há pessoas está o direito, o Superior Tribunal de

Justiça (STJ) já tratou de diversos casos envolvendo a responsabilidade dessas entidades perante seus alunos. [REsp 1189273-SC](#), [EResp 876448-RJ](#), [AgRg no REsp 876448-RJ](#), [Ag 1152301-MG](#), [AgRg no Ag 1152301-MG](#), [REsp 1121275-SP](#) e [REsp 631204-RS](#)

#### **STJ - Plano de saúde deve informar a cada cliente o descredenciamento de médicos e hospitais**

Operadoras de planos de saúde têm a obrigação de informar individualmente a seus segurados o descredenciamento de médicos e hospitais. O entendimento é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar recurso interposto pela família de um paciente cardíaco que, ao buscar atendimento de emergência, foi surpreendido pela informação de que o hospital não era mais conveniado. [REsp 1144840-SP](#)

#### **STJ- Terceira Turma nega pedido de credora e privilegia recuperação da sociedade devedora**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou pedido de empresa credora que pretendia receber de um grupo agroindustrial em recuperação judicial aproximadamente R\$ 21 milhões como pagamento de dívida. [MC 18844-SP](#), [MC 18844-SP](#), [AgRg na MC 18844-SP](#) e [AgRg na MC 18844-SP](#)

#### **STJ - Supostos hackers não conseguem obrigar retransmissora da Globo a fornecer fitas de noticiário nacional**

A Sociedade Rádio Emissora Paranaense S/A (RPC), retransmissora da TV Globo, não terá que apresentar fitas de noticiário exibido pela rede nacional da emissora em julho de 2002. A ação de exibição foi tentada por dois irmãos apontados como *hackers* invasores de site da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A decisão é da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). [REsp 946851-PR](#)

#### **STJ - Embargos de declaração julgados em colegiado, com decisão de mérito, esgotam a jurisdição ordinária**

O julgamento de embargos de declaração em colegiado, quando enfrenta a questão de direito decidida monocraticamente pelo relator, esgota a prestação jurisdicional e autoriza a interposição de recurso para a instância superior, ainda que os julgadores não tenham declarado que recebiam tais embargos como agravo regimental. [Ag 1341584-PR](#) e [AgRg no Ag 1341584-PR](#)

#### **STJ - Embargos infringentes são admissíveis para discutir honorários advocatícios**

São cabíveis embargos infringentes quando o acórdão houver reformado, em grau de apelação e por maioria de votos, a sentença de mérito no tocante aos honorários advocatícios. O entendimento, por maioria, é da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar o recurso especial contra a Caixa Econômica Federal (CEF). [REsp 1113175-DF](#)

#### **STJ - O agronegócio e a Justiça: decisões do STJ que impactam a rotina da principal pauta de exportações do Brasil**

Celeiro do mundo. O título grandioso que acompanha o Brasil desde a década de 70 passou de retórica ufanista para próspera realidade. Nos últimos 30 anos, a produção agropecuária brasileira avançou de forma extraordinária e fez do país o terceiro maior exportador agrícola das principais commodities internacionais como soja, açúcar, suco de laranja, carne de frango e de boi. Na nossa frente, apenas União Europeia e Estados Unidos. [REsp 1243386-RS](#); [AREsp 2259-GO](#); [REsp 977910-SP](#); [REsp 794376-SP](#); [REsp 442368-MT](#);

#### **STJ - Posto de gasolina não é responsável em caso de assalto a clientes**

O dever de segurança de posto de combustível frente aos seus consumidores diz respeito à qualidade do produto, ao correto abastecimento e à adequação das instalações. Assalto ocorrido em suas dependências é caso fortuito, não vinculado ao risco do negócio, e não enseja indenização. A decisão, unânime, é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). [REsp 1243970-SE](#)

#### **STJ - Terceira Turma rejeita desistência e decide julgar recurso mesmo contra vontade das partes**

Em decisão unânime e inédita em questão de ordem, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) rejeitou pedido de desistência de um recurso especial que já estava pautado para ser julgado. Na véspera do julgamento, as partes fizeram acordo e protocolaram a desistência. A relatora, ministra Nancy Andrighi, ressaltou que o recurso especial de autoria da Google Brasil Internet Ltda. trata de questão de interesse coletivo em razão do número de usuários que utilizam os serviços da empresa, da difusão das redes sociais virtuais no Brasil e no mundo e de sua crescente utilização em atividades ilegais. Por isso, a ministra sugeriu à Turma que o julgamento fosse realizado. [QO 1308830-RS](#)

**[STJ - Google é responsabilizado por não excluir mensagem ofensiva da rede](#)**  
Os provedores de acesso à internet não têm responsabilidade objetiva pela veiculação de toda e qualquer mensagem postada na rede. Entretanto, respondem por conteúdos ofensivos ou dados ilegais caso não tomem as providências cabíveis para minimizar os danos. [REsp 1308830-RS](#) (acórdão) e [REsp 1308830-RS](#) (relatório e voto)

**[STJ - Assassino deve pagar indenização de R\\$ 517 mil à família da vítima](#)**  
Condenado pelo crime de homicídio duplamente qualificado, Cleber Renato Borin Ferro terá de pagar indenização por danos morais no valor de R\$ 517 mil à família da vítima. A decisão é da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). [REsp 1300187-MS](#)

**[STJ - Teor da matéria decidida justifica cabimento dos embargos infringentes](#)**  
As hipóteses de cabimento dos embargos infringentes, recurso previsto quando acórdão não unânime reforma, em grau de apelação, sentença de mérito, podem ser ampliadas conforme o conteúdo da matéria decidida. A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) tomou essa decisão de forma unânime em recurso interposto por instituições financeiras contra julgado do Tribunal de Justiça de Pernambuco. [REsp 1298081-PE](#)

**[STJ - Erro material em denominação de recurso não impede análise de agravo pelo STJ](#)**  
Erro material, de mera denominação do agravo, não pode impedir a análise de admissão de um recurso especial. O entendimento é da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que considerou usurpação de sua competência a decisão do desembargador presidente da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) que impediu a subida de agravo de instrumento ao STJ por constar na petição a denominação “agravo regimental”. [Rcl 7559-SP](#)

**[STJ - Remuneração do curador deve ser fixada em juízo, mesmo que seja herdeiro do tutelado](#)**  
A remuneração do curador, mesmo que ele seja herdeiro universal dos bens do tutelado, deve ser fixada por juízo competente, não sendo lícito que ele mesmo defina quanto vai receber e retenha essa quantia. A decisão, unânime, foi dada pela Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em recurso interposto por curador que teve suas contas rejeitadas e foi condenado a ressarcir os valores retidos com correção. [REsp 1192063-SP](#)

**[STJ - É válida notificação extrajudicial expedida por cartório de comarca diferente do domicílio do devedor](#)**  
A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu como válida notificação extrajudicial realizada por via postal, no endereço do devedor, mesmo que o título tenha sido apresentado em cartório situado em outra comarca. A decisão do STJ foi dada em recurso repetitivo nos moldes do artigo 543-C do Código de Processo Civil e serve de orientação para os demais tribunais em processos com o mesmo tema. [REsp 1184570-MG](#) (Recurso Repetitivo)

**[STJ - Pai recorre de decisão sobre dano moral por abandono afetivo](#)**  
O pai condenado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) a indenizar a filha por abandono afetivo recorreu da decisão. Ele apresentou embargos de divergência, um tipo de recurso interno, cabível quando a decisão atacada contraria entendimento de outro colegiado do tribunal sobre o mesmo tema. O caso será relatado pelo ministro Marco Buzzi. (em andamento)

**[STJ - Quarta Turma admite uso de nome de rio por empresas concorrentes](#)**

O uso de nome de rio com o objetivo de exploração comercial não garante exclusividade na utilização da marca, exceto se ficar evidente a concorrência desleal. A decisão é da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar recurso em que a empresa Rio Sucuri Ecoturismo Ltda. pedia exclusividade no uso do nome Sucuri. [REsp 1092676-MS](#)

**STJ - Sentença que reconhece nulidade parcial do valor cobrado pelo autor serve de título executivo para o réu**

A sentença em que o juízo de primeiro grau reconhece a existência da obrigação de pagar quantia certa pode prontamente ser executada com a condenação. A decisão é da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar recurso de uma concessionária de energia elétrica que pretende receber de consumidores valores que não foram pagos em razão de fraude no medidor. [REsp 1261888-RS](#) (Recurso Repetitivo)

**STJ - Conselho da Magistratura não pode rejeitar suspeição de juiz por motivo íntimo**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) considerou ilegal a decisão do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça de Santa Catarina que rejeitou suspeição de juiz por motivo de foro íntimo, devolvendo a ele a condução do processo judicial. Os ministros também declararam a nulidade de todos os atos processuais praticados pelo juiz suspeito. [RMS 33531-SC](#)

**STJ - Lei garante assistência aos incapazes de gerir seus próprios bens e direitos**

Um princípio básico estabelecido na Constituição brasileira é o da dignidade da pessoa humana. A partir dele, surgem os direitos e garantias fundamentais, direcionados à proteção e ao bem-estar de todos. Entretanto, mesmo cercadas de direitos assegurados pelo ordenamento jurídico, algumas pessoas são incapazes de invocá-los e de gerir seus próprios interesses, por um motivo permanente ou temporário. Para elas, o Código Civil (CC) instituiu a curatela. [REsp 1192063-SP](#); [Aq 1415049-RJ](#); [REsp 1280855-SP](#)

**STJ - Suspensão mandado de prisão expedido contra avós que não pagaram pensão alimentícia**

O ministro Antonio Carlos Ferreira, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), deferiu o pedido liminar em habeas corpus impetrado pela defesa de um casal de idosos para suspender mandado de prisão expedido contra eles por falta de pagamento de pensão alimentícia ao neto.

**STJ - Pensão para custeio de sítio não pode ser considerada verba alimentar**

Após separação, um homem foi condenado a pagar dez salários mínimos para custear um sítio pertencente ao casal, mas por motivo de atraso nos pagamentos, foi preso. Conseguiu, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), afastar parcialmente a decisão. A Terceira Turma entendeu que os valores devidos, relacionados ao imóvel, não poderiam ser considerados verba alimentar, porque o sítio não era moradia da ex-esposa.

**STJ - Transmissibilidade da obrigação de prestar alimentos volta à pauta da Quarta Turma**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) vai decidir se um homem enfermo com mais de 40 anos de idade tem direito a receber pensão alimentícia do espólio do pai, reconhecido em investigação de paternidade. O julgamento deve ser retomado nesta terça-feira (12). O caso começou a ser analisado pela Quarta Turma em dezembro de 2010. O relator, ministro Luis Felipe Salomão, deu parcial provimento ao recurso para julgar extinto o processo de alimentos sem julgamento de mérito, com base no artigo 267, inciso VI, do Código de Processo Civil. O dispositivo estabelece que será extinto o processo sem julgamento de mérito quando não houver condições para a ação, como possibilidade jurídica do pedido, legitimidade das partes e interesse processual. (em andamento)

**STJ - Proteção do bem de família pode ser afastada em caso de esvaziamento de patrimônio**

Caso ocorra esvaziamento do patrimônio do devedor em ofensa ao princípio da boa-fé, a impenhorabilidade do imóvel ocupado pela família pode ser afastada. A Terceira Turma do STJ adotou essa posição em recurso movido por sócio de uma construtora contra julgado do

Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ). A Turma, de forma unânime, negou o recurso do sócio. [REsp 1299580-RJ](#)

**[STJ - Com três votos pela divisão do prêmio, julgamento do caso da Mega-Sena é suspenso novamente](#)**

Retomado nesta terça-feira (12), foi novamente interrompido por pedido de vista o julgamento, pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), do processo em que patrão e ex-empregado disputam um prêmio de quase R\$ 28 milhões da Mega-Sena. Três dos quatro ministros da Terceira Turma que julgam o caso já votaram pela divisão igualitária do prêmio. Não há previsão de data para a volta do caso a julgamento. [REsp 1202238-SC](#) e [REsp 1109907-SC](#) (em andamento)

**[STJ - Ação de sojicultores gaúchos contra royalties da Monsanto tem alcance nacional](#)**

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que terá alcance nacional o resultado da ação coletiva que sindicatos rurais do Rio Grande do Sul movem contra a cobrança de *royalties* pela utilização da semente transgênica de soja *Round-up Ready*, ou “soja RR”, da multinacional Monsanto. Os valores envolvidos chegariam a R\$ 15 bilhões. [REsp 1243386-RS](#)

**[STJ - Rejeitado recurso contra decisão que afastou limite de idade em adoção por homossexuais](#)**

O ministro Villas Bôas Cueva, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), negou seguimento a recurso do Ministério Público do Paraná contra decisão da Justiça local que considerou juridicamente possível a adoção conjunta de criança por pessoas do mesmo sexo, independentemente da idade do adotando. A decisão do ministro se deveu a razões processuais.

**[STJ - Tradução de contrato para instruir ação tem que ser completa](#)**

Quando um contrato redigido em língua estrangeira vai ser utilizado para instruir ação judicial, a parte interessada deve providenciar sua tradução completa. Esse foi o entendimento firmado pela Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao julgar recurso da companhia dinamarquesa de transporte marítimo Maersk, que apresentou tradução apenas da cláusula que lhe interessava no julgamento de uma ação contra empresa brasileira. [REsp 1227053-SP](#)

**[STJ - MP não é obrigado a firmar acordo com particular em ação civil pública](#)**

O Ministério Público (MP) não é obrigado a aceitar ou mesmo discutir proposta de acordo apresentada por réu em ação civil pública, assim como não pode forçar o particular a assinar Termo de Ajuste de Conduta. A decisão da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) mantém extinção do serviço de bate-papo telefônico Disque-Amizade. [REsp 596764-MG](#)

**[STJ - Mulher que perdeu direito a alimentos pela renúncia pode recuperá-lo por força de novo compromisso](#)**

Uma mulher que renunciou formalmente aos alimentos do ex-companheiro teve reconhecido o direito de produzir provas do recebimento de valores por dez meses após a separação. Ela reivindica a continuidade dos pagamentos e diz que, ao assumir a obrigação, mesmo diante da renúncia, ele desistiu da liberação acordada. Para que seja possível a comprovação dos fatos, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) deu provimento ao recurso especial interposto pela mulher. [REsp 1143762-SP](#)

**[STJ - Quarta Turma garante parcelamento de dívida em execução, sem aplicação de multa](#)**

O parcelamento da dívida não é um direito potestativo do devedor. Apesar disso, o artigo 745-A do Código de Processo Civil (CPC), introduzido pela Lei 11.382/06, possibilitou que, na fase de cumprimento da sentença, no prazo de 15 dias após o reconhecimento do débito, o devedor requeira o parcelamento do valor em até seis vezes mensais, contanto que faça um depósito prévio de 30% do valor da dívida. [REsp 1264272-RJ](#)

**[STJ - Revista Veja não terá que pagar indenização a desembargador do DF](#)**

A Editora Abril S/A não deve pagar indenização por danos morais ao desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF) Asdrúbal Zola Vasquez Cruxên,

pela publicação de matéria veiculada na revista *Veja*, na edição de 8 de dezembro de 1999, intitulada “Doutor Milhão”. [REsp 801109-DF](#)

**STJ - Juros no pé, cobrados por construtora antes da entrega das chaves, são legais**

Não existe venda a prazo com preço de venda à vista. Com esse argumento, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reverteu decisão da Quarta Turma que havia identificado abuso contratual na cobrança dos chamados “juros no pé”. Por maioria de seis a três, os ministros do colegiado responsável por casos de direito privado manteve a jurisprudência tradicional da corte, pela legalidade da cobrança. [EREsp 670117-PB](#)

**STJ - Dano moral coletivo avança e inova na jurisprudência do STJ**

A possibilidade de indenização por dano moral está prevista na Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso V. O texto não restringe a violação à esfera individual, e mudanças históricas e legislativas têm levado a doutrina e a jurisprudência a entender que, quando são atingidos valores e interesses fundamentais de um grupo, não há como negar a essa coletividade a defesa do seu patrimônio imaterial. [REsp 636021-RJ](#); [REsp 1221756-RJ](#) e [REsp 866636-SP](#)

**STJ - Situação de empresa concordatária pode justificar mudança de foro eleito em contrato**

A difícil condição financeira de sociedade em concordata justifica a mudança de foro eleito em contrato, desde que não haja prejuízo para a outra parte. A decisão foi proferida pela maioria dos ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que negou provimento a recurso da Caixa Econômica Federal (CEF). [REsp 1073962-PR](#)

**STJ - Quarta Turma admite petição eletrônica com assinaturas diferentes**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) passou a admitir petição assinada eletronicamente por um advogado e fisicamente por outro, desde que ambos tenham procuração nos autos. Até então, a Turma não conhecia dos recursos nessa situação.

**STJ - Defeito em carro zero quilômetro, por si só, não causa dano moral**

A Fiat Automóveis S/A não terá de pagar indenização por danos morais a uma consumidora que adquiriu carro novo com defeito. A decisão é da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que proveu parcialmente recurso para afastar o pagamento. [REsp 1232661-MA](#)

**STJ - Juízo pode reconhecer nulidade de cláusula incluída por assembleia em plano de recuperação aprovado**

A aprovação de plano de recuperação judicial por assembleia de credores tem total autonomia, mas não pode ultrapassar condições legais. Esse foi o posicionamento da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao negar provimento a recurso especial interposto por companhias que adicionaram cláusula em plano de recuperação judicial durante assembleia, favorecendo parte dos sócios e prejudicando outros. [REsp 1314209-SP](#)

**STJ - Nulidade de atos processuais depende da efetiva demonstração de prejuízo da parte interessada**

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve decisão que considerou que a ausência de ciência às partes a respeito do local e data de realização de perícia não importa, necessariamente, em nulidade. O entendimento, por maioria, se deu no julgamento de embargos de divergência interpostos pela BMW do Brasil Ltda. [EREsp 1121718-SP](#)

**STJ - Certidão de trânsito em julgado atesta apenas a ocorrência e não a data de sua consumação**

A certidão de trânsito em julgado emitida pelo STJ serve apenas para atestar a sua ocorrência e não para demonstrar a data de consumação e o início de prazos decadenciais. Com esse fundamento, a maioria dos ministros da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) extinguiu ação rescisória ajuizada pelo Banco do Brasil em razão da decadência. [AR 4374-MA](#)

**STJ - GRU preenchida à mão atende às exigências para pagamento de porte de remessa e retorno**

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ratificou o entendimento de que o preenchimento manual do campo correspondente ao número do processo na Guia de

Recolhimento da União (GRU) atende às exigências formais no pagamento do porte de remessa e retorno do processo. [ERESP 1114817-MG](#)

**STJ - Terceira Turma fixa prazo de 24 horas para retirada de página com conteúdo ofensivo da internet**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu em 24 horas o prazo para que o provedor de internet retire do ar mensagens postadas em redes sociais e denunciadas como ofensivas, sob pena de responder solidariamente com o autor direto do dano. O prazo deve ser contado a partir da notificação feita pelo usuário ofendido e a retirada tem caráter provisório, até que seja analisada a veracidade da denúncia. [REsp 1323754-RJ](#)

**STJ - Dona de casa que encontrou preservativo aberto em extrato de tomate receberá R\$ 10 mil por danos morais**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve condenação por danos morais causados a dona de casa que encontrou um preservativo aberto em lata de extrato de tomate. A mulher receberá R\$ 10 mil da fabricante pelo ocorrido. A “camisinha” só foi encontrada após o consumo do produto. [REsp 1317611-RS](#)

**STJ - Defensor público não tem direito a honorários pelo exercício da curatela especial**

O defensor público não faz jus ao recebimento de honorários pelo exercício da curatela especial, por estar no exercício de suas funções institucionais, para o que já é remunerado mediante subsídio em parcela única. O entendimento é da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que negou recurso especial interposto pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo. [REsp 1201674-SP](#)

**STJ - Microsoft é condenada a indenizar empresa por abuso de direito**

A Microsoft Corporation foi condenada a indenizar empresa de serviços técnicos em R\$ 100 mil por abuso do direito de fiscalização. A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em decisão unânime, negou recurso da empresa de *software* contra a condenação. [REsp 1114889-DF](#)

**STJ - Depósito judicial do valor executado para impugnar sentença não configura adimplemento e autoriza multa**

O depósito judicial do valor executado, com a finalidade de permitir a oposição de impugnação ao cumprimento da sentença, não caracteriza adimplemento voluntário da obrigação, autorizando a incidência da multa de 10% sobre o saldo devedor. O entendimento é da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que atendeu a recurso do credor. [REsp 1175763-RS](#)

**STJ - Provedor que hospeda site onde foi publicado falso anúncio erótico terá de indenizar por dano moral**

Um morador de Juiz de Fora (MG) receberá R\$ 30 mil como indenização por danos morais em razão de anúncio erótico falso publicado na internet com seu nome e telefone. A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que o provedor que hospeda o site em que o anúncio foi veiculado tem responsabilidade solidária pelo ilícito cometido, porque participa da cadeia da prestação do serviço. O relator é o ministro Luis Felipe Salomão. [REsp 997993-MG](#)

**STJ - Arcor pode usar o nome Yahoo! em chiclete vendido na Argentina**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou recurso da Yahoo! do Brasil Internet Ltda. e manteve decisão que permitiu à Arcor do Brasil Ltda. vender na Argentina o chiclete Yahoo!, fabricado no Brasil. [REsp 1232658-SP](#)

**STJ - Xuxa não consegue restringir pesquisa no Google**

O site de buscas Google foi liberado da obrigação de restringir suas pesquisas referentes à apresentadora de TV Xuxa Meneghel associada ao termo “pedófila”. A decisão foi dada de forma unânime pela Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em ação movida pela apresentadora contra a empresa de serviços on-line. A Turma acompanhou integralmente o voto da relatora do processo, ministra Nancy Andrighi. [REsp 1316921-RJ](#)

### **[STJ - Junta comercial não pode condicionar registro a exigência prevista apenas em decreto estadual](#)**

É ilegal condicionar o registro de atos de sociedade empresária, na junta comercial, à apresentação de certidão de regularidade com a fazenda estadual. Isso porque a exigência não está prevista na Lei 8.934/94, que disciplina o registro público de tais sociedades, nem no decreto federal que a regulamentou. A exigência consta apenas de decreto estadual. [REsp 724015-PE](#)

### **[STJ - Processo não deve ser suspenso em razão de expedição de carta rogatória](#)**

O pedido para a produção de prova testemunhal mediante envio de carta rogatória não impede que o processo siga o seu curso normalmente. A decisão é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Fica a critério do juiz a suspensão do processo, caso considere a complementação de provas imprescindível. [REsp 1132818-SP](#)

### **[STJ - Corte Especial aprova dez novas súmulas](#)**

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) aprovou nesta quinta-feira (28) dez novas súmulas. Elas são o resumo de entendimento consolidado nos julgamentos da Corte. Embora não tenham efeito vinculante, servem de orientação a toda a comunidade jurídica sobre a jurisprudência firmada pelo tribunal que tem a missão constitucional de unificar a interpretação da lei federal no país.

### **[STJ - Omissão obriga Google a indenizar em R\\$ 20 mil homem difamado em blog](#)**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve condenação da Google Brasil Internet Ltda. a pagar indenização por danos morais, no valor de R\$ 20 mil, por não ter retirado do ar ofensas publicadas em blog contra diretor de faculdade em Minas Gerais. A Turma entendeu que não se pode responsabilizar direta e objetivamente o fornecedor do serviço pelas ofensas de terceiros, mas sua omissão pode ser penalizada. [REsp 1192208-MG](#)

### **[STJ - Segunda Seção aprova duas novas súmulas](#)**

Na última sessão de julgamento do primeiro semestre forense de 2012, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) aprovou duas novas súmulas, que consolidam o entendimento da Corte em matérias de direito privado.

### **[STJ - STJ define em quais situações o dano moral pode ser presumido](#)**

Diz a doutrina – e confirma a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) – que a responsabilização civil exige a existência do dano. O dever de indenizar existe na medida da extensão do dano, que deve ser certo (possível, real, aferível). Mas até que ponto a jurisprudência afasta esse requisito de certeza e admite a possibilidade de reparação do dano meramente presumido? [REsp 786239-SP](#); [Ag 1295732-SP](#); [REsp 1087487-MA](#); [REsp 299532-SP](#); [Ag 1410645-BA](#); [REsp 631204-RS](#) e [REsp 1020936-ES](#)

### **[STJ - Negado recurso contra decisão que rejeitou indenização a senador por matéria jornalística](#)**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) rejeitou recurso do ex-senador Heráclito Fortes e manteve decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDf) que negou seu pedido de indenização contra o jornalista Paulo Henrique Amorim. [AREsp 91250-DF](#)

### **[STF - Empresas de energia elétrica questionam lei que impede inscrição no Serasa/SPC](#)**

A Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4809), no Supremo Tribunal Federal (STF), na qual pede liminar para suspender os efeitos de uma lei do Piauí que proíbe a inclusão de consumidores inadimplentes nos cadastros restritivos de crédito (Serasa, Cadin e SPC) por falta de pagamento das contas de luz. No mérito, a associação pede que o STF declare a lei inconstitucional. O ministro Celso de Mello relata a ADI. [ADI 4809-PI](#)

### **[STF - Direto do Plenário: STF finaliza julgamento sobre distribuição de tempo de propaganda eleitoral](#)**



O Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu na manhã desta sexta-feira (29) o julgamento que definiu a forma de distribuição do tempo de propaganda eleitoral entre os partidos políticos. Na sessão plenária de ontem, já havia se formado uma maioria de sete ministros que votou para garantir que legendas criadas após a eleição de 2010 possam participar do rateio de dois terços do tempo da propaganda, assim como os partidos com representação na Câmara. Esse foi o entendimento do relator da matéria, ministro Dias Toffoli, que foi seguido pelos ministros Luiz Fux, Rosa Weber, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes, Celso de Mello e Ayres Britto. Os votos foram proferidos na sessão de ontem, no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) 4430 e 4795, apresentadas por partidos políticos. [ADI 4430-DF](#) e [ADI 4795-DF](#)

#### **STJ - Instaurada arbitragem, Judiciário não pode decidir nem mesmo questões cautelares**

Uma vez que o tribunal arbitral esteja formado, o Poder Judiciário se torna incompetente para julgar ação, mesmo em caráter cautelar. Esse foi o entendimento adotado pela Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao analisar processo em que uma empresa conseguiu suspensão de sociedade no juízo estatal, mesmo depois de a arbitragem estar instituída. [REsp 1297974-RJ](#)

#### **STJ - Penhora não atinge bem de família que garante dívida de empresa pertencente a um dos cônjuges**

O imóvel onde a família vive é impenhorável no caso de ter sido oferecido como garantia de dívida de terceiro (ainda que seja empresa com a qual a família tenha vínculo) e não como garantia de dívida da entidade familiar. Esse foi o entendimento da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no julgamento do recurso especial interposto por um casal que teve seu imóvel penhorado. [Resp 988915-SP](#)

#### **STJ - Anulada redistribuição de processo para órgão que julgou outro pedido relativo ao mesmo fato**

Ao examinar um processo sobre dano moral que corre na Justiça do Rio de Janeiro, a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) anulou a redistribuição da apelação para um colegiado que já havia julgado outro pedido de indenização relativo ao mesmo fato. O relator, ministro Luis Felipe Salomão, advertiu que a reunião de processos por conexão não se aplica quando um deles já foi julgado, não sendo também cabível se for tumultuar o juízo, caso venha a receber todas as demandas. [Resp 1001820-RJ](#)

#### **STJ - Dívida de valor pequeno não pode provocar falência de sociedade comercial**

O princípio da preservação da empresa impede que valores inexpressivos de dívida provoquem a quebra da sociedade comercial. A decretação de falência, ainda que o pedido tenha sido formulado na vigência do Decreto-Lei 7.661/45, deve observar o valor mínimo de dívida exigido pela Lei 11.101/05, que é de 40 salários mínimos. [REsp 1023172-SP](#)

#### **STJ - Terceiro que adquire imóvel de má-fé é atingido por efeitos do pacto comissório não transcrito no registro**

As consequências de pacto que determinava a anulação de contrato por descumprimento de uma cláusula (pacto comissório) podem ser impostas a terceiro que tenha agido de má-fé ou de modo temerário. Com esse entendimento, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve decisão que garantiu à Mitra Arquidiocesana de Fortaleza a posse de um terreno nobre na capital do Ceará. [REsp 664523-CE](#)

#### **STJ - Novo contrato de concessão legítima posse irregular e autoriza extinção de ação de reintegração**

A assinatura de contrato de concessão de imóvel entre o novo proprietário e quem ocupava o espaço irregularmente, porque vencida a vigência da concessão anterior, legítima a posse, tornando extinta ação de reintegração proposta antes da alienação do terreno. Esse foi o entendimento da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao julgar recurso especial envolvendo o município de São José dos Campos (SP) e a Companhia Brasileira de Distribuição. [REsp 935031-SP](#)

#### **STJ - Plágio: quando a cópia vira crime**

Copiar de um autor é plágio; copiar de vários é pesquisa, criticou uma vez o cronista e dramaturgo estadunidense Wilson Mizner. Roubar uma ideia é como roubar um bem e o novo Código Penal (CP), em discussão no Congresso Nacional, deve endurecer as punições contra ofensas ao direito autoral, inclusive criando um tipo penal para o plágio. [Ag 503774-RJ](#); [REsp 732482-RJ](#); [MC 4592-SP](#); [REsp 655035-PR](#); [REsp 351358-DF](#); [REsp 1168336-RJ](#); [REsp 1201340-DF](#) e [CC 101592-RS](#)

#### **STJ - Prazo para impugnação ao cumprimento de sentença se inicia do depósito judicial, independente de intimação**

O prazo de 15 dias para o devedor contestar o cumprimento de sentença conta a partir do depósito judicial do valor objeto da execução. A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reafirmou que o depósito realizado pelo próprio executado (devedor) “é prova contundente de que foi atingido o fim almejado pela norma que determina a intimação da penhora, qual seja, a ciência do devedor para, se quisesse, manifestar seu inconformismo”.

#### **STJ - Dependente de plano de saúde de empregado exerce direito próprio, que deve ser julgado pela Justiça comum**

A Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras) deverá reintegrar o filho tetraplégico de um funcionário em seu Plano de Saúde Integral. Para a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o dependente exerce direito próprio e, como não mantém vínculo empregatício com a empresa, a causa é de competência da Justiça comum. A Petrobras sustentava que a questão deveria ser resolvida na Justiça trabalhista. [REsp 1190480-SE](#)

#### **STJ - Astreintes são devidas apenas ao credor da obrigação e não podem ser divididas com o Estado**

Não há lacuna legal suficiente para destinar, mesmo parcialmente, as astreintes para o Estado e não ao credor da obrigação. Por maioria, a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) rejeitou a proposta do relator, ministro Luis Felipe Salomão, de dividir a condenação. Prevaleceu o voto do ministro Marco Buzzi, que mantém a jurisprudência do tribunal. [REsp 949509-RS](#)

#### **STJ – Aprovação de contas impede ação de responsabilidade contra ex-diretor da Sadia**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou recurso da Sadia S.A., que pretendia ajuizar ação de responsabilidade contra ex-diretor financeiro. A empresa alega que sofreu prejuízo bilionário em operações financeiras não autorizadas com derivativos. Em apenas uma operação, realizada em setembro de 2008, o prejuízo gerado pela disparidade cambial foi superior a US\$ 1,4 bilhão. [REsp 1313725-SP](#)

#### **STJ – STJ vai decidir se ônus da prova pode se transformar em obrigação imposta pelo Judiciário**

Segundo o artigo 333, inciso II, do Código de Processo Civil (CPC), cabe ao réu o ônus de provar a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Mas esse ônus é um direito ou uma obrigação que pode ser imposta pelo magistrado? A questão será discutida pela Quarta Turma no julgamento de um recurso especial interposto pela Itaipu Binacional. No julgamento de medida cautelar, o ministro Ari Pargendler, presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), atribuiu efeito suspensivo ao recurso. [MC 19615-PR](#) e [MC 19616-PR](#)

#### **STJ - Se o teor das notas taquigráficas não coincidir com o acórdão, devem prevalecer as primeiras**

Em caso de divergência entre o voto do relator e as notas taquigráficas, essas têm primazia, uma vez que refletem a convicção da Turma, que é o juiz natural do processo. Com esse entendimento, a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por maioria, deu provimento ao recurso interposto pela Symantec Corporation e Microsoft Corporation para condenar a empresa Serrarias Campos de Palmas S/A não apenas à indenização por danos materiais, mas também à indenização por perdas e danos equivalente a dez vezes o valor de mercado de cada programa utilizado ilicitamente. [REsp 991721-PR](#)

#### **STJ - Shopping Morumbi tenta anular indenização a família de vítima de tiroteio em cinema**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) vai julgar recurso especial do Shopping Center Morumbi contra sua condenação a indenizar a família de vítima de tiroteio. O caso ocorreu em 1999, quando um estudante de Medicina disparou contra diversas pessoas em um cinema dentro do shopping. [REsp. 1087717-SP](#)

#### **STJ - STJ - Juiz não é obrigado a julgar conjuntamente ações conexas**

Reconhecida a conexão entre ações, a apreciação conjunta é um ato discricionário do julgador. Esse foi o entendimento da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao julgar recurso especial interposto por uma empresa condenada a entregar bens objetos de garantia pelo descumprimento de contrato de financiamento. [REsp 1255498-CE](#)

#### **STJ - Réu em investigação de paternidade não consegue suspender realização de exame de DNA**

Um homem que responde a ação de investigação de paternidade cumulada com alimentos não obteve sucesso no Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao pedir que a produção de exame de DNA fosse suspensa.

#### **STJ - STJ se esforça para dar aos processos duração razoável**

Problemas cartorários, excessos recursais, formalismo na conduta dos magistrados, burocracia, prolixidade das decisões. Inúmeros fatores são apontados como entraves para que os processos não sejam julgados em um tempo razoável. Mas quais medidas vêm sendo tomadas pelos magistrados para contribuir com a resposta ágil na prestação jurisdicional? Em vários julgamentos, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) profere decisões que garantem ao cidadão uma solução mais rápida às suas demandas; passo importante para assegurar uma Justiça mais efetiva. [AgREsp 1206813](#); [MC 17226](#); REsp 1306098; CC 90642; REsp 1150283; REsp 1102431; [REsp 1040404](#); REsp 1102431; MS 13728.

#### **STF - ADIs sobre regulamentação de TV por assinatura serão julgadas diretamente no mérito**

Por decisão do relator, ministro Luiz Fux, as três Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs 4679, 4756 e 4747) que tratam da regulamentação da TV por assinatura **serão julgadas** diretamente no mérito. O ministro já convocou, para o segundo semestre deste ano, audiência pública para debater o tema antes do julgamento das ações.

#### **STJ – CPFL consegue suspender levantamento de mais R\$ 20 milhões**

A Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) conseguiu suspender o levantamento de mais de R\$ 20 milhões, no curso de ação judicial movida contra ela pela Invista Nylon Sul Americana LTDA. O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Ari Pargendler deferiu a medida cautelar requerida pela CPFL, atribuindo efeito suspensivo a recurso especial que será julgado pela Quarta Turma. [MC 19688-SP](#)

#### **STJ – Cláusula penal deverá ser reduzida se houver parcial cumprimento do contrato**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reduziu em 50% a multa devida pela Ril Brasil Comercial e Importadora (representante oficial da marca Reebok no Brasil) a Aurélio Fernandez Miguel, atleta ganhador de duas medalhas olímpicas. As partes celebraram contrato de autorização para uso de imagem, o qual foi parcialmente descumprido pela empresa. [REsp 1212159-SP](#)

#### **STJ - Casos polêmicos serão discutidos nos órgãos que julgam matéria de Direito Privado**

A Segunda Seção do STJ, composta pelos ministros da Terceira e Quarta Turmas, deve retomar o julgamento de embargos de declaração que pode decidir, em situações de ações envolvendo seguro habitacional, se os casos em que as apólices são públicas (e, portanto, há interesse da Caixa/SFH) devem ser encaminhados para julgamento da Primeira Seção (REsp 1.091.393 ).

#### **STJ - Microsoft não é responsável por conteúdo de e-mails transmitidos por seus usuários**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que a Microsoft não deve ser responsabilizada pela veiculação de mensagens consideradas ofensivas à moral de usuário, e que a impossibilidade de identificação do remetente da mensagem não configura defeito na prestação do serviço de correio eletrônico denominado Hotmail. [REsp 13000161-RS](#)

**STJ - STJ amplia proibição de denúncia à lide em ações de indenização propostas por consumidor**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ampliou a aplicação do artigo 88 do Código de Defesa do Consumidor (CDC), que proíbe a denúncia à lide nas ações indenizatórias ajuizadas com fundamento nos artigos 12 a 17 do mesmo código. Até então, a Corte entendia que a vedação não abrangia os casos de defeito na prestação do serviço. [REsp 1165279-SP](#)

**STJ - Prescrição de ação indenizatória não pode ser suspensa sem ação penal em curso**

A suspensão da prescrição de pretensão indenizatória só ocorre quando há relação de prejudicialidade entre as esferas cível e criminal. Para tanto, é fundamental que exista processo penal em curso ou, pelo menos, a tramitação de inquérito policial. Esse foi o entendimento da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao interpretar o artigo 200 do Código Civil (CC), em julgamento de recurso especial. [Resp 1180237-MT](#)

**STJ - Coisa julgada impede reforma de condenação em honorários imposta a réu que venceu o processo**

Decisão que enfrentou o mérito da ação e transitou em julgado não pode ser modificada por exceção de pré-executividade. Seguindo essa posição, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou recurso de um réu que, mesmo vencedor na ação, foi condenado a pagar, juntamente com os autores, os honorários do advogado da corré, também vencedora. [REsp 1299287-AM](#)

**STJ - Colunista e jornal terão que pagar R\$ 100 mil por ofensas a juiz**

A jornalista Eliane Cantanhêde e a Folha da Manhã S.A. não conseguiram reverter decisão que as condenou em R\$ 100 mil por ofensas a honra de juiz em artigo. A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por maioria, negou provimento ao recurso das rés. [Resp 1308885-RJ](#)

**STJ - Mulher que renunciou a alimentos não consegue manter pensões pagas por liberalidade do ex-companheiro**

Ao contrário do que diz a matéria intitulada “Mulher que perdeu direito a alimentos pela renúncia pode recuperá-lo por força de novo compromisso”, publicada em 15 de junho de 2012, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) rejeitou o recurso com o qual uma mulher que renunciou formalmente aos alimentos do ex-companheiro pretendia garantir a continuidade dos pagamentos.

**STJ - Recusa de cobertura de exame médico pelo plano de saúde gera dano moral**

O beneficiário de plano de saúde que tem negada a realização de exame pela operadora tem direito à indenização por dano moral. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o plano de saúde que se nega a autorizar tratamento a que esteja legal ou contratualmente obrigado agrava a situação de aflição psicológica do paciente, fragilizando o seu estado de espírito. [Resp 1201736-SC](#)

**STJ - Concessionária deve indenizar por morte de transeunte em via férrea, quando comprovada a culpa concorrente**

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reafirmou a tese de que, uma vez comprovada culpa concorrente, a concessionária de ferrovia tem o dever de indenizar pela morte de transeunte em via férrea. O relator é o ministro Luis Felipe Salomão e o julgamento se deu pelo rito dos recursos repetitivos. [REsp 1210064-SP](#) (Recurso Repetitivo)

**STJ - Cerveja Miller pode coexistir com aguardentes de marca parecida**

A colidência – semelhança ou igualdade de marcas de empresas diferentes – não ocorre se os produtos são distintos e diferentes as clientelas, ainda que pertençam ao mesmo segmento de mercado. A conclusão foi alcançada pela Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ),

ao decidir que a empresa norte-americana Miller Brewing Company, produtora da cerveja Miller, poderá continuar utilizando sua marca no país. O recurso julgado foi interposto pela Indústria Muller de Bebidas Ltda., fabricante das aguardentes Miler e Muller Franco. [Resp 1079344-RJ](#)

**[STJ - Corte de diárias de viagem não autoriza indenização por lucros cessantes](#)**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) afastou condenação por lucros cessantes numa ação indenizatória, porque se baseava em perda de remuneração correspondente ao corte de diárias de viagem. [REsp 912500-RN](#)

**[STJ - STJ garante a aposentado o direito de continuar como beneficiário em plano coletivo de saúde](#)**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) garantiu a um aposentado e seus dependentes o direito de continuar como beneficiários de plano de saúde coletivo operado pela Intermédici Serviços Médicos, isentos de carência, nas mesmas condições de cobertura assistencial e de preço *per capita* do contrato. O aposentado deverá assumir o pagamento integral da contribuição. [REsp 531370-SP](#)

**[STJ - Revogada antecipação de tutela em processo que discute danos em contrato com empresa multinacional](#)**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu revogar a antecipação de tutela concedida em favor da empresa Extra Equipamentos e Exportação Ltda., que determinava a recompra, por parte da multinacional Case Brasil e Cia., de todo o estoque de peças e implementos que remanesceram em poder da Extra. A decisão foi unânime. [REsp 1230240-MT](#)

**[STJ - Prêmio milionário da Mega-Sena será dividido em Santa Catarina](#)**

Após dois votos-vista, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu pela divisão do prêmio do concurso número 898 da Mega-Sena, sorteado em 2007. O prêmio foi ganho em um “bolão” entre o dono de uma marcenaria e um ex-empregado, e gerou uma discussão sobre o rateio do valor. A Turma acompanhou de forma unânime o voto do relator do recurso, ministro Massami Uyeda. [REsp 1202238-SC](#); [REsp 1109907-SC](#)

**[STJ - Preclusão não atinge impenhorabilidade de bem de família alegada só na apelação](#)**

A arguição de impenhorabilidade do bem de família é válida mesmo que só ocorra no momento da apelação, pois, sendo matéria de ordem pública, passível de ser conhecida pelo julgador a qualquer momento até a arrematação, e se ainda não foi objeto de decisão no processo, não está sujeita à preclusão. [REsp 981532-RJ](#)

**[STJ - Farmácia deve indenizar cliente por reutilização de seringa descartável](#)**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, por maioria de votos, restabelecer indenização a uma cirurgiã-dentista que foi exposta a uma seringa supostamente contaminada em uma farmácia no Rio de Janeiro. A Turma considerou que houve prestação defeituosa de serviço, como previsto no Código de Defesa do Consumidor (CDC). [REsp 1131385-RJ](#)

**[STJ - Petição protocolada no plantão judiciário do último dia do prazo é considerada intempestiva](#)**

O protocolo de petições e recursos deve ser efetuado dentro do horário de expediente regulado pela lei local. A tese, consolidada no Superior Tribunal de Justiça (STJ), foi ratificada pela Terceira Turma, que manteve posição da relatora, ministra Nancy Andrighi, no julgamento de um recurso do Piauí. De acordo com o entendimento, deve-se considerar intempestivo o recurso que, embora interposto no último dia do prazo recursal, foi recebido após o expediente forense. [AREsp 96048-PI](#)

**[STJ – Justiça gratuita não dispensa pagamento de honorários advocatícios no contrato de risco](#)**

Os honorários advocatícios nos contratos de risco, em que o advogado só recebe se for vitorioso no processo, são devidos mesmo nas ações que tenham o benefício da assistência

judiciária gratuita. A maioria da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) chegou a essa conclusão em ação movida por advogado contra seu ex-cliente. [REsp 1153163-RS](#)

#### **STJ - STJ ratifica liminar que garante a mãe brasileira a guarda de filhos noruegueses**

A Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ratificou liminar que garantiu a uma mãe brasileira a guarda, em território nacional, de seus dois filhos menores. O colegiado seguiu o voto do relator, ministro Napoleão Nunes Maia Filho, que levou em consideração a preocupação com o bem-estar dos menores.

#### **STJ - Julgamento de apelação que reexamina fatos não pode ser feito individualmente pelo relator**

Em grau de apelação, é possível o julgamento unipessoal do recurso quando a matéria, pacificada na jurisprudência, for exclusivamente de direito. Se for necessário reapreciar as provas, no entanto, o julgamento deve ser, desde o início, colegiado. A partir desse entendimento, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) anulou um julgamento do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) em que o desembargador relator decidiu individualmente sobre matéria de fato, numa ação que havia sido extinta no primeiro grau sem julgamento de mérito. [REsp 1261902-RJ](#)

#### **STJ - Quarta Turma rejeita recurso que pede aplicação da Lei de Imprensa**

Recurso especial contra decisão que negou aplicação da Lei de Imprensa, posteriormente à promulgação da Constituição de 1988, não pode ser conhecido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Isso porque o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADPF 130/DF, em abril de 2009, declarou a lei como não recepcionada pela Constituição Federal, com efeito retroativo. [REsp 863993-PB](#)

#### **STJ - Negada liminar que buscava suspender leilão decorrente de desconsideração inversa da personalidade jurídica**

O ministro Antônio Carlos Ferreira, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), rejeitou pedido para suspender leilão de imóvel de uma empresa que teve a personalidade jurídica desconsiderada por conta de dívida de alimentos de um de seus sócios.

#### **STJ - Empresa tem processo extinto por não informar mudança de endereço para recebimento de intimações**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em decisão unânime, negou recurso especial interposto por Ford Leasing S/A Arrendamento Mercantil contra entendimento do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ). O tribunal estadual manteve decisão de juízo de primeira instância que extinguiu um processo da empresa sem resolução do mérito, porque ela deixou de dar andamento à ação e não manteve seu endereço atualizado para receber intimações. [REsp 1299609-RJ](#)

#### **STJ - Oficial de registro civil se insurge contra determinações de juiz em averiguação de paternidade**

Cansado das determinações de um juiz em procedimento oficioso de averiguação de paternidade, um oficial do registro civil das pessoas naturais do Rio de Janeiro impetrou recurso em mandado de segurança no Superior Tribunal de Justiça (STJ) para assegurar o direito de exercer suas atribuições dentro dos limites legais. O recurso foi negado pela Quarta Turma. [RMS 25409-RJ](#)

#### **STJ - Liminar suspende decisão que responsabilizou empresa de ônibus por danos causados durante assalto**

O ministro Villas Bôas Cueva, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), concedeu liminar para suspender decisão do Colégio Recursal de Santo André (SP) que havia condenado uma empresa de ônibus a indenizar usuário que foi vítima de assalto durante o transporte. O ministro considerou que a decisão divergiu da jurisprudência sedimentada nas Turmas que integram a Segunda Seção do STJ, responsável pelas matérias de direito privado. [Rcl 9317-SP](#)

**[STJ - Paga a dívida, credor tem cinco dias para pedir exclusão de nome dos cadastros de inadimplentes](#)**

O credor deve requerer em cinco dias, contados da data do efetivo pagamento, a exclusão do nome do devedor dos serviços de proteção ao crédito, sob o risco de responder por dano moral. A decisão é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar recurso no qual um ex-devedor do Rio Grande do Sul reclamava indenização pela não retirada do seu nome, em tempo breve, da lista de inadimplentes. [REsp 1149998-RS](#)

**[STJ - Teoria do adimplemento substancial limita o exercício de direitos do credor](#)**

Como regra geral, se houver descumprimento de obrigação contratual, “a parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato, se não preferir exigir-lhe o cumprimento, cabendo, em qualquer dos casos, indenização por perdas e danos”, conforme dispõe o artigo 475 do Código Civil (CC). Entretanto, a doutrina e a jurisprudência têm admitido o reconhecimento do adimplemento substancial, com o fim de preservar o vínculo contratual. [REsp 1202514-RS](#); [REsp 1051270-RS](#); [REsp 1200105-AM](#); [AREsp 155885-MS](#); [REsp 761944-DF](#); [REsp 476775-MG](#); [REsp 883990-RJ](#) e [REsp 877965-SP](#)

**[STJ - Construtora é condenada a pagar multa por rescisão contratual prevista apenas contra o consumidor](#)**

É possível aplicar à construtora multa que o contrato previa apenas para a hipótese de inadimplemento do consumidor. Por outro lado, o comprador pode ter que pagar aluguéis pelo tempo em que morou no imóvel que apresentou defeitos na edificação, mesmo que eles decorram de culpa da construtora. A decisão é da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). [REsp 955134-SC](#)

**[STJ - STJ decidirá se aceita comprovação posterior de tempestividade de recurso em razão de feriado local](#)**

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) vai decidir se os órgãos julgadores do Tribunal passarão a admitir comprovação posterior de feriado local que altere o prazo para interposição de recurso. Até o momento, a comprovação posterior à apresentação do recurso não é permitida. Os ministros vão debater a possível mudança na jurisprudência consolidada no STJ para se alinhar ao novo entendimento adotado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). [AREsp 137141-SE](#) (em andamento)

**[STJ - Ações posteriores no Brasil não impedem homologação de sentença estrangeira](#)**

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por maioria, entendeu que a posterior propositura, no Brasil, de ações de separação e de alimentos, cujas sentenças não transitaram em julgado, não é empecilho, por si só, à homologação de sentença estrangeira. Dessa forma, o colegiado homologou sentença proferida na Corte do 11º Circuito Judicial do Condado de Miami-Dade (Flórida, Estados Unidos).

**[STJ - STJ aumenta honorários de R\\$ 800 para R\\$ 20 mil em ação milionária](#)**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) aumentou de R\$ 800 para R\$ 20 mil os honorários fixados a advogados de uma ação envolvendo indenização, à época, de R\$ 894 mil – valor que, atualizado, passa de R\$ 1 milhão. O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) havia considerado o valor dos honorários adequado, porque a decisão interlocutória conseguida pelos advogados apenas impediu a desconsideração da personalidade jurídica da empresa. [REsp 1176495-RS](#)

**[STJ - Luis Felipe Salomão afeta recursos à Segunda Seção para serem julgados como repetitivos](#)**

O ministro Luis Felipe Salomão decidiu afetar à Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) cinco recursos especiais sobre temas diversos, nos termos do artigo 543-C do Código de Processo Civil (recursos representativos de controvérsia repetitiva). Assim, todos os processos que tratam da mesma questão jurídica estão suspensos no STJ, nos tribunais dos estados e nos tribunais regionais federais. [REsp 1300418-SC](#); [REsp 1243646-PR](#); [REsp 1291575-PR](#); [REsp 1175089-MG](#) e [REsp 1124552-RS](#)

**[STJ - Bem de família pode ser penhorado para garantir pensão alimentícia decorrente de acidente de trânsito](#)**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) restabeleceu decisão que deferiu à mãe de vítima de acidente automobilístico a penhora de 50% do imóvel pertencente ao motorista responsável. A decisão foi unânime. [REsp 1186225-RS](#)

**[STJ - Adjudicação do imóvel não afasta interesse de agir do mutuário na ação revisional](#)**

O interesse de agir por parte do mutuário na ação revisional persiste mesmo depois de o bem objeto do contrato ter sido adjudicado. A decisão é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ,) que negou recurso de um banco contra mutuário que buscava a revisão de contrato de financiamento habitacional. [REsp 1119859-PR](#)

**[STJ - É possível incluir sobrenome do cônjuge depois do casamento](#)**

É possível acrescentar o sobrenome do cônjuge ao nome civil durante o período de convivência do casal. A decisão é da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em recurso no qual o Ministério Público do Estado de Santa Catarina alegava não ser possível a inclusão, nos termos da legislação atual. [REsp 910094-SC](#)

**[STJ - Inércia do credor na busca de bens penhoráveis impede nova suspensão da execução](#)**

O litígio não pode durar eternamente. Se o credor não toma medidas para que a execução tenha sucesso, pode ocorrer a prescrição. Com esse entendimento, a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) confirmou o indeferimento de novo pedido de suspensão da execução pela juíza da causa. [REsp 991507-RN](#)

**[STJ - Alimentos entre ex-cônjuges: para o STJ, excepcionais e temporários](#)**

A emancipação da mulher pode ser considerada uma das maiores conquistas sociais dos últimos tempos. A Constituição de 1988 trouxe para a prestação de alimentos entre cônjuges e companheiros o reflexo da nova sociedade, em que a mulher ganhou isonomia de tratamento e maior espaço para sua independência financeira. Antes confinada às tarefas domésticas, a mulher passou a exercer, com liberdade e independência, papéis-chave na sociedade. [REsp 933355-SP](#); [REsp 1205408-RJ](#); [REsp 1188399-PB](#); [REsp 886537-MG](#); [REsp 1087164-SP](#); [REsp 1143762-SP](#); [REsp 1025769-MG](#); [RHC 21514-GO](#) e [HC 187202-RJ](#)

**[STJ - Pai que usufrui sozinho do imóvel transferido aos filhos deve aluguéis à ex-mulher](#)**

O pai que reside em imóvel transferido aos filhos, após a separação do casal, deve pagamento de aluguéis pelo usufruto isolado do patrimônio. O entendimento é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar recurso especial do pai contra sua ex-mulher e filhos.

**[STJ - Novo ajuste entre credor e devedor sem anuência do fiador extingue a garantia](#)**

É possível a exclusão dos fiadores do polo passivo da execução, por conta de transação entre credor e devedor feita sem a anuência daqueles, quando houve, ainda, prorrogação do prazo para pagamento do débito. O entendimento é da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que seguiu integralmente o voto do relator, ministro Luis Felipe Salomão. [REsp 1013436-RS](#)

**[STJ - Menor pode incluir em seu nome mais um sobrenome da mãe](#)**

Uma pessoa pode mudar o seu nome, desde que respeite a sua estirpe familiar, mantendo os sobrenomes da mãe e do pai. A decisão é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Os ministros entenderam que, mesmo que vigore o princípio geral da imutabilidade do registro civil, a jurisprudência tem apresentado interpretação mais ampla, permitindo, em casos excepcionais, o abrandamento da regra.

**[STJ - Princípio da singularidade não veda interposição de recurso único para impugnar mais de uma decisão](#)**

O princípio da singularidade, também denominado de unirrecorribilidade, não veda a interposição de um único recurso para impugnar mais de uma decisão. O entendimento é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que proveu recurso do Banco da Amazônia S/A (Basa). [REsp 1112599-TO](#)



**STJ - Gestor de fundo de investimentos não responderá pelas perdas financeiras de investidor**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) afastou a responsabilidade civil de um gestor de fundo de investimentos pelos prejuízos financeiros sofridos por cliente em decorrência da desvalorização do real, ocorrida em janeiro de 1999, com a mudança da política cambial pelo governo. [REsp 799241-RJ](#)

**STJ - STJ altera jurisprudência e aceita comprovação posterior de tempestividade de recurso**

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) admitiu a comprovação posterior de feriado local ou suspensão de expediente forense no tribunal de origem que implique prorrogação do prazo para interposição do recurso especial. A decisão, unânime, altera a jurisprudência do STJ, que passa a acompanhar entendimento firmado em março último pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do Recurso Extraordinário 626.358. [AgRg no AREsp 137141-SE](#)

**STJ - Réu citado pessoalmente em ação civil e preso no prazo de defesa tem direito a curador especial**

A citação pessoal de réu em ação civil, seguida de sua prisão em processo criminal ainda durante o curso do prazo destinado à defesa na primeira demanda, exige que o juiz designe curador especial para defendê-lo. A decisão é a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). [REsp 1032722-PR](#)

**STJ - Não cabe ao MP impugnar acordo celebrado livremente por deficiente físico**

O Ministério Público não pode interpor recurso para impugnar a homologação de acordo decorrente de acidente de trabalho que tenha sido livremente celebrado por pessoa portadora de deficiência física. Com esse entendimento, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou pedido do Ministério Público do Estado de São Paulo contra decisão do Tribunal de Justiça daquele estado. [REsp 1105663-SP](#)

**STJ - O STJ e as possibilidades de mudança no registro civil**

O nome é mais que um acessório ou simples denominação. Ele é de extrema relevância na vida social, por ser parte intrínseca da personalidade. Tanto que o novo Código Civil trata do assunto em seu Capítulo II, esclarecendo que toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome. [REsp 910094-SC](#); [REsp 538187-RJ](#); [REsp 1256074-MG](#); [REsp 605708-RJ](#); [REsp 1189158-SP](#); [SEC 3999-US](#); [REsp 1259460-SP](#); [REsp 709608-MS](#); [REsp 1078285-MS](#); [REsp 1008398-SP](#) e [REsp 678933-RS](#)

**STJ - Poupança até 40 salários mínimos é impenhorável, mesmo que o dinheiro esteja em várias contas**

A impenhorabilidade de depósito em caderneta de poupança limita-se ao valor total de 40 salários mínimos, mesmo que o dinheiro esteja depositado em mais de uma aplicação dessa natureza. Esse é o entendimento da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). [REsp 1231123-SP](#)

**STJ - Obrigação de indenizar menor que ficou cego após parto prematuro depende da comprovação de culpa**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou a um menor, representado pelos pais, o direito de receber indenização por suposto erro médico que lhe teria causado cegueira. [REsp 992821-SC](#)

**STJ - Adoção conjunta pode ser deferida para irmãos, desde que constituam núcleo familiar estável**

Para a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), as hipóteses de adoção conjunta previstas no artigo 42 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) não são as únicas que atendem ao objetivo essencial da lei, que é a inserção do adotado em família estável. Com esse entendimento, a Turma negou provimento a recurso especial interposto pela União, que pretendia anular a adoção de uma criança feita por uma mulher, juntamente com seu irmão (já falecido).

### **STJ - Prescrição das ações por abandono afetivo conta da maioria do interessado**

O prazo prescricional das ações de indenização por abandono afetivo começa a fluir quando o interessado atinge a maioria e se extingue, assim, o pátrio poder. Com esse entendimento, a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu a ocorrência de prescrição em ação proposta por filho de 51 anos de idade.

### **STJ - Anulação de atos praticados por advogado suspenso do exercício profissional não é automática**

É relativa a nulidade decorrente de atos praticados por advogado cujo exercício profissional foi suspenso pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), tornando-se obrigatória a demonstração de efetivo prejuízo causado à defesa. Com esse entendimento, a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) não acolheu o pedido de um casal para que o julgamento de apelação fosse considerado nulo devido à suspensão da inscrição do advogado suscriptor na OAB. [REsp 1317835-RS](#)

### **STJ - Sem má-fé, prazo para rescisória começa no trânsito da última decisão, ainda que recurso seja intempestivo**

O prazo decadencial da ação rescisória só se inicia quando não for cabível mais nenhum recurso do último pronunciamento judicial, ainda que essa decisão tenha negado seguimento a recurso pela ausência de algum dos requisitos formais, aí incluída a tempestividade. Este foi o entendimento da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao julgar recurso interposto pela fazenda nacional. A decisão considerou tempestiva uma ação rescisória que contesta imunidade fiscal concedida à Esso Brasileira de Petróleo Ltda. pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2). [REsp 740530-RJ](#)

### **STJ - Ratinho e SBT terão de pagar 500 salários mínimos por danos morais a Roberto Falcão**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve condenação do apresentador Carlos Roberto Massa, conhecido como Ratinho, e da TV SBT Canal 4 de São Paulo S/A ao pagamento de indenização de 500 salários mínimos por dano moral ao ex-jogador de futebol Paulo Roberto Falcão. O Programa do Ratinho exibiu matéria sobre questões familiares da vítima, de forma vexatória e sensacionalista, causando constrangimento público. [REsp 1138138-SP](#)

### **STJ - Homologação de sentença arbitral pelo STJ extingue processo no Brasil**

Sentença arbitral estrangeira homologada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) justifica a extinção, sem julgamento de mérito, de processo judicial movido no Brasil com a mesma questão. Para os ministros da Terceira Turma, uma vez homologada a sentença, a extinção do processo judicial nacional, com o mesmo objeto, fundamenta-se na obrigatoriedade que a decisão arbitral adquire no Brasil por força da Convenção de Nova Iorque. [REsp 1203430-PR](#)

### **STJ - Advogado do falido tem direito a honorários de sucumbência em processo falimentar**

O advogado que representa o falido na discussão dos créditos falimentares deve receber honorários de sucumbência caso seja vitorioso. A decisão foi dada pela Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em recurso da fabricante de calçados Cosipla S/A contra o Banco do Brasil. A Turma considerou que os honorários são devidos ao advogado da massa falida e também ao do falido. [REsp 1003359-RS](#)

### **STJ - Grupo Pão de Açúcar deve provar que não é responsável por botulismo contraído por consumidora**

A Companhia Brasileira de Distribuição (Grupo Pão de Açúcar) deve produzir provas que comprovem que a empresa não é responsável pelo botulismo contraído por uma consumidora. A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou recurso da rede de supermercados e manteve a inversão do ônus da prova. [Resp 1263895-SP](#)

### **STJ - Juros de mora podem ser acumulados com multa diária na execução para entrega de coisa**

É legal a acumulação de juros de mora com multa diária estipulada para forçar o cumprimento de decisão judicial, a chamada astreinte. De acordo a Terceira Turma do Superior Tribunal de

Justiça (STJ), essa multa pode ser determinada pelo magistrado mesmo que não haja pedido no processo. [REsp 1198880-MT](#)

**STJ - Paciente que teve o rosto deformado em cirurgia vai receber R\$ 20 mil de indenização**

Um economista que teve o rosto deformado ao se submeter a cirurgia para correção de desvio de septo vai receber R\$ 20 mil de indenização por dano moral. Perícia constatou que houve erro médico no momento da infiltração. A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou seguimento a recurso do médico responsabilizado pelo erro, ficando mantida a decisão da Justiça de São Paulo sobre o caso. [REsp 1175958-SP](#)

**STJ - Salário pode ser penhorado para pagar dívida de pensão alimentícia acumulada**

Os vencimentos, soldos e salários, entre outras verbas remuneratórias do trabalho, podem ser penhorados para o pagamento de prestação alimentícia. A execução desse crédito, mesmo que pretérito, por quantia certa, não transforma sua natureza nem afasta a exceção à impenhorabilidade daquelas verbas. A decisão é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O entendimento contraria posição adotada pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS). Para os desembargadores gaúchos, a penhora deveria ser afastada porque a execução seguia o rito da quantia certa e dizia respeito a dívida não atual.

**STJ - Kalunga deve indenizar CBF por uso de símbolo em cadernos da banda Sepultura**

A Kalunga deve pagar à Confederação Brasileira de Futebol (CBF) R\$ 71,5 mil em indenização por dano moral devido ao uso não autorizado de símbolos da entidade em cadernos. O ministro Luis Felipe Salomão, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), negou pedido da empresa para que a Corte Superior analisasse seu recurso contra a condenação imposta pela Justiça paulista. [AREsp 205079-SP](#)

**STJ - Não é possível determinar, em liquidação de sentença, a indenização de danos deduzidos por meras presunções**

Se o réu não deu causa à perda de provas e não é possível avaliar o montante do dano causado, a única solução é fixar a indenização no limite que pode ser calculado com grau aceitável de certeza. O entendimento é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que rejeitou arbitramento de danos materiais embasado apenas em presunções. [REsp 1280949-SP](#)

**STJ - Se não tiver estrutura, MP pode pedir providências do Judiciário para proteger direitos de menores**

Caso não tenha a estrutura necessária, o Ministério Público pode solicitar ao Judiciário providências para garantir os direitos de menores, como a elaboração do estudo social sobre crianças e adolescentes em situação de risco. A decisão foi tomada de forma unânime pela Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que interpretou que a garantia integral e a prioridade dadas à proteção dos direitos dos menores obrigam a atuação do Judiciário. A Turma acompanhou o voto do relator, ministro Luis Felipe Salomão. [REsp 1308666-MG](#)

**STJ - Direitos conexos: STJ define direitos de quem participou de obra da qual não detém autoria**

A produção de um filme costuma demorar meses e contar com grande número de artistas. Mas na hora de explorar a obra financeiramente, como são divididos os rendimentos decorrentes, por exemplo, de sua distribuição? Como os atores participam desse processo? [REsp 1046603-RJ](#); [Ag 1240190-SP](#); [REsp 148781-SP](#); [REsp 1207447-RS](#); [REsp 152231-SP](#); [REsp 438138-DF](#)

**STJ - Aposentadoria aplicada como reserva por um dos cônjuges deve ser partilhada em inventário**

Os proventos de aposentadoria investidos em aplicação financeira por cônjuge casado em regime de comunhão universal de bens integram o patrimônio comum do casal, porque deixam de ter caráter alimentar. Por esse motivo, o valor aplicado, inclusive os rendimentos, deve ser partilhado no momento em que sociedade conjugal for extinta. [REsp 1053473-RS](#)

**[STJ - Inconstitucionalidade incidental não pode ser arguida no STJ pelo autor de recurso especial](#)**

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) não conheceu da arguição de inconstitucionalidade suscitada pela Quarta Turma a respeito dos incisos III e IV do artigo 1.790 do Código Civil de 2002, que tratam da ordem de sucessão do companheiro ou da companheira, relativamente aos bens adquiridos na vigência da união estável. [REsp 1135354-PB](#)

**[STJ - Partilha de bens na dissolução de união estável após a Lei 9.278 dispensa prova de esforço comum](#)**

A partir da vigência da Lei 9.278/96, os bens adquiridos a título oneroso na constância da união estável, individualmente ou em nome do casal, pertencem a ambos, dispensada a prova de que sua aquisição decorreu do esforço comum dos companheiros. Com esse entendimento, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) não acolheu o recurso de ex-companheira, que pretendia ver partilhados somente os bens adquiridos em nome de ambos e não todos os bens acrescentados ao patrimônio durante a constância da união.

**[STJ - Ganhadores da Mega-Sena ainda disputam o prêmio na Justiça](#)**

Ganhadores do concurso número 898 da Mega-Sena, sorteado em 2007, ficaram inconformados com a decisão da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que determinou a divisão do prêmio de quase R\$ 28 milhões entre dois ganhadores. Eles voltaram a recorrer, agora por meio de embargos de declaração, recurso interno que tem o objetivo de contestar omissão, contradição ou obscuridade de decisão judicial. Mas a decisão foi mantida por unanimidade de votos dos ministros da Turma. [REsp 1202238-SC](#); [EDcl no REsp 1202238-SC](#)

**[STJ - ECT indenizará advogado que perdeu prazo de recurso por atraso na remessa postal](#)**

A responsabilidade do advogado quanto ao cumprimento dos prazos processuais não afasta a dos Correios pelas consequências da prestação de serviço defeituoso. Com esse entendimento, a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu dano moral sofrido por advogado que teve recurso julgado intempestivo (interposto fora do prazo), em consequência de atraso no serviço prestado pelos Correios, condenando a empresa ao pagamento de R\$ 20 mil de indenização. [REsp 1210732-SC](#)

**[STJ - Normas do CDC podem ser aplicadas na compra de veículo para uso profissional](#)**

A aquisição de veículo para utilização como táxi, por si só, não impede a aplicação das normas protetivas do Código de Defesa do Consumidor (CDC). A constatação de defeito em carro novo configura hipótese de vício do produto, respondendo solidariamente a concessionária e o fabricante, conforme dispõe o artigo 18, *caput*, do CDC. [REsp 611872-RJ](#)

**[STJ - Pedido de falência em comarca errada impõe deslocamento da recuperação de todo o grupo de empresas](#)**

A distribuição do pedido de falência ou recuperação judicial torna o juízo prevento para outros pedidos relativos ao mesmo devedor. No entanto, de quem é a competência para julgar o pedido de recuperação de um grupo de empresas, com sedes em comarcas distintas, se já houve falência requerida contra uma delas, porém em comarca errada? [CC 116743-MG](#)

**[STJ - Interrompido julgamento sobre honorários advocatícios em cumprimento provisório de sentença](#)**

Três ministros da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) votaram contra a possibilidade de advogados receberem honorários de sucumbência relativos a cumprimento provisório de sentença. O ministro João Otávio de Noronha e a ministra Nancy Andrighi seguiram o voto do relator, ministro Luis Felipe Salomão, que afastou honorários arbitrados em benefício de advogados no início da execução. O julgamento foi interrompido por pedido de vista do ministro Mauro Campbell Marques, depois de relatada a matéria na sessão da última quarta-feira (17). A controvérsia diz respeito ao pagamento de honorários ao advogado que se adianta ao trânsito em julgado da decisão, na pendência de recurso desprovido de efeito suspensivo. [REsp 1291736-PR \(em andamento\)](#)

**[STJ - Juízo da recuperação deve julgar ação sobre protesto de sentença trabalhista](#)**

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu que cabe ao juízo da recuperação judicial processar e julgar ação em que a empresa em recuperação contesta protesto de título decorrente de execução de sentença trabalhista. A definição seguiu integralmente o voto do relator do conflito de competência, ministro Villas Bôas Cueva. **[CC 118819-MG](#)**

**[STJ - Suspensos processos que discutem intimação pessoal em cobrança de multa nos juizados especiais do PR](#)**

A Súmula 410 do Superior Tribunal de Justiça (STJ) dispõe que "a prévia intimação pessoal do devedor constitui condição necessária para a cobrança de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer". Com base na súmula, o ministro Humberto Martins admitiu reclamação interposta pela Sercomtel S/A Telecomunicações contra decisão de turma recursal que julgou ser desnecessária a intimação pessoal para a incidência de multa diária no caso de descumprimento de obrigação. **[Rcl 9221-PR](#)**

**[STJ - Renúncia à herança só pode ser feita por procurador constituído por instrumento público](#)**

Por maioria de votos, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que, quando a renúncia à herança é feita por procurador, este não pode ser constituído mediante instrumento particular. A outorga da procuração precisa ser feita por instrumento público ou termo judicial. **[REsp 1236671-SP](#)**

**[STJ - Insatisfação de paciente com cirurgia de redução de mama não justifica indenização](#)**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) afastou a responsabilidade de médico por conta de insatisfação de paciente que passou por cirurgia de redução de mamas. O procedimento foi considerado de natureza mista – estética e corretiva – e os ministros entenderam que não foi comprovada imperícia do profissional, de modo que o dano alegado pela autora seria decorrente de fatores imprevisíveis e inesperados. Além disso, a mera insatisfação da paciente com o resultado não autoriza a indenização.

**[STJ - Bens doados a terceiros não devem ser levados à colação](#)**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) rejeitou recurso de espólio que pretendia fazer levar à colação bens doados a terceiros pela falecida. O espólio argumentava que as liberalidades foram realizadas com o único propósito de fraudar a herança legítima dos herdeiros necessários excluídos do testamento. **[REsp 1284828-RS](#)**

**[STJ - Suspensa decisão que impôs juros e correção em dano moral a partir da publicação da sentença](#)**

O ministro Villas Bôas Cueva, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), admitiu o processamento de reclamação e deferiu pedido de liminar, para suspender a decisão de turma recursal de juizados especiais que, ao julgar caso de responsabilidade extracontratual, determinou o pagamento de juros de mora e correção monetária a partir da publicação da sentença. **[Rcl 10096-CE](#)**

**[STJ - Valor da causa é aumentado de R\\$ 10 mil para mais de R\\$ 600 mil](#)**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve em R\$ 601,2 mil o valor da causa em que o ex-sócio majoritário de uma empresa pede remuneração mensal de R\$ 50,1 mil pelo uso de seu capital. Inicialmente, o próprio autor atribuiu à causa o valor de R\$ 10 mil. **[REsp 981415-RJ](#)**

**[STJ - Cônjuges com advogados distintos têm prazo em dobro, mesmo sem requerimento](#)**

Mesmo que sejam cônjuges, as partes com advogados distintos têm prazo em dobro, independentemente de requerimento. O entendimento unânime é da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A Turma também decidiu que, acolhida exceção de incompetência, o processo permanece suspenso. O prazo para contestação só será retomado após o réu ser intimado no novo juízo. **[REsp 973465-SP](#)**

**[STJ - Regime de bens e divisão da herança: dúvidas jurídicas no fim do casamento](#)**

Antes da celebração do casamento, os noivos têm a possibilidade de escolher o regime de bens a ser adotado, que determinará se haverá ou não a comunicação (compartilhamento) do patrimônio de ambos durante a vigência do matrimônio. Além disso, o regime escolhido servirá para administrar a partilha de bens quando da dissolução do vínculo conjugal, tanto pela morte de um dos cônjuges, como pela separação. [REsp 954567-PE](#), [REsp 975964-BA](#), [EDcl no REsp 975964-BA](#), [REsp 1117563-SP](#) e [REsp 1111095-RJ](#)

#### **STJ - Não é possível discutir abusividade de cláusulas contratuais em ação de prestação de contas**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) estabeleceu que, em ação de prestação de contas, não é possível discutir o caráter abusivo de cláusulas de contrato de abertura de crédito em conta corrente. A Turma manteve decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), que negou provimento à apelação do recorrente. [REsp 1166628-PR](#)

#### **STJ - STJ eleva de R\$ 10 mil para R\$ 500 mil os honorários em causa de R\$ 22,4 milhões**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) elevou de R\$ 10 mil para R\$ 500 mil o valor de honorários advocatícios a serem pagos pela Publicar do Brasil Listas Telefônicas Ltda. em caso que envolvia a execução de R\$ 22,4 milhões. Os ministros deram provimento a recurso especial da Telelistas Ltda. para aumentar a verba. [REsp 1146988-ES](#)

#### **STJ - Comprador em contrato de gaveta pode opor embargo à penhora de imóvel hipotecado**

A compradora de um imóvel hipotecado, mesmo com contrato não registrado em cartório, pode embargar penhora para defender seus próprios direitos. A Quarta Turma chegou a essa conclusão em recurso interposto pela Caixa Econômica Federal (CEF) contra julgado do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1). A Turma acompanhou de forma unânime o relator do processo, ministro Raul Araújo. [REsp 465023-PA](#)

#### **STJ - Falta de nulidade de procuração não é erro material passível de correção após o trânsito em julgado**

A falta de declaração de nulidade de procuração e substabelecimento não pode ser considerada erro material na sentença, a ponto de permitir sua correção após o trânsito em julgado. O erro material passível de ser corrigido é aquele evidente, que pode ser detectado à primeira vista, sem alterar o conteúdo da decisão judicial. [REsp 1151982-ES](#)

#### **STJ - As ciladas do consumo na mira da Justiça**

Estudos do Ministério da Fazenda apontam que, em 2020, o país será o quinto mercado consumidor do mundo. Se as previsões estiverem certas, os brasileiros vão estar dispostos a gastar mais com moradia, lazer, educação e alimentos. Os dados informam que o consumo das famílias passará de R\$ 2,3 trilhões em 2010 para R\$ 3,5 trilhões até o final da década, um número que chama a atenção para a necessidade do consumo consciente. [REsp 684712-DF](#); [REsp 332025-MG](#); [REsp 63981-SP](#); [REsp 1181066-RS](#); [REsp 1144840-SP](#); [REsp 849442-RS](#); [REsp 921669-RS](#); [REsp 267758-MG](#); [REsp 735701-CE](#); [REsp 1149998-RS](#); [REsp 1276311-RS](#); [Rcl 4310-MA](#) e [REsp 856278-PR](#)

#### **STJ - Clube de futebol terá de indenizar policial ofendido por jogador durante partida**

O América Futebol Clube, do Rio Grande do Norte, terá de indenizar policial militar que teria sido chamado de “macaco” por um jogador do time durante um partida de futebol. O ministro Luis Felipe Salomão rejeitou a pretensão do clube de levar ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) a discussão sobre o caso. Para o magistrado, a análise do recurso exigiria reexame de fatos e provas, o que é vedado ao STJ pela Súmula 7. Por isso, a condenação, imposta pela Justiça potiguar, fica mantida. [AREsp 75417-RN](#)

#### **STJ - Editora Abril terá de publicar sentença condenatória em revista impressa e na internet**

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve decisão que condenou a Editora Abril S/A a publicar na revista *Veja* (em suas versões impressa e na internet) sentença judicial favorável a Eduardo Jorge Caldas Pereira, secretário-geral da Presidência da República no governo Fernando Henrique Cardoso. [AR 4490-DF](#)

#### **STJ - Suspenso julgamento de recurso sobre fixação de alimentos compensatórios**

Presentes na doutrina, mas ainda pouco discutidos na jurisprudência brasileira, os alimentos compensatórios se destinam a restaurar o equilíbrio econômico-financeiro rompido com a dissolução do casamento. No Superior Tribunal de Justiça (STJ), o tema está sendo tratado na Quarta Turma, no julgamento de um recurso vindo de Alagoas, que foi suspenso após pedido de vista. **(em andamento)**

**[STJ - Decisão que converteu recuperação judicial da Vasp em falência é cassada](#)**

O ministro Massami Uyeda, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), cassou decisão da Justiça paulista que converteu a recuperação judicial da Viação Aérea São Paulo (Vasp) em falência. O ministro levou em consideração a necessidade da prevalência do princípio da preservação da empresa em detrimento dos interesses individuais de determinados credores. **[REsp 1299981-SP](#)**

**[STJ - Ação de prestação de contas não serve para fiscalizar gastos com pensão alimentícia](#)**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entende que a ação de prestação de contas não é via processual própria para fiscalizar gastos com pensão alimentícia. Por maioria, os ministros decidiram que eventual reconhecimento de má utilização do dinheiro por quem detém a guarda do menor alimentando não pode resultar em nenhuma vantagem para o autor da ação, de modo que só os meios processuais próprios podem alterar as bases da pensão.

**[STJ - ECT não terá de indenizar cliente por roubo de fitas em caminhão da empresa](#)**

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) não terá de indenizar o Consórcio Europa Severiano Ribeiro pelo roubo de fitas de vídeo que estavam sendo transportadas em caminhão de sua propriedade. O veículo foi assaltado e teve toda a carga roubada. A decisão é da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que deu provimento a recurso da ECT. **[REsp 976564-SP](#)**

**[STJ - Reportagem publicada em site não enseja indenização a filho de Lula](#)**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou provimento ao recurso especial interposto por Fábio Luís Lula da Silva, filho do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. **[REsp 1330028-DF](#)**

**[STF - Ministro Celso de Mello divulga íntegra de voto em ADPF sobre anencefalia](#)**

Leia a íntegra do voto do ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 54, que discutiu a interrupção terapêutica de parto de fetos com anencefalia. A ação, ajuizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS), foi julgada em abril deste ano. Por maioria, o STF declarou a inconstitucionalidade de interpretação segundo a qual a interrupção da gravidez de fetos anencéfalos é conduta tipificada nos artigos 124, 126 e 128, incisos I e II, do Código Penal. **[ADPF 54-DF](#)**

**[STJ - Ordem de cadastro de adoção cede diante do melhor interesse da criança](#)**

A observância da ordem cronológica do cadastro de interessados em adotar determinada criança não é absoluta e deve ser excepcionada em favor do melhor interesse do menor. A decisão da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) mantém processo de adoção por casal que esteve com a criança por dois de seus dois anos e cinco meses de idade.

**[STJ - Comprador de imóvel litigioso não tem legitimidade para opor embargos de terceiro](#)**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reafirmou o entendimento de que a pessoa que adquire bem litigioso não possui a qualidade de terceiro e, portanto, não tem legitimidade para opor embargos de terceiro, buscando defender tal bem em execução movida contra quem o alienou. **[REsp 1227318-MT](#)**

**[STJ - Prazo para Defensoria Pública recorrer começa quando processo é recebido no órgão](#)**

A contagem dos prazos para a interposição de recurso pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública tem início no dia seguinte à data do recebimento dos autos com vista no respectivo órgão, e não quando seu representante registra ciência no processo. Esse foi o

entendimento da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no julgamento de recurso especial interposto contra o Banco Santander. [REsp 1278239-RJ](#)

**[STJ - Mantida decisão que responsabilizou a CEF pela falta de registro de imóvel em nome do comprador](#)**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve decisão da Justiça do Rio Grande do Sul que rescindiu contrato de compra e venda de imóvel e responsabilizou a Caixa Econômica Federal (CEF) por irregularidades que inviabilizaram o registro da propriedade em nome do comprador, condenando a instituição à devolução das parcelas pagas. [REsp 1240049-RS](#)

**[STJ - Direito do devedor: a jurisprudência do STJ sobre ação de consignação em pagamento](#)**

Bancos, carnês de lojas, financeiras, cartão de crédito: as opções que o brasileiro tem atualmente no mercado para dispor de dinheiro e engrossar a lista de endividados no país é grande. Dados do Banco Central revelam que, até setembro, quase 61 milhões de pessoas tinham operações de crédito ativas em instituições financeiras. E a expectativa do Banco Central é que os atuais clientes tomem novos financiamentos. [REsp 1132662-PI](#); [REsp 1131377-RJ](#); [REsp 444128-PR](#); [REsp 708421-RS](#); [REsp 55911-SP](#); [REsp 1020982-RS](#); [REsp 692603-RS](#) e [REsp 568552-GO](#)

**[STJ - Cursos superiores no Mercosul devem ser reconhecidos em seus próprios países para serem aceitos no Brasil](#)**

Para serem válidos no Brasil, cursos superiores e de especialização oferecidos por instituições de ensino dos países do Mercosul devem ser reconhecidos em seus próprios países. A exigência está no Decreto 5.518/05, que incorporou no ordenamento jurídico brasileiro o Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados Partes do Mercosul. [Resp 1280233-PR](#)

**[STJ - Causa madura pode ser aplicada em matéria fática, desde que não seja preciso produzir novas provas](#)**

O tribunal pode julgar em apelação matéria de fato não decidida pela sentença, aplicando a teoria da causa madura, desde que não seja preciso produzir novas provas. A decisão é da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). [REsp 981416-SP](#)

**[STJ - Mantida decisão que dispensou testemunhas em demanda sobre honorários de corretor](#)**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou pedido de um corretor do Paraná que pretendia receber honorários devidos pela suposta intermediação da venda de um imóvel, ocorrida em 2005. [REsp 1228751-PR](#)

**[STJ - Acordo extrajudicial tem força executiva própria e dispensa homologação](#)**

“O Poder Judiciário não pode ser utilizado como mero cartório que incluirá, em documentos submetidos à sua sumária avaliação, um mero selo, que sequer pode ser chamado selo de qualidade, porque não é submetido, do ponto de vista substancial, a seu controle efetivo.” Esse entendimento da ministra Nancy Andrighi embasou decisão da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que negou homologação de acordo extrajudicial, por falta de interesse das partes. [REsp 1184267-MS](#)

**[STJ - Entidades de classe não precisam pagar taxa judiciária em ações coletivas](#)**

A taxa judiciária, instituída em âmbito estadual para custeio de serviços forenses, não pode ser cobrada de entidades de classe que ajuízam ações civis públicas ou ações coletivas previstas no Código de Defesa do Consumidor (CDC). A decisão é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). [REsp 1288997-RJ](#)

**[STJ - Admitida reclamação sobre cabimento de danos morais pela inscrição do nome de devedor sem prévia notificação](#)**

O ministro Villas Bôas Cueva admitiu o processamento de reclamação apresentada por um consumidor contra decisão de turma recursal que entendeu que a falta de notificação prévia sobre a inserção de nome em lista de inadimplentes, por si só, não configuraria dano moral. O



ministro concedeu liminar para suspender a decisão, até o julgamento final da reclamação pela Segunda Seção, por considerar que, em um juízo de cognição sumária, o entendimento da turma recursal diverge da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ). [Rcl 10050-MS](#)

#### **STJ - Editora deve pagar R\$ 240 mil à atriz Carolina Ferraz por dano moral**

O Grupo de Comunicação Três S/A, editor da revista *IstoÉ Gente*, deve pagar R\$ 240 mil a título de indenização por danos morais à atriz Carolina Ferraz. Também são devidos R\$ 120 mil para reparação de dano patrimonial. A empresa foi processada pela atriz por promover campanha publicitária de lançamento da revista anunciando o fim de seu casamento, com a utilização de sua imagem sem autorização. [REsp 1102756-SP](#)

#### **STJ - Rejeitada desconsideração de personalidade jurídica de empresa extinta antes da ação de cobrança**

Para o Superior Tribunal de Justiça (STJ), a desconsideração da personalidade jurídica de empresa, para que suas obrigações atinjam os sócios, exige a prática de atos que configurem a ocorrência de confusão patrimonial ou desvio de finalidade da sociedade empresarial. Só assim é possível afastar a separação patrimonial entre sócios e sociedade. [EDcl no AgRg no Resp 762555-SC](#)

#### **STJ - Processo da Ford contra a Nissan por publicidade agressiva fica em São Paulo**

Uma campanha publicitária da Nissan, que menciona pejorativamente o veículo Focus, da Ford, levou a montadora ofendida a mover ação cominatória para suspender a veiculação, cumulada com pedido de ressarcimento por danos morais e materiais. Para a Ford, houve concorrência desleal e parasitária. [Resp 1347669-SP](#) e [AgRg no REsp 1347669-SP](#)

#### **STJ - Apelação é inepta quando deixa de demonstrar os fundamentos de fato e de direito ou de impugnar a sentença**

Não atende aos requisitos legais a apelação que deixa de demonstrar os fundamentos de fato e de direito necessários ou de impugnar os argumentos da sentença. Esse foi o entendimento da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao julgar recurso especial interposto contra o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul). [REsp 1320527-RS](#)

#### **STJ - É possível inclusão do sobrenome de companheiro, mesmo sem impedimento legal para o matrimônio**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que é possível a alteração de registro de nascimento para a inclusão do sobrenome de companheiro, mesmo quando ausente comprovação de impedimento legal para o casamento, conforme exigia o artigo 57, parágrafo 2º, da Lei de Registros Públicos (Lei 6.015/73). [REsp 1206656-GO](#)

#### **STJ - Franquia: veja o que o STJ vem decidindo sobre o tema**

Quem nunca pensou em abrir um negócio? Muitas pessoas que querem mudar de vida e se tornar seu próprio chefe recorrem à franquia para realizar esse sonho. De acordo com um estudo feito pela Associação Brasileira de Franchising (ABF), o segmento de franquias no Brasil cresceu 16,9% em 2011, atingindo o faturamento de mais de R\$ 88 bilhões. Atualmente, representa 2,3% do PIB nacional. [REsp 632958-AL](#); [REsp 695792-PR](#); [REsp 818799-SP](#); [Rcl 1554-BA](#)

#### **STJ - TJSP torna petição eletrônica obrigatória; STJ estuda medida**

A partir desta segunda-feira (3), todas as ações destinadas às 45 varas cíveis centrais do Fórum João Mendes Júnior, do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), somente poderão ser distribuídas por peticionamento eletrônico. A medida, que é mais um passo na revolução digital por que passa o Judiciário brasileiro, torna indispensável a aquisição de certificado digital padrão ICP-Brasil pelos advogados.

#### **STJ - Plano de saúde é obrigado a cobrir atendimento domiciliar para doença prevista no contrato**

O ministro Luis Felipe Salomão, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), reconheceu como abusiva a cláusula restritiva de direito que exclui do plano de saúde o custeio de serviço de *home care* (internação domiciliar), quando a doença está abrangida pelo contrato. A decisão

beneficiou uma seguradora de São Paulo e obriga a Amil Assistência Médica Internacional a arcar com o tratamento especial. [AREsp 90117-SP](#)

#### **STJ - STJ aumenta honorários em ação rescisória, diante dos valores e circunstâncias do caso**

O ministro Luis Felipe Salomão, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), elevou honorários advocatícios, em ação rescisória, de R\$ 800 para R\$ 5 mil. O ministro entendeu que o valor fixado não era proporcional ao trabalho desenvolvido pelos advogados. O valor da causa é de R\$ 137.107,24. [AREsp 13877-RS](#) e [EDcl no AREsp 13877-RS](#)

#### **STJ - Troca de sobrenome de advogado invalida intimação**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) anulou uma intimação por conta de erro na grafia do nome do advogado, que o impediu de apresentar impugnação no prazo devido. Com a decisão, foram anulados também todos os atos processuais praticados após a intimação invalidada. [REsp 1335625-ES](#)

#### **STJ - Justiça pode determinar que sem-terras fiquem longe de fazenda invadida**

Não viola a liberdade de locomoção dos trabalhadores sem-terras a ordem judicial que determina seu distanciamento de fazenda invadida anteriormente. Para a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), se a decisão que determina o distanciamento mínimo atende à razoabilidade para garantir posse tida como legítima, não há ilegalidade. [HC 243253-MS](#)

#### **STJ - Anulação de testamento deve ser julgada pelo juízo do inventário e não pelo que processou sua abertura**

Não há prevenção do juízo da ação de abertura, registro e cumprimento do testamento para a ação anulatória da manifestação de última vontade. A economia processual e a relação de prejudicialidade entre a anulatória e o inventário, porém, determinam que sejam processados pelo mesmo juízo. A decisão é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). [REsp 1153194-MS](#)

#### **STJ - Terceira Turma aplica teoria da perda da chance e reduz indenização por erro médico**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reduziu o valor de indenização – de R\$ 120 mil para 96 mil – a ser paga por médico oncologista em virtude de erro profissional no tratamento de câncer de mama. O colegiado, seguindo o voto da relatora, ministra Nancy Andrighi, aplicou ao caso a teoria da perda da chance. [REsp 1254141-PR](#)

#### **STJ - Acidente no rodoanel de São Paulo gera dano moral a moradores que tiveram de sair de casa**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que a necessidade de desocupação temporária de residências, em razão de acidente ocorrido durante a execução de obras no Rodoanel Mário Covas, em São Paulo, caracteriza a ocorrência de dano moral. O colegiado condenou a Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras) e a Dersa Desenvolvimento Rodoviário S/A, solidariamente, ao pagamento de R\$ 500 por dia de comprovado afastamento dos moradores da área do acidente. [REsp 1292141-SP](#)

#### **STJ – Bateau Mouche: quase 25 anos depois, recursos ainda tramitam na Justiça**

Réveillon de 1988. Baía de Guanabara. O que seria uma celebração grandiosa, diante de um dos cenários de ano-novo mais conhecidos do mundo, tornou-se uma das maiores tragédias nacionais. Os desdobramentos jurídicos do caso são ilustrativos de como o excesso de recursos e trâmites processuais pode impactar o desfecho de disputas judiciais. Conheça como o Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem enfrentado as questões decorrentes desse acidente. [CC 1334-RJ](#); [REsp 158051-RJ](#); [REsp 334759-RJ](#); [REsp 220656-RJ](#); [AgRg no AI 541621-RJ](#); [REsp 170681-RJ](#); [REsp 875575-RJ](#) e [REsp 942414-RJ](#).

#### **STJ - Taxa de associação, mesmo equiparada a condomínio, não autoriza penhora do bem de família**

Ainda que decisão transitada em julgado contrarie a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e equipare taxa de associação de moradores a condomínio, a obrigação é

pessoal e não permite a penhora do bem de família para quitar a dívida. A decisão é da Terceira Turma do STJ. [REsp 1324107-SP](#)

**STJ - Excesso em doações que possa prejudicar herdeiros deve ser avaliado no momento do ato**

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) rejeitou ação rescisória que pretendia anular julgamento da Terceira Turma, que entendeu válidas as doações feitas ao longo da vida por falecido à sua viúva. Para o autor da rescisória, o excesso de doações deveria ser considerado no momento da abertura da sucessão. [AR 3493-PE](#)

**STJ - Prescrição de indenização por morte conta do óbito e não do acidente que o causou**

O prazo de prescrição do dano moral decorrente de falecimento de ente querido é contado da data da morte e não do acidente que a causou. Para a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), não é possível que a pretensão à indenização, nesses casos, surja antes da morte. [REsp 1318825-SE](#)

## **Direito Privado 2**

**STJ - Agravo contra antecipação de tutela ou medida liminar não pode ser retido**

O agravo interposto contra decisão que concede tutela antecipada ou impõe medida liminar não pode ser convertido em agravo retido. A decisão da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu o direito líquido e certo do Banco do Brasil (BB) a ter agravo processado e julgado pelo Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL). [RMS 31445- AL](#)

**STJ - CEF terá que indenizar pelo valor sentimental de joias roubadas do cofre**

Dano moral não decorre da natureza do bem ou interesse lesado, mas do efeito da lesão sobre a vítima. Com essa consideração, a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) rejeitou pedido da Caixa Econômica Federal (CEF) para reverter condenação por danos morais, determinada em favor de vítima de roubo de joias guardadas em seu cofre. [REsp 1080679-PA](#)

**STJ - Cobrança de mensalidade de serviço educacional por valor fixo é abusiva**

Não é possível a cobrança de mensalidade de serviço educacional pelo sistema de valor fixo, independentemente do número de disciplinas cursadas, sobretudo nos casos em que o aluno cursa novamente apenas as disciplinas em que foi reprovado. [REsp 927457-SP](#)

**STJ - Disputa no mercado de produtos infantis volta ao TJRJ para correção de omissões**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou o retorno, para o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), do processo que trata de disputa comercial entre a MAM Babyartikel GMBH e a Babycare Comercial Importadora e Exportadora Ltda. O TJRJ terá que suprir omissões apontadas pela MAM em embargos de declaração. [REsp 1127905-RJ](#)

**STJ - Suspensas todas as execuções trabalhistas contra a Varig**

As execuções trabalhistas em curso contra a VRG Linhas Aéreas S/A, antiga Varig, estão suspensas. A decisão é do presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Ari Pargendler, que concedeu à empresa controlada pelo Grupo Gol liminar em conflito de competência. A decisão também estabelece que cabe ao juiz de direito da 1ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro decidir sobre medidas urgentes envolvendo a empresa em processo de recuperação judicial. [CC 120625-RJ](#)

**STJ - Suspensas execuções de multas milionárias arbitradas por juizado especial**

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Ari Pargendler, suspendeu duas execuções contra o Banco Santander, que superam R\$ 9,6 milhões. As cobranças são relativas a multas por descumprimento de ordens judiciais (astreintes) no curso de ações de consumidores contra a instituição bancária, que tramitam no juizado especial do Maranhão. [Rcl 7608-MA](#) e [Rcl 7609-MA](#)

### **STJ - Reclamação sobre cabelo em produto alimentício não é admitida**

A jurisprudência a ser confrontada como paradigma, nas reclamações contra decisões de turmas recursais da Justiça especial estadual, deve se limitar aos precedentes exarados em recursos repetitivos (artigo 543-C do Código de Processo Civil) ou súmulas do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A observação foi feita pelo ministro Raul Araújo, da Segunda Seção, ao negar seguimento a reclamação proposta pela Nestlé Brasil Ltda. [Rcl 5975-PR](#)

### **STJ - Decisões do STJ asseguram a eficácia do sistema de penhora on line**

A modelo de penhora *on line* nasceu em 2001 a partir de um convênio entre o Banco Central com o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Conselho da Justiça Federal (CJF) e logo se estendeu a outros órgãos do Poder Judiciário. Seu principal objetivo foi permitir a execução mais rápida das sentenças condenatórias e fazer com que o credor tivesse uma certeza maior da satisfação da dívida. [REsp 1017506-RS](#); [REsp 1184025-RS](#); [REsp 1112943-MA](#); [REsp 1229329-SP](#); [REsp 1182820-RJ](#); [REsp 1218988-RJ](#); [REsp 1240270-RS](#); [RMS 34443-CE](#) e [REsp 1273341-MG](#)

### **STJ - A aplicação da jurisprudência do STJ aos contratos escolares**

A educação no Brasil é um direito definido pela Constituição, mas nem sempre é ao Estado que o cidadão recorre para tê-lo assegurado. Quando a opção é pelo ensino particular, a natureza jurídica da relação entre instituição e aluno passa ser de prestação de serviço. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem precedentes e jurisprudência consolidada sobre diversos temas relacionados à cobrança de mensalidades, reajustes e obrigações das escolas com os alunos. [REsp 1081936-SP](#); [REsp 913917-ES](#); [REsp 1164146-SP](#); [REsp 120143-MG](#); [REsp 725955-SP](#); [REsp 1096242-DF](#); [REsp 883497-GO](#); [REsp 895480-SC](#) e [REsp 334837-MG](#)

### **STJ - É válida a ordem da Justiça estadual sobre desocupação de área em São José dos Campos**

As decisões da Justiça estadual na ação de reintegração de posse de área conhecida como Pinheirinho, na zona sul da cidade de São José dos Campos (SP), devem ser respeitadas por todos, inclusive pelos demais ramos do Poder Judiciário. O entendimento é do presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Ari Pargendler. Ele negou liminar em que se pretendia a validação de decisão da Justiça Federal que impedia a desocupação. O ministro manteve a competência da 6ª Vara Cível de São José dos Campos para decidir sobre a questão. CC 120788-SP e MC 18870-SP

### **STJ - Suspensas execuções contra grupo da Editora Três**

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Ari Pargendler, suspendeu as execuções contra a Três Comércio de Publicações Ltda., a Editora Três Ltda. e o Grupo de Comunicação Três S/A. As medidas urgentes serão concentradas na 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo (SP), que em 2007 aprovou plano de recuperação judicial apresentado pela assembléia geral de credores da empresa. CC 120775-SP; CC 120714- SP; CC 120713-SP; [CC 115249-SP](#) e CC 120761-RJ

### **STJ - Ano forense começa quarta-feira com temas relevantes na agenda da Corte Especial**

Além de casos criminais e de improbidade de autoridades submetidas a foro especial, como procuradores, conselheiros de contas, desembargadores e governadores, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) deverá decidir matérias relevantes de direito, principalmente no julgamento de recursos repetitivos, ao longo de 2012. A abertura do ano forense está marcada para esta quarta-feira, 1º de fevereiro.

### **STJ - Futebol, acidentes e imprensa estão na pauta da Segunda Seção em 2012**

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e suas Turmas deverão decidir em 2012 diversos casos que afetam diretamente o dia a dia das pessoas. Somados, os três órgãos responsáveis por matérias de direito privado julgaram em 2011 quase 120 mil processos. Confira alguns dos processos mais esperados no ano que se inicia.

### **STJ - Admitida reclamação contra decisão que contraria tese sobre consórcios firmada em recurso repetitivo**

O ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), admitiu o processamento de reclamação contra decisão de turma recursal que contraria tese firmada em recurso repetitivo pela Segunda Seção. O caso trata da restituição de valores pagos em consórcio pelo consumidor desistente. O ministro ainda concedeu liminar para suspender a tramitação do processo na origem até o julgamento final da reclamação pelo STJ. [Rcl 7565-BA](#); [Rcl 5531-DF](#); [REsp 1119300-RS](#) e [EDcl no REsp 1119300-RS](#)

#### **STJ - STJ mantém dissolução de joint venture da Caloi**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve a dissolução da empresa Gybrands Equipamentos de Ginástica Ltda., associação entre a Caloi Fitness e a Kiko's, empresa brasileira também do segmento *fitness*. No entendimento do STJ, a dissolução é a medida que melhor harmoniza os interesses das empresas envolvidas no contrato. [REsp 1250596-SP](#)

#### **STJ - Executado deve participar do julgamento de embargos de terceiro**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) deu provimento a recurso especial do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) contra decisão do Tribunal de Justiça do Ceará que julgou improcedente ação rescisória ajuizada pelo banco. A Turma reconheceu a necessidade de participação da parte que deu o bem discutido em garantia de dívida nos embargos de terceiro em ação de execução. É o chamado litisconsorte passivo necessário. [REsp 601920-CE](#)

#### **STJ - Segunda Seção julgará reclamação sobre inscrições indevidas em cadastro de devedores**

A ministra Isabel Gallotti, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), admitiu reclamação contra decisão de turma recursal de juizado especial que afastou a legitimidade da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) para responder em ação de indenização por inscrição indevida de consumidor em cadastro de devedores. A decisão contraria jurisprudência do STJ consolidada no julgamento de recurso repetitivo. [Rcl 5039-RS](#)

#### **STJ - É possível estender efeitos de falência a empresas sem vínculos societários diretos**

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) reafirmou a possibilidade de extensão dos efeitos da falência da Petroforte a empresas e pessoas físicas sem vínculos societários diretos. A Terceira Turma concluiu pela legalidade da decisão de primeiro grau, que se baseou na suspeita de realização de operações societárias para desvio de patrimônio da falida nos anos anteriores à quebra, inclusive com a constituição de sociedades empresariais conjuntas para esse fim. [REsp 1258751-SP](#); [REsp 1259018-SP](#); [REsp 1211823-SP](#); [REsp 1259020-SP](#) e [REsp 1266666-SP](#)

#### **STJ - Se não há prejuízo efetivo, publicação de edital de leilão não precisa ser feita em diário da Justiça**

Apesar do dispositivo da antiga Lei de Falências, a falta de publicação do edital de leilão em veículo oficial não anula o pregão. A decisão da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) valoriza a instrumentalidade das formas e afasta a nulidade em razão da inexistência de prejuízo efetivo à massa falida. [REsp 1195855-PR](#)

#### **STJ - Banco pagará dano moral coletivo por manter caixa preferencial em segundo andar de agência**

O Banco Itaú terá de pagar dano moral coletivo por manter caixa de atendimento preferencial somente no segundo andar de uma agência bancária em Cabo Frio (RJ), acessível apenas por escadaria de 23 degraus. A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve a condenação de R\$ 50 mil porque considerou desarrazoado submeter a tal desgaste quem já possui dificuldade de locomoção. [REsp 1221756-RJ](#)

#### **STJ - Afastados honorários de mais de R\$ 20 milhões a advogado de devedor do Banco do Brasil**

Nos casos em que a sentença permite mais de uma interpretação, deve-se adotar a mais razoável e coerente com a causa. A conclusão é da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, ao dar parcial provimento a recurso especial do Banco do Brasil para afastar o

pagamento de honorários de mais de R\$ 20 milhões ao advogado de um cliente – valor quase 14 vezes superior à dívida cobrada pelo banco na Justiça. [REsp 991780-RS](#)

**[STJ - Decisão de assembleia geral sobre remuneração de administradores não configura fraude à execução](#)**

A deliberação da assembleia geral que fixa valores de remuneração global aos sócios administradores não se enquadra nas hipóteses de fraude à execução, porque não representa alienação de bens. Para a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), se a decisão prejudica credores ou viola a Lei das Sociedades Anônimas, os credores devem buscar seus direitos por ação própria, não na execução. [Ag 1379709-SC](#)

**[STJ - Admitida reclamação sobre início da incidência de correção monetária em devolução de prestações](#)**

A ministra Isabel Gallotti, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), admitiu o processamento de reclamação contra decisão da Justiça especial estadual que discute o termo inicial de incidência de correção monetária em devolução de prestações. A reclamação foi apresentada por uma consumidora, que alegou divergência entre a decisão do juizado especial de Itapeverica da Serra (SP) e a Súmula 35 do STJ. [Rcl 7429-SP](#)

**[STJ - Prazo de prescrição em caso de acidente aéreo é de cinco anos](#)**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo de prescrição para indenização por danos decorrentes de acidentes aéreos é de cinco anos. Para os ministros, vale a regra do Código de Defesa do Consumidor (CDC), por ser mais bem ajustada à ordem constitucional. [REsp 1281090-SP](#)

**[STJ - STJ admite reclamação contra decisão que impunha obrigações de cumprimento impossível](#)**

A ministra Isabel Gallotti admitiu o processamento de reclamação proposta por uma revendedora de carros contra acórdão proferido pela Terceira Turma do Conselho Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Rio de Janeiro. Segundo a empresa, a decisão contraria a jurisprudência do STJ, pois manteve condenação cujas determinações são impossíveis de cumprir. [Rcl 6587-RJ](#)

**[STF - STF decide pela constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa](#)**

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) concluíram nesta quinta-feira (16) a análise conjunta das Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADCs 29 e 30) e da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4578) que tratam da Lei Complementar 135/2010, a Lei da Ficha Limpa. Por maioria de votos, prevaleceu o entendimento em favor da constitucionalidade da lei, que poderá ser aplicada nas eleições deste ano, alcançando atos e fatos ocorridos antes de sua vigência. Votos

**[STJ - Se juiz dispensou perícia solicitada e tribunal entendeu faltar prova, processo deve ser devolvido](#)**

A falta de reiteração do pedido de perícia nas contrarrazões da apelação não impede que o tribunal avalie a questão, se, apesar de suscitada, a produção de prova foi dispensada pelo juiz que julgou a favor do apelado. Para o Superior Tribunal de Justiça (STJ), caberia à segunda instância analisar o erro de procedimento do magistrado. [AREsp 2372-PE](#); [AgRg no AREsp 2372-PE](#)

**[STJ - Admitida reclamação contra dano moral por inscrição indevida de devedor contumaz](#)**

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) vai julgar reclamação de uma rede varejista contra condenação, no âmbito dos juizados especiais, ao pagamento de dano moral por inscrição indevida de devedor contumaz. O ministro Villas Bôas Cueva, relator do processo, admitiu reclamação das Lojas Riachuelo contra o acórdão proferido pela Segunda Turma do Conselho Recursal dos Juizados Cíveis e Criminais do Estado do Rio de Janeiro. [Rcl 7261-RJ](#); [AgRg na Rcl 7261-RJ](#)

**[STJ - Recursos repetitivos definirão prestação de contas em contratos de mútuo bancário e financiamento de veículos](#)**

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) deve julgar, ainda este ano, recursos especiais que tratam de prestação de contas acerca da evolução do débito em contratos de mútuo bancário e financiamento de veículo com cláusula de alienação fiduciária. O relator dos processos é o ministro Luis Felipe Salomão. [REsp 1293558-PR](#) e [REsp 1293689-PR](#)

**[STJ - Segunda Seção julgará reclamação sobre multa cominatória em ação de exibição de documentos](#)**

A ministra Isabel Gallotti, da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), admitiu reclamação proposta por um banco contra acórdão do Colégio Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado de São Paulo, que manteve sentença que determinou a apresentação dos extratos bancários de uma cliente, sob pena de multa. [Rcl 7571-SP](#)

**[STJ - Rejeitada ação civil pública que visa à proteção de dois consumidores](#)**

Instituto de proteção ao consumidor não pode ajuizar ação civil pública para proteger apenas dois consumidores. Nessa situação, a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que não estava caracterizada a defesa de direitos individuais homogêneos, o que afasta a legitimidade do instituto para propor a ação. [REsp 823063-PR](#)

**[STJ - Empresa que usa produto como insumo e não é vulnerável não pode ser tratada como consumidora](#)**

O uso de produtos e serviços adquiridos como insumo por empresa que não é vulnerável impede a aplicação do conceito de consumidor em seu favor. A decisão é da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em caso envolvendo fornecimento de gás a empresa fabricante. [REsp 932557-SP](#)

**[STJ - Liminar suspende saque de mais de R\\$ 1,5 milhão em execução movida por ex-funcionária do Banestado](#)**

O ministro Antonio Carlos Ferreira, da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), concedeu efeito suspensivo a recurso especial do Itaú contra decisão do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), que determinou a inclusão de horas extras habituais na base de cálculo de pensão mensal vitalícia de uma funcionária do Banco do Estado do Paraná (Banestado). [MC 18990-PR](#)

**[STJ - Início de liquidação ordinária não suspende execução de dívidas contra empresa](#)**

Na hipótese de liquidação ordinária prevista pela Lei das Sociedades Anônimas, os credores de dívidas vencidas e exigíveis podem ajuizar ação de execução de seus créditos, pois não são obrigados a aguardar o procedimento de liquidação para receber o que lhes é devido. A conclusão é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em recurso no qual NN Viagens e Turismo S/A (nova denominação da Varig Travel S/A) solicitava a extinção de execução porque estava em processo de liquidação extrajudicial. [REsp 1082580-SP](#)

**[STJ - CDC não se aplica em contrato de financiamento a indústria de grande porte](#)**

O artigo 29 do Código de Defesa do Consumidor (CDC) permite que pessoa jurídica seja equiparada a consumidor quando ficar comprovada sua vulnerabilidade. Segundo o ministro Luis Felipe Salomão, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), esse entendimento é uma tendência nova na jurisprudência, que passou a ver as empresas não apenas como consumidoras finais de um produto ou serviço para aplicação do CDC. [REsp 1196951-PI](#)

**[STJ - Conhecido o recurso especial, STJ pode analisar argumento não abordado na decisão de segundo grau](#)**

Um fundamento de defesa alegado nas instâncias ordinárias e não abordado em decisão de segundo grau pode ser examinado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) após o conhecimento do recurso especial. A decisão é da Segunda Seção, por maioria de votos, no julgamento de embargos de divergência, recurso que aponta contradição entre decisões da Corte. [EREsp 595742-SC](#)

**[STJ - Administradora de consórcios que preencheu GRU sem número do processo terá o recurso analisado](#)**

A Caixa Consórcios S/A e Administradora de Consórcios terá um recurso especial analisado, mesmo tendo preenchido a Guia de Recolhimento da União (GRU) sem o número do processo

na origem. A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que a identificação do número original do processo não poderia ser exigida no caso. [REsp 1105609-MG](#)

#### **STJ - Cláusulas abusivas, uma armadilha nos contratos**

O contrato é a maneira segura de formalizar um acordo. É bom para quem oferece o serviço e para quem o contrata, pois constitui prova física que pode ser utilizada judicialmente. Nele estão descritas as obrigações de cada um e os procedimentos a serem adotados em certas situações. Mas nem tudo é perfeito. Em alguns contratos existem cláusulas que acabam dando muita dor de cabeça ao contratante. [REsp 334829-DF](#); [REsp 416298-SP](#); [REsp 141491-SC](#); [REsp 1093501-MS](#); [REsp 267758-MG](#) e [REsp 378863-SP](#).

#### **STF – STF entende não ser obrigatório convênio entre OAB-SP e Defensoria Pública paulista**

A Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPE-SP) não está obrigada a celebrar convênio com a seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP) visando à prestação de assistência judiciária. Essa foi a decisão majoritária do Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) na análise de mérito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4163, ajuizada pela Procuradoria-Geral da República.

#### **STJ - Juros moratórios em caso de responsabilidade extracontratual fluem a partir do evento danoso**

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) aplicou o entendimento, já consolidado na Súmula 54, de que os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual, ao julgar reclamação oferecida contra ato da Primeira Turma Julgadora Recursal dos Juizados Especiais Cíveis de Goiânia (GO). [Rcl 6111-GO](#)

#### **STJ - Renovação de penhora on-line exige prova de mudança na situação econômica do devedor**

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) considera que, uma vez aceito o pedido de penhora *on-line* e caso tal medida não obtenha êxito, o novo pedido deve vir acompanhado com a devida justificativa, demonstrando eventual alteração econômica no patrimônio do devedor. Com base nesse entendimento, a Terceira Turma, em decisão unânime, negou recurso especial interposto por uma fundação contra decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP). [REsp 1284587-SP](#)

#### **STJ - Notificação extrajudicial pode ser feita por cartório de comarca diversa do domicílio do devedor**

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu que é válida a notificação extrajudicial realizada por Cartório de Registro de Títulos e Documentos de comarca diversa do domicílio do devedor. A decisão se deu no julgamento de recurso especial do Banco Finasa S/A. [REsp 1283834-BA](#)

#### **STJ - Menor que recebia cobranças de conta telefônica não consegue indenização por dano moral**

É impossível reconhecer dano moral na situação da pessoa que apenas recebeu cobranças que deveriam ter sido dirigidas a um homônimo, e que não foi, por isso, exposta a nenhum constrangimento. A decisão é da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que negou recurso de uma menor contra empresa de telefonia.

#### **STJ - Começa discussão que pode alterar jurisprudência sobre a titularidade para receber astreintes**

Quem tem o direito de executar os montantes cobrados a título de astreintes, a multa imposta para forçar o cumprimento de uma obrigação determinada judicialmente: o estado ou o credor? A questão começou a ser tratada pela Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em dois processos. O relator de ambos, ministro Luis Felipe Salomão, propôs mudança na jurisprudência sobre o tema. Ele defende a divisão da multa entre o ente estatal e o credor. O julgamento foi interrompido por pedido de vista do ministro Marco Buzzi. [REsp 949509-RS](#) e [REsp 1006473-PR \(em andamento\)](#)



**[STF - STF julga inconstitucional atuação da OAB no lugar da defensoria pública em SC](#)**

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou procedentes as Ações Diretas de Inconstitucionalidades (ADIs) [3892](#) e [4270](#) para declarar a inconstitucionalidade de normas do Estado de Santa Catarina que dispõem sobre a defensoria dativa e a assistência judiciária gratuita. Atualmente, o estado não possui defensoria pública e a população hipossuficiente recebe prestação jurídica gratuita por meio de advogados dativos indicados pela seccional catarinense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SC).

**[STJ - Inversão do ônus da prova na apelação exige nova oportunidade à parte](#)**

A inversão do ônus da prova é regra de instrução, devendo a decisão judicial que a determina ser proferida preferencialmente na fase de saneamento do processo ou, pelo menos, assegurando-se à parte a quem não incumbia inicialmente o encargo a reabertura de oportunidade. Com esse entendimento, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) deu provimento a recurso de Spaipa S/A Indústria Brasileira de Bebidas. [REsp 422778-SP](#)

**[STJ - Aplicação da sucumbência recíproca em fase de execução de sentença não viola a coisa julgada](#)**

A Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar recurso interposto pela Rio Grande Energia S/A, aplicou o entendimento da Corte no sentido de que a mera determinação de compensação dos honorários de sucumbência na fase de execução de sentença não traduz ofensa à coisa julgada, por ser questão puramente instrumental, ligada às atribuições do juiz. A Rio Grande Energia S/A recorreu de decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que entendeu que aplicar a sucumbência recíproca, em fase de execução, seria violar a coisa julgada. [REsp 1282008-RS](#)

**[STJ - Banco não deve indenizar esposa que teve assinatura falsificada pelo marido em contrato](#)**

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve decisão que declarou nula hipoteca de imóvel dado em garantia de empréstimo, devido à falsificação da assinatura da esposa do devedor, bem como afastou a condenação do Banco do Brasil ao pagamento de danos materiais e morais. [AR 3931-MG](#)

**[STJ - Julgador não pode ignorar falta de curador para réu revel mesmo convicto do mérito da ação](#)**

Ainda que tenha convicção formada sobre o mérito da ação, o julgador não pode desconsiderar eventual irregularidade do processo de citação, mesmo se alegada após o julgamento, em embargos de declaração. A decisão é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). [REsp 1280855-SP](#)

**[STJ - Admitida reclamação sobre início dos juros de mora em indenização por dano moral](#)**

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) admitiu o processamento de reclamação contra decisão proferida pela Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Distrito Federal, por considerar existente a divergência entre o entendimento expresso na Súmula 54 do Tribunal e o acórdão contestado. [Rcl 4004-DF](#)

**[STJ - Ministra admite reclamação por constatar divergência jurisprudencial](#)**

A ministra Isabel Gallotti, do Superior Tribunal de Justiça, admitiu reclamação com pedido de liminar contra acórdão da Justiça especial estadual por constatar divergência entre a decisão proferida e o entendimento consolidado em súmula do STJ. Segundo alega o reclamante, a decisão tomada pelo Terceiro Colégio Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da comarca de São Paulo diverge da orientação definida na Súmula 362/STJ, a qual estabelece que “a correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento”. O colégio recursal considerou que a data da citação é que deveria ser o termo inicial de incidência da correção monetária. [Rcl 4455-SP](#)

**[STJ - Prazo de decadência conta do efetivo cumprimento da medida cautelar](#)**

O prazo de decadência de 30 dias previsto no artigo 806 do Código de Processo Civil (CPC), para a proposição da ação principal, conta a partir do efetivo cumprimento da medida cautelar

concedida e não da mera comunicação à outra parte. A decisão foi dada de forma unânime pela Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em recurso impetrado por uma empresa de alimentos contra julgado do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC). [REsp 869712-SC](#)

#### **STJ - Correção monetária pelo IGP-M deve considerar índices de deflação**

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que, quando a sentença determina a aplicação do IGP-M para cálculo de correção monetária do valor devido, devem ser considerados eventuais índices de deflação que venham a ser verificados ao longo do período a ser corrigido. Com essa decisão, o STJ unifica os entendimentos até então divergentes no âmbito de suas Turmas e Seções. [REsp 1265580-RS](#)

#### **STJ - Intimação da Defensoria Pública só se concretiza com envio dos autos**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que, a despeito da presença do defensor público na audiência de instrução e julgamento, a intimação da Defensoria Pública somente se concretiza com a entrega dos autos com vista, em homenagem ao princípio constitucional da ampla defesa.

#### **STJ - Cédula de crédito comercial emitida antes de abril de 2000 tem capitalização semestral de juros**

Cédulas de crédito comercial emitidas antes da publicação da Medida Provisória 1.963-17/2000 estão sujeitas à capitalização de juros semestral, conforme prevê o artigo 5º do Decreto-Lei 413/69. Seguindo essa jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a Terceira Turma afastou a capitalização mensal de juros de cédula emitida pelo Banco do Brasil em agosto de 1998. A referida medida provisória foi publicada em 31 de março de 2000. [REsp 1134955-PR](#)

#### **STJ - Consolidação da propriedade de imóvel pelo credor da dívida lhe dá posse automática do bem**

Em caso de inadimplência na aquisição de imóvel, em que momento deve ocorrer a reintegração do credor na posse do bem? Pode ser antes dos leilões previstos na Lei 9.514/97, que trata do Sistema Financeiro de Habitação? A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que, nas hipóteses de inadimplemento, o direito do credor fiduciário decorre automaticamente da consolidação de sua propriedade sobre o bem. [REsp 1155716-DF](#)

#### **STJ - Contrato de mútuo do SFH anterior a 2009 permite capitalização anual sobre juros vencidos e não pagos**

Juros vencidos e não pagos em contratos no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), celebrados antes da entrada em vigor da Lei 11.977/09, são sujeitos à capitalização (juros sobre juros) anual. O entendimento é da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que deu provimento a recurso interposto pela Caixa Econômica Federal (CEF) contra julgado do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4). A relatora do processo, ministra Maria Isabel Gallotti, também entendeu que o pagamento mensal no contrato deve primeiro ressarcir os juros e depois o valor principal. [REsp 1095852-PR](#)

#### **STJ - Liminar suspende processos que discutem compensação de honorários nos juizados especiais do RS**

Estão suspensos todos os processos em tramitação nas turmas recursais dos juizados especiais cíveis do Rio Grande do Sul que discutem a possibilidade de compensação de honorários sucumbenciais quando uma das partes for beneficiária da Justiça gratuita. [Rcl 8210-RS](#); [Rcl 8206-RS](#); [Rcl 8212-RS](#); [Rcl 8218-RS](#); [Rcl 8220-RS](#); [Rcl 8209-RS](#); [Rcl 8213-RS](#); [Rcl 8208-RS](#) e [Rcl 8219-RS](#)

#### **STJ - Corte Especial julgará repetitivo sobre intimação pessoal do devedor em cumprimento de sentença**

Diferente do que foi divulgado em matéria publicada no Portal do STJ nesta segunda-feira (9), será a Corte Especial e não a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que julgará repetitivo sobre intimação pessoal do devedor em cumprimento de sentença. O recurso foi interposto por Carvalho Hosken S/A Engenharia e Construções. Devido à multiplicidade de recursos a respeito do tema, o ministro Luis Felipe Salomão, relator, resolveu

submeter o julgamento à Corte Especial como recurso representativo de controvérsia. **REsp 1262933-RJ (em andamento)**

**STJ - Competência exclusiva do juízo responsável pela recuperação de empresa pode superar prazo de 180 dias**

A força atrativa do juízo responsável pelo processo de recuperação judicial de empresa supera o prazo de 180 dias previsto no artigo 6º da Lei de Falências (Lei 11.101/05) e, portanto, as ações que envolvam patrimônio da empresa em recuperação são de responsabilidade desse órgão julgador. A decisão é da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em recurso movido pelo Ministério Público Federal (MPF) contra decisão do próprio STJ em conflito de competência relatado pelo ministro Luis Felipe Salomão. **CC 116594-GO; AgRg na CC 116594-GO; EDcl no AgRg na CC 116594-GO.**

**STJ - Curador não pode reter renda do curatelado por conta própria a título de remuneração**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve decisão que obriga um curador a ressarcir mais de R\$ 400 mil, devidamente corrigidos, ao pai. Ele reteve o valor como remuneração pelo trabalho de administrar o patrimônio do pai, diagnosticado com embriaguez patológica crônica. O filho era curador do pai, interditado.

**STJ - Juiz e tribunal estadual não podem invalidar, incidentalmente, registro vigente perante o INPI**

Ao apreciar pedido de antecipação de tutela, nem o juiz nem o tribunal estadual podem negar proteção a uma marca, patente ou desenho registrados no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), com base apenas em alegação de invalidade de registro, não declarada pela Justiça Federal. **REsp 1132449-PR**

**STJ - Primeira Turma revê posição sobre comprovação de tempestividade de recursos**

A Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) anulou na quinta-feira (19) decisão tomada na sessão do último dia 12 e manteve a jurisprudência segundo a qual a tempestividade do recurso tem de ser demonstrada no momento de sua interposição. Essa exigência inclui a apresentação de comprovantes de feriados, quando eles alterarem o vencimento do prazo recursal. **AgRg no Ag 1368507-SP**

**STJ - Taxa de desarquivamento de autos no TJSP é inconstitucional**

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) considerou inconstitucional o artigo 1º da Portaria 6.431/03, do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), que instituiu a taxa de desarquivamento de autos findos. A decisão, por maioria de votos, deu-se na análise de uma arguição de inconstitucionalidade em recurso movido pela Associação dos Advogados de São Paulo (AASP) contra a fazenda estadual. **AI no RMS 31170-SP**

**STF – Gestantes de anencéfalos têm direito de interromper gravidez**

Por maioria de votos, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou procedente o pedido contido na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 54, ajuizada na Corte pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS), para declarar a inconstitucionalidade de interpretação segundo a qual a interrupção da gravidez de feto anencéfalo é conduta tipificada nos artigos 124, 126 e 128, incisos I e II, todos do Código Penal. Ficaram vencidos os ministros Ricardo Lewandowski e Cezar Peluso, que julgaram a ADPF improcedente. Votos: **Ministro Marco Aurélio; Ministros Rosa Weber e Joaquim Barbosa; Ministro Luiz Fux; Ministra Cármen Lúcia; Ministro Ricardo Lewandowski; Ministro Ayres Britto; Ministro Gilmar Mendes; Ministro Celso de Mello e Ministro Cezar Peluso.**

**STJ - Mantida impenhorabilidade de bem de família em usufruto da mãe do devedor**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu a impenhorabilidade de bem de família não habitado pelo devedor, mas por sua mãe em usufruto vitalício. A decisão nega pretensão do Banco do Brasil S/A, que afirmava a penhorabilidade do bem porque o devedor não dependia de seu aluguel. **REsp 950663-SC**

**STJ - Saldo de arrematação de imóvel hipotecado deve ser destinado a credor com penhora sobre o bem**

O juízo da execução não pode desconsiderar penhora existente sobre bem hipotecado e entregar ao devedor o saldo da arrematação extrajudicial de imóvel. Para a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o valor deve ser destinado ao credor quirografário. [REsp 362385-PR](#)

**STJ - Liminar pode determinar troca de embalagem de produto para evitar concorrência desleal**

O sabonete Francis Protection terá que mudar de embalagem em 90 dias, para não ser confundido com o Protex. A decisão da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu a possibilidade de a tutela antecipada garantir o *trade dress* detido pela Colgate Palmolive. [REsp 1306690-SP](#)

**STJ - Sócios não conseguem anular falência de empresa decidida antes de exceção de incompetência**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou recurso dos sócios de uma empresa do Paraná que pretendiam ver anulada a decretação de falência. Eles apresentaram exceção de incompetência do juízo estadual para analisar o caso, mas o juiz acabou decretando a quebra antes de julgar a questão incidental. Para os ministros da Terceira Turma, o caso tem peculiaridades que afastam a necessidade de suspensão do processo principal durante a análise da exceção. [REsp 1162469-PR](#)

**STJ - Discussão da dívida não impede protesto de duplicata sem aceite e registro em cadastro de inadimplente**

A discussão judicial da dívida, por si só, não é suficiente para impedir o protesto de duplicata sem aceite. O entendimento é do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A Quarta Turma seguiu voto do relator, ministro Luis Felipe Salomão. Ele também observou que é legítima a inserção do nome do devedor inadimplente nos cadastros de órgão de proteção ao crédito, ao lembrar que a duplicata, devidamente protestada e acompanhada do comprovante de entrega da mercadoria, é instrumento hábil a embasar a execução. [REsp 1011040-PB](#)

**STJ - Impenhorabilidade de bem de família é indisponível e prevalece sobre garantia contratual**

A impenhorabilidade do bem de família protege a entidade familiar e não o devedor. Por isso, é indisponível e irrenunciável, não podendo tal bem ser dado em garantia de dívida exceto conforme previsto expressamente na lei. A decisão é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). [REsp 1115265-RS](#)

**STJ - Não é possível multa diária para obrigar o réu em ação de prestação de contas**

É incabível, em ação de prestação de contas, a aplicação de multa diária contra o réu que deixa de apresentar os documentos. Para a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a lei prevê sanção específica ao réu que, obrigado pelo juiz, deixa de prestar contas: a impossibilidade de contestar as que forem apresentadas pelo autor. [REsp 1092593-PR](#)

**STJ - Intimação pessoal é necessária se causa é anterior à mudança no regime de cumprimento de sentença**

Quando um processo é retirado do cartório por advogado ainda não intimado para cumprimento de obrigação de fazer, isso não significa que o prazo para execução foi iniciado. Isso é válido, contudo, para aqueles sentenciados antes de junho de 2006, quando passou a vigor alteração no regime de cumprimento de sentença, dada pela Lei 11.232/05. Esse foi o entendimento da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar recurso especial envolvendo o extinto Banco do Estado do Paraná (Banestado). [REsp 1121457-PR](#) e [EAq 857758-RS](#) e [EDcl nos EAq 857758-RS](#)

**STJ - Nova lei do agravo não dispensa cópias obrigatórias em recurso interposto antes de sua vigência**

Ao recurso interposto sob a vigência da lei anterior não se aplica a alteração legislativa que transformou o agravo de instrumento em agravo nos próprios autos. A nova regra só vale para

os agravos interpostos após a vigência da Lei 12.322/10, o que se deu em dezembro de 2010. [Ag 1391012-RJ](#)

**[STJ - Sucessora de empresa cindida pode ser incluída em ação indenizatória proposta antes da cisão](#)**

Empresa que incorpora o patrimônio de sociedade cindida que tinha contra si, no momento da cisão, ação fundamentada em dispositivos do Código de Defesa do Consumidor (CDC), pode ser incluída no polo passivo da ação, respondendo solidariamente pelas obrigações impostas. Assim entendeu a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em julgamento de recurso especial. [REsp 1294960-RJ](#)

**[STJ - Direito de exigir prestação de contas do mandatário transmite-se aos herdeiros do mandante](#)**

Os herdeiros do mandante podem exigir prestação de contas do mandatário constituído pelo falecido. A tese, firmada pela Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), define que o dever de prestar contas subsiste após a morte do mandante. O relator, ministro Paulo de Tarso Sanseverino, atendeu a recurso dos herdeiros, que questionavam decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). [REsp 1122589-MG](#)

**[STJ - Contrato que previa doação de rede de telefonia pelo consumidor à concessionária não é abusivo](#)**

Consumidores do serviço de Planta Comunitária de Telefonia (PCT) cuja regulação não previa restituição dos valores investidos para instalação da rede não têm direito à compensação pela infraestrutura fornecida. A decisão é da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). [REsp 1190242-RS](#)

**[STJ - Shell pagará indenização a posto de combustíveis por ceder contrato à Agip via ato societário simulado](#)**

A Shell Brasil S/A terá que pagar indenização convencional por ter cedido contratos relativos à operação de posto de combustíveis à Agip Distribuidora S/A. A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve decisão que reconheceu a ocorrência de negócio simulado na criação, por cisão da Shell, da empresa Lesh S/A, depois incorporada à Agip. [REsp 1187195-TO](#)

**[STJ - Dispensada caução para pescadores levantarem indenização devida por acidente ambiental](#)**

Os pescadores que sofreram com a interrupção da pesca na baía de Antonina e adjacências, no Paraná, não estão obrigados a prestar caução para receber indenização pelo vazamento de óleo na região. A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu, em julgamento de recurso repetitivo, que o juízo da execução provisória pode dispensar contracautela, tendo em vista o estado de necessidade dos trabalhadores locais. [REsp 1145353-PR](#) e [REsp 1145358-PR](#)

**[STJ - Mantida condenação do BB por má-fé ao cobrar de construtora dívida já quitada por seguro](#)**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve condenação do Banco do Brasil S/A por má-fé, em razão de cobrança de dívida já quitada. O banco executou uma construtora por conta de obrigações que já haviam sido quitadas por seguro de crédito que cobria sinistros relacionados a obra na Líbia. [REsp 1068271-SP](#)

**[STJ - Dever geral de colaboração permite que banco forneça endereço de devedor de cheque sem fundos](#)**

Para a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o banco tem dever geral de colaboração com o Judiciário e deve fornecer o endereço do emitente de cheque sem fundos, se determinado pela Justiça. Ordem nesse sentido não viola a privacidade do consumidor nem o sigilo bancário. [REsp 1159087-MG](#)

**[STJ- Terceira Turma nega pedido de credora e privilegia recuperação da sociedade devedora](#)**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou pedido de empresa credora que pretendia receber de um grupo agroindustrial em recuperação judicial aproximadamente R\$ 21 milhões como pagamento de dívida. [MC 18844-SP](#), [MC 18844-SP](#), [AgRg na MC 18844-SP](#) e [AgRg na MC 18844-SP](#)

#### **STJ - Supostos hackers não conseguem obrigar retransmissora da Globo a fornecer fitas de noticiário nacional**

A Sociedade Rádio Emissora Paranaense S/A (RPC), retransmissora da TV Globo, não terá que apresentar fitas de noticiário exibido pela rede nacional da emissora em julho de 2002. A ação de exibição foi tentada por dois irmãos apontados como *hackers* invasores de site da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A decisão é da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). [REsp 946851-PR](#)

#### **STJ - Embargos de declaração julgados em colegiado, com decisão de mérito, esgotam a jurisdição ordinária**

O julgamento de embargos de declaração em colegiado, quando enfrenta a questão de direito decidida monocraticamente pelo relator, esgota a prestação jurisdicional e autoriza a interposição de recurso para a instância superior, ainda que os julgadores não tenham declarado que recebiam tais embargos como agravo regimental. [Ag 1341584-PR](#) e [AgRg no Ag 1341584-PR](#)

#### **STJ - Embargos infringentes são admissíveis para discutir honorários advocatícios**

São cabíveis embargos infringentes quando o acórdão houver reformado, em grau de apelação e por maioria de votos, a sentença de mérito no tocante aos honorários advocatícios. O entendimento, por maioria, é da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar o recurso especial contra a Caixa Econômica Federal (CEF). [REsp 1113175-DF](#)

#### **STJ - O agronegócio e a Justiça: decisões do STJ que impactam a rotina da principal pauta de exportações do Brasil**

Celeiro do mundo. O título grandioso que acompanha o Brasil desde a década de 70 passou de retórica ufanista para próspera realidade. Nos últimos 30 anos, a produção agropecuária brasileira avançou de forma extraordinária e fez do país o terceiro maior exportador agrícola das principais commodities internacionais como soja, açúcar, suco de laranja, carne de frango e de boi. Na nossa frente, apenas União Europeia e Estados Unidos. [REsp 1243386-RS](#); [AREsp 2259-GO](#); [REsp 977910-SP](#); [REsp 794376-SP](#); [REsp 442368-MT](#);

#### **STJ - Cédula de crédito bancário possui força executiva extrajudicial em abstrato**

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu que a cédula de crédito bancário é, em abstrato, título executivo extrajudicial representativo de operações de crédito de qualquer natureza. O entendimento pode colocar um freio na interpretação restritiva que as instâncias ordinárias têm dado às inovações da Lei 10.931/04, que criou o instrumento, e influir diretamente na cobrança de milhares de devedores do cheque especial e do crédito rotativo dos cartões. [REsp 1283621-MS](#)

#### **STJ - Terceira Turma rejeita desistência e decide julgar recurso mesmo contra vontade das partes**

Em decisão unânime e inédita em questão de ordem, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) rejeitou pedido de desistência de um recurso especial que já estava pautado para ser julgado. Na véspera do julgamento, as partes fizeram acordo e protocolaram a desistência. A relatora, ministra Nancy Andrighi, ressaltou que o recurso especial de autoria da Google Brasil Internet Ltda. trata de questão de interesse coletivo em razão do número de usuários que utilizam os serviços da empresa, da difusão das redes sociais virtuais no Brasil e no mundo e de sua crescente utilização em atividades ilegais. Por isso, a ministra sugeriu à Turma que o julgamento fosse realizado. [QO 1308830-RS](#)

#### **STJ - Teor da matéria decidida justifica cabimento dos embargos infringentes**

As hipóteses de cabimento dos embargos infringentes, recurso previsto quando acórdão não unânime reforma, em grau de apelação, sentença de mérito, podem ser ampliadas conforme o conteúdo da matéria decidida. A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) tomou

essa decisão de forma unânime em recurso interposto por instituições financeiras contra julgado do Tribunal de Justiça de Pernambuco. [REsp 1298081-PE](#)

**STJ - Erro material em denominação de recurso não impede análise de agravo pelo STJ**

Erro material, de mera denominação do agravo, não pode impedir a análise de admissão de um recurso especial. O entendimento é da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que considerou usurpação de sua competência a decisão do desembargador presidente da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) que impediu a subida de agravo de instrumento ao STJ por constar na petição a denominação “agravo regimental”. [Rcl 7559-SP](#)

**STJ - É válida notificação extrajudicial expedida por cartório de comarca diferente do domicílio do devedor**

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu como válida notificação extrajudicial realizada por via postal, no endereço do devedor, mesmo que o título tenha sido apresentado em cartório situado em outra comarca. A decisão do STJ foi dada em recurso repetitivo nos moldes do artigo 543-C do Código de Processo Civil e serve de orientação para os demais tribunais em processos com o mesmo tema. [REsp 1184570-MG](#) (Recurso Repetitivo)

**STJ - Quarta Turma admite uso de nome de rio por empresas concorrentes**

O uso de nome de rio com o objetivo de exploração comercial não garante exclusividade na utilização da marca, exceto se ficar evidente a concorrência desleal. A decisão é da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar recurso em que a empresa Rio Sucuri Ecoturismo Ltda. pedia exclusividade no uso do nome Sucuri. [REsp 1092676-MS](#)

**STJ - Sentença que reconhece nulidade parcial do valor cobrado pelo autor serve de título executivo para o réu**

A sentença em que o juízo de primeiro grau reconhece a existência da obrigação de pagar quantia certa pode prontamente ser executada com a condenação. A decisão é da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar recurso de uma concessionária de energia elétrica que pretende receber de consumidores valores que não foram pagos em razão de fraude no medidor. [REsp 1261888-RS](#) (Recurso Repetitivo)

**STJ - Cargill consegue reduzir indenização por cobrança de dívida quitada**

Por força do artigo 940 do Código Civil (CC), quem cobra dívida já paga, total ou parcialmente, deve pagar ao devedor o dobro do valor exigido. Mas, de acordo com a interpretação da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), se o montante da indenização for desproporcional à obrigação quitada, o juiz poderá reduzir o valor da condenação. [REsp 1119803-MA](#)

**STJ - Conselho da Magistratura não pode rejeitar suspeição de juiz por motivo íntimo**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) considerou ilegal a decisão do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça de Santa Catarina que rejeitou suspeição de juiz por motivo de foro íntimo, devolvendo a ele a condução do processo judicial. Os ministros também declararam a nulidade de todos os atos processuais praticados pelo juiz suspeito. [RMS 33531-SC](#)

**STJ - Proteção do bem de família pode ser afastada em caso de esvaziamento de patrimônio**

Caso ocorra esvaziamento do patrimônio do devedor em ofensa ao princípio da boa-fé, a impenhorabilidade do imóvel ocupado pela família pode ser afastada. A Terceira Turma do STJ adotou essa posição em recurso movido por sócio de uma construtora contra julgado do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ). A Turma, de forma unânime, negou o recurso do sócio. [REsp 1299580-RJ](#)

**STJ - Banco apresentante também é responsável por cadeia de endossos de cheque**

A obrigação do banco sacado (que tem o emissor do cheque como cliente) em verificar a regularidade do endosso no título não exige o banco apresentante de também verificar a

validade da cadeia de endossos no cheque. A decisão da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) mantém condenação contra o Banco Itaú S/A. [REsp 701381-MT](#)

**[STJ - Ação de sojicultores gaúchos contra royalties da Monsanto tem alcance nacional](#)**

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que terá alcance nacional o resultado da ação coletiva que sindicatos rurais do Rio Grande do Sul movem contra a cobrança de *royalties* pela utilização da semente transgênica de soja *Round-up Ready*, ou “soja RR”, da multinacional Monsanto. Os valores envolvidos chegariam a R\$ 15 bilhões. [REsp 1243386-RS](#)

**[STJ - MP não pode ajuizar liquidação e execução de direitos individuais reconhecidos em ação coletiva](#)**

O Ministério Público (MP) não tem legitimidade para propor liquidação e execução de sentença genérica proferida em ação civil pública. De acordo com decisão da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no ressarcimento individual, a liquidação e execução são obrigatoriamente personalizadas e divisíveis. Por isso, devem ser promovidas pelas vítimas ou seus sucessores. [REsp 869583-DF](#)

**[STJ - Reconvenção é admitida em ação de danos morais movida por banco contra cliente](#)**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou recurso do Banco ABN AMRO Real S/A e da Real Previdência e Seguros contra julgado do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP). As instituições financeiras contestavam a possibilidade de reconvenção – resposta legal de um réu em forma de pedido contra o autor no mesmo processo – em ação de danos morais movido por elas contra um de seus clientes. [REsp 1126130-SP](#)

**[STJ - Tradução de contrato para instruir ação tem que ser completa](#)**

Quando um contrato redigido em língua estrangeira vai ser utilizado para instruir ação judicial, a parte interessada deve providenciar sua tradução completa. Esse foi o entendimento firmado pela Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao julgar recurso da companhia dinamarquesa de transporte marítimo Maersk, que apresentou tradução apenas da cláusula que lhe interessava no julgamento de uma ação contra empresa brasileira. [REsp 1227053-SP](#)

**[STJ - Apresentação de taxas no contrato não basta para configurar contratação expressa de capitalização](#)**

A menção numérica a taxas de juros incidentes no contrato não é suficiente para caracterizar contratação expressa de capitalização de juros. Diante da falta de clareza dessa informação, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu como abusivos os encargos exigidos num contrato de financiamento bancário e afastou a mora. [REsp 1302738-SC](#)

**[STJ - MP não é obrigado a firmar acordo com particular em ação civil pública](#)**

O Ministério Público (MP) não é obrigado a aceitar ou mesmo discutir proposta de acordo apresentada por réu em ação civil pública, assim como não pode forçar o particular a assinar Termo de Ajuste de Conduta. A decisão da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) mantém extinção do serviço de bate-papo telefônico Disque-Amizade. [REsp 596764-MG](#)

**[STJ - Na alienação fiduciária, bem apreendido só será restituído com pagamento integral da dívida, incluindo parcelas vincendas](#)**

No contrato de empréstimo garantido com alienação fiduciária, a posse do bem fica com o devedor, mas a propriedade é do credor, conforme determina a lei (Decreto-Lei 911/69). Se houver inadimplemento, cabe ao credor requerer a busca e apreensão do bem alienado, que será deferida liminarmente. Cinco dias após a execução da liminar, o credor passará a ser o exclusivo possuidor e proprietário do bem (propriedade e posse do bem serão consolidadas no patrimônio do credor). [REsp 1287402-PR](#)

**[STJ - Quarta Turma garante parcelamento de dívida em execução, sem aplicação de multa](#)**

O parcelamento da dívida não é um direito potestativo do devedor. Apesar disso, o artigo 745-A do Código de Processo Civil (CPC), introduzido pela Lei 11.382/06, possibilitou que, na fase de cumprimento da sentença, no prazo de 15 dias após o reconhecimento do débito, o devedor



requeira o parcelamento do valor em até seis vezes mensais, contanto que faça um depósito prévio de 30% do valor da dívida. [REsp 1264272-RJ](#)

#### **STJ - Dano moral coletivo avança e inova na jurisprudência do STJ**

A possibilidade de indenização por dano moral está prevista na Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso V. O texto não restringe a violação à esfera individual, e mudanças históricas e legislativas têm levado a doutrina e a jurisprudência a entender que, quando são atingidos valores e interesses fundamentais de um grupo, não há como negar a essa coletividade a defesa do seu patrimônio imaterial. [REsp 636021-RJ](#); [REsp 1221756-RJ](#) e [REsp 866636-SP](#)

#### **STJ - Situação de empresa concordatária pode justificar mudança de foro eleito em contrato**

A difícil condição financeira de sociedade em concordata justifica a mudança de foro eleito em contrato, desde que não haja prejuízo para a outra parte. A decisão foi proferida pela maioria dos ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que negou provimento a recurso da Caixa Econômica Federal (CEF). [REsp 1073962-PR](#)

#### **STJ - Quarta Turma admite petição eletrônica com assinaturas diferentes**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) passou a admitir petição assinada eletronicamente por um advogado e fisicamente por outro, desde que ambos tenham procuração nos autos. Até então, a Turma não conhecia dos recursos nessa situação.

#### **STJ - Juízo pode reconhecer nulidade de cláusula incluída por assembleia em plano de recuperação aprovado**

A aprovação de plano de recuperação judicial por assembleia de credores tem total autonomia, mas não pode ultrapassar condições legais. Esse foi o posicionamento da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao negar provimento a recurso especial interposto por companhias que adicionaram cláusula em plano de recuperação judicial durante assembleia, favorecendo parte dos sócios e prejudicando outros. [REsp 1314209-SP](#)

#### **STJ - Nulidade de atos processuais depende da efetiva demonstração de prejuízo da parte interessada**

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve decisão que considerou que a ausência de ciência às partes a respeito do local e data de realização de perícia não importa, necessariamente, em nulidade. O entendimento, por maioria, se deu no julgamento de embargos de divergência interpostos pela BMW do Brasil Ltda. [EResp 1121718-SP](#)

#### **STJ - Certidão de trânsito em julgado atesta apenas a ocorrência e não a data de sua consumação**

A certidão de trânsito em julgado emitida pelo STJ serve apenas para atestar a sua ocorrência e não para demonstrar a data de consumação e o início de prazos decadenciais. Com esse fundamento, a maioria dos ministros da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) extinguiu ação rescisória ajuizada pelo Banco do Brasil em razão da decadência. [AR 4374-MA](#)

#### **STJ - GRU preenchida à mão atende às exigências para pagamento de porte de remessa e retorno**

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ratificou o entendimento de que o preenchimento manual do campo correspondente ao número do processo na Guia de Recolhimento da União (GRU) atende às exigências formais no pagamento do porte de remessa e retorno do processo. [ERESP 1114817-MG](#)

#### **STJ - Defensor público não tem direito a honorários pelo exercício da curatela especial**

O defensor público não faz jus ao recebimento de honorários pelo exercício da curatela especial, por estar no exercício de suas funções institucionais, para o que já é remunerado mediante subsídio em parcela única. O entendimento é da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que negou recurso especial interposto pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo. [REsp 1201674-SP](#)

#### **STJ - Depósito judicial do valor executado para impugnar sentença não configura adimplemento e autoriza multa**

O depósito judicial do valor executado, com a finalidade de permitir a oposição de impugnação ao cumprimento da sentença, não caracteriza adimplemento voluntário da obrigação, autorizando a incidência da multa de 10% sobre o saldo devedor. O entendimento é da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que atendeu a recurso do credor. [REsp 1175763-RS](#)

#### **STJ - Arcor pode usar o nome Yahoo! em chiclete vendido na Argentina**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou recurso da Yahoo! do Brasil Internet Ltda. e manteve decisão que permitiu à Arcor do Brasil Ltda. vender na Argentina o chiclete Yahoo!, fabricado no Brasil. [REsp 1232658-SP](#)

#### **STJ - Junta comercial não pode condicionar registro a exigência prevista apenas em decreto estadual**

É ilegal condicionar o registro de atos de sociedade empresária, na junta comercial, à apresentação de certidão de regularidade com a fazenda estadual. Isso porque a exigência não está prevista na Lei 8.934/94, que disciplina o registro público de tais sociedades, nem no decreto federal que a regulamentou. A exigência consta apenas de decreto estadual. [REsp 724015-PE](#)

#### **STJ - Processo não deve ser suspenso em razão de expedição de carta rogatória**

O pedido para a produção de prova testemunhal mediante envio de carta rogatória não impede que o processo siga o seu curso normalmente. A decisão é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Fica a critério do juiz a suspensão do processo, caso considere a complementação de provas imprescindível. [REsp 1132818-SP](#)

#### **STJ - Corte Especial aprova dez novas súmulas**

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) aprovou nesta quinta-feira (28) dez novas súmulas. Elas são o resumo de entendimento consolidado nos julgamentos da Corte. Embora não tenham efeito vinculante, servem de orientação a toda a comunidade jurídica sobre a jurisprudência firmada pelo tribunal que tem a missão constitucional de unificar a interpretação da lei federal no país.

#### **STJ - Segunda Seção aprova duas novas súmulas**

Na última sessão de julgamento do primeiro semestre forense de 2012, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) aprovou duas novas súmulas, que consolidam o entendimento da Corte em matérias de direito privado.

#### **STJ - STJ define em quais situações o dano moral pode ser presumido**

Diz a doutrina – e confirma a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) – que a responsabilização civil exige a existência do dano. O dever de indenizar existe na medida da extensão do dano, que deve ser certo (possível, real, aferível). Mas até que ponto a jurisprudência afasta esse requisito de certeza e admite a possibilidade de reparação do dano meramente presumido? [REsp 786239-SP](#); [Ag 1295732-SP](#); [REsp 1087487-MA](#); [REsp 299532-SP](#); [Ag 1410645-BA](#); [REsp 631204-RS](#) e [REsp 1020936-ES](#)

#### **STF - Empresas de energia elétrica questionam lei que impede inscrição no Serasa/SPC**

A Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4809), no Supremo Tribunal Federal (STF), na qual pede liminar para suspender os efeitos de uma lei do Piauí que proíbe a inclusão de consumidores inadimplentes nos cadastros restritivos de crédito (Serasa, Cadin e SPC) por falta de pagamento das contas de luz. No mérito, a associação pede que o STF declare a lei inconstitucional. O ministro Celso de Mello relata a ADI. [ADI 4809-PI](#)

#### **STF - Direto do Plenário: STF finaliza julgamento sobre distribuição de tempo de propaganda eleitoral**

O Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu na manhã desta sexta-feira (29) o julgamento que definiu a forma de distribuição do tempo de propaganda eleitoral entre os partidos políticos. Na sessão plenária de ontem, já havia se formado uma maioria de sete ministros que votou para garantir que legendas criadas após a eleição de 2010 possam participar do rateio de dois

terços do tempo da propaganda, assim como os partidos com representação na Câmara. Esse foi o entendimento do relator da matéria, ministro Dias Toffoli, que foi seguido pelos ministros Luiz Fux, Rosa Weber, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes, Celso de Mello e Ayres Britto. Os votos foram proferidos na sessão de ontem, no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) 4430 e 4795, apresentadas por partidos políticos. [ADI 4430-DF](#) e [ADI 4795-DF](#)

**STJ - Instaurada arbitragem, Judiciário não pode decidir nem mesmo questões cautelares**

Uma vez que o tribunal arbitral esteja formado, o Poder Judiciário se torna incompetente para julgar ação, mesmo em caráter cautelar. Esse foi o entendimento adotado pela Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao analisar processo em que uma empresa conseguiu suspensão de sociedade no juízo estatal, mesmo depois de a arbitragem estar instituída. [Resp 1297974-RJ](#)

**STJ - Penhora não atinge bem de família que garante dívida de empresa pertencente a um dos cônjuges**

O imóvel onde a família vive é impenhorável no caso de ter sido oferecido como garantia de dívida de terceiro (ainda que seja empresa com a qual a família tenha vínculo) e não como garantia de dívida da entidade familiar. Esse foi o entendimento da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no julgamento do recurso especial interposto por um casal que teve seu imóvel penhorado. [Resp 988915-SP](#)

**STJ - Anulada redistribuição de processo para órgão que julgou outro pedido relativo ao mesmo fato**

Ao examinar um processo sobre dano moral que corre na Justiça do Rio de Janeiro, a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) anulou a redistribuição da apelação para um colegiado que já havia julgado outro pedido de indenização relativo ao mesmo fato. O relator, ministro Luis Felipe Salomão, advertiu que a reunião de processos por conexão não se aplica quando um deles já foi julgado, não sendo também cabível se for tumultuar o juízo, caso venha a receber todas as demandas. [Resp 1001820-RJ](#)

**STJ - Indenização pelo Proagro não abrange lucros cessantes**

O Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) destina-se apenas a isentar o produtor de obrigações financeiras relativas a operações de crédito rural cuja liquidação venha a ser prejudicada em decorrência de fenômenos naturais, não cobrindo, assim, os lucros cessantes. Esse foi o entendimento da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que deu provimento a um recurso do Banco Central do Brasil (BC) contra decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4). O relator é o ministro Luis Felipe Salomão. [Resp 961810-SC](#)

**STJ - Detalhamento de taxas no contrato bancário permite a cobrança da taxa efetiva de juros contratada**

A previsão em contrato bancário de taxa de juros anual superior a 12 vezes (duodécuplo) a taxa mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa de juros efetiva contratada. Esse é o entendimento firmado pela Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por maioria de votos. [Resp 973837-RS](#)

**STJ - Novo contrato de concessão legitima posse irregular e autoriza extinção de ação de reintegração**

A assinatura de contrato de concessão de imóvel entre o novo proprietário e quem ocupava o espaço irregularmente, porque vencida a vigência da concessão anterior, legitima a posse, tornando extinta ação de reintegração proposta antes da alienação do terreno. Esse foi o entendimento da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao julgar recurso especial envolvendo o município de São José dos Campos (SP) e a Companhia Brasileira de Distribuição. [Resp 935031-SP](#)

**STJ - Dívida de valor pequeno não pode provocar falência de sociedade comercial**

O princípio da preservação da empresa impede que valores inexpressivos de dívida provoquem a quebra da sociedade comercial. A decretação de falência, ainda que o pedido

tenha sido formulado na vigência do Decreto-Lei 7.661/45, deve observar o valor mínimo de dívida exigido pela Lei 11.101/05, que é de 40 salários mínimos. [REsp 1023172-SP](#)

**STJ - Liquidação residual de sentença coletiva deve ser por arbitramento, considerando cada beneficiário identificado**

Diante da ausência de execução individual de sentença coletiva, cabe ao Ministério Público (MP) proceder à liquidação residual, levando em conta a situação de cada um dos beneficiários, pois devidamente identificados no processo. Após intenso debate, a Quarta Turma do STJ determinou a liquidação por arbitramento, considerando cada um dos contratos firmados com a empresa condenada. [REsp 1187632-DF](#)

**STJ - Prazo para impugnação ao cumprimento de sentença se inicia do depósito judicial, independente de intimação**

O prazo de 15 dias para o devedor contestar o cumprimento de sentença conta a partir do depósito judicial do valor objeto da execução. A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reafirmou que o depósito realizado pelo próprio executado (devedor) “é prova contundente de que foi atingido o fim almejado pela norma que determina a intimação da penhora, qual seja, a ciência do devedor para, se quisesse, manifestar seu inconformismo”.

**STJ - STJ anula execução promovida contra Banco da Amazônia**

O Superior Tribunal de Justiça anulou uma execução de mais de R\$ 130 milhões promovida contra o Banco da Amazônia. O banco havia sofrido processo de execução por ter se recusado a fornecer linha de crédito a um grupo de industriais da região, que tiveram supostos prejuízos com a falta de crédito para ampliar o parque industrial. A Quarta Turma do STJ determinou que a questão volte ao Tribunal de Justiça do Amazonas para que seja apreciado o recurso de apelação. [REsp 1150629-AM](#)

**STJ - Regular abastecimento de água impõe fim de servidão imposta por lei**

O regular abastecimento de água pela empresa Águas Minerais de Minas Gerais S.A. – Copasa, na localidade de Estiva, no município de Conselheiro Lafaiete, em Minas Gerais, desconstituiu acordo para que moradores que ocupam prédios inferiores continuem a se utilizar de uma nascente situada em prédio superior. A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entende que a sentença que homologou o referido acordo deve ser desfeita frente à nova realidade. [REsp 1179450-MG](#)

**STJ - Astreintes são devidas apenas ao credor da obrigação e não podem ser divididas com o Estado**

Não há lacuna legal suficiente para destinar, mesmo parcialmente, as astreintes para o Estado e não ao credor da obrigação. Por maioria, a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) rejeitou a proposta do relator, ministro Luis Felipe Salomão, de dividir a condenação. Prevaleceu o voto do ministro Marco Buzzi, que mantém a jurisprudência do tribunal. [REsp 949509-RS](#)

**STJ - CDC não se aplica ao contrato de factoring para aquisição de créditos**

Por não ser um serviço voltado ao consumidor final, o contrato de fomento mercantil (*factoring*) não se sujeita às regras do Código de Defesa do Consumidor (CDC). A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que se o serviço é usado na cadeia produtiva, uma empresa não pode alegar ser mera consumidora. A decisão foi dada em recurso movido por empresa dentística de Brasília. [REsp 938979-DF](#)

**STJ - STJ - Juiz não é obrigado a julgar conjuntamente ações conexas**

Reconhecida a conexão entre ações, a apreciação conjunta é um ato discricionário do julgador. Esse foi o entendimento da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao julgar recurso especial interposto por uma empresa condenada a entregar bens objetos de garantia pelo descumprimento de contrato de financiamento. [REsp 1255498-CE](#)

**STJ - Se o teor das notas taquigráficas não coincidir com o acórdão, devem prevalecer as primeiras**

Em caso de divergência entre o voto do relator e as notas taquigráficas, essas têm primazia, uma vez que refletem a convicção da Turma, que é o juiz natural do processo. Com esse

entendimento, a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por maioria, deu provimento ao recurso interposto pela Symantec Corporation e Microsoft Corporation para condenar a empresa Serrarias Campos de Palmas S/A não apenas à indenização por danos materiais, mas também à indenização por perdas e danos equivalente a dez vezes o valor de mercado de cada programa utilizado ilícitamente. [REsp 991721-PR](#)

#### **STJ – STJ vai decidir se ônus da prova pode se transformar em obrigação imposta pelo Judiciário**

Segundo o artigo 333, inciso II, do Código de Processo Civil (CPC), cabe ao réu o ônus de provar a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Mas esse ônus é um direito ou uma obrigação que pode ser imposta pelo magistrado? A questão será discutida pela Quarta Turma no julgamento de um recurso especial interposto pela Itaipu Binacional. No julgamento de medida cautelar, o ministro Ari Pargendler, presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), atribuiu efeito suspensivo ao recurso. MC 19615-PR e MC 19616-PR

#### **STJ - STJ se esforça para dar aos processos duração razoável**

Problemas cartorários, excessos recursais, formalismo na conduta dos magistrados, burocracia, prolixidade das decisões. Inúmeros fatores são apontados como entraves para que os processos não sejam julgados em um tempo razoável. Mas quais medidas vêm sendo tomadas pelos magistrados para contribuir com a resposta ágil na prestação jurisdicional? Em vários julgamentos, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) profere decisões que garantem ao cidadão uma solução mais rápida às suas demandas; passo importante para assegurar uma Justiça mais efetiva. [AgREsp 1206813](#); [MC 17226](#); REsp 1306098; CC 90642; REsp 1150283; REsp 1102431; [REsp 1040404](#); REsp 1102431; MS 13728.

#### **STJ – CPFL consegue suspender levantamento de mais R\$ 20 milhões**

A Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) conseguiu suspender o levantamento de mais de R\$ 20 milhões, no curso de ação judicial movida contra ela pela Invista Nylon Sul Americana LTDA. O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Ari Pargendler deferiu a medida cautelar requerida pela CPFL, atribuindo efeito suspensivo a recurso especial que será julgado pela Quarta Turma. [MC 19688-SP](#)

#### **STJ – Cláusula penal deverá ser reduzida se houver parcial cumprimento do contrato**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reduziu em 50% a multa devida pela Ril Brasil Comercial e Importadora (representante oficial da marca Reebok no Brasil) a Aurélio Fernandez Miguel, atleta ganhador de duas medalhas olímpicas. As partes celebraram contrato de autorização para uso de imagem, o qual foi parcialmente descumprido pela empresa. [REsp 1212159-SP](#)

#### **STJ - Casos polêmicos serão discutidos nos órgãos que julgam matéria de Direito Privado**

A Segunda Seção do STJ, composta pelos ministros da Terceira e Quarta Turmas, deve retomar o julgamento de embargos de declaração que pode decidir, em situações de ações envolvendo seguro habitacional, se os casos em que as apólices são públicas (e, portanto, há interesse da Caixa/SFH) devem ser encaminhados para julgamento da Primeira Seção (REsp 1.091.393 ).

#### **STJ - STJ amplia proibição de denúncia à lide em ações de indenização propostas por consumidor**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ampliou a aplicação do artigo 88 do Código de Defesa do Consumidor (CDC), que proíbe a denúncia à lide nas ações indenizatórias ajuizadas com fundamento nos artigos 12 a 17 do mesmo código. Até então, a Corte entendia que a vedação não abrangia os casos de defeito na prestação do serviço. [REsp 1165279-SP](#)

#### **STJ - Coisa julgada impede reforma de condenação em honorários imposta a réu que venceu o processo**

Decisão que enfrentou o mérito da ação e transitou em julgado não pode ser modificada por exceção de pré-executividade. Seguindo essa posição, a Terceira Turma do Superior Tribunal

de Justiça (STJ) negou recurso de um réu que, mesmo vencedor na ação, foi condenado a pagar, juntamente com os autores, os honorários do advogado da corrê, também vencedora. [REsp 1299287-AM](#)

**[STJ - É possível tutela antecipada em ação possessória fundada em posse velha](#)**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) cassou decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) que havia considerado impossível a concessão de antecipação de tutela em ação possessória, em caso de posse velha (com prazo superior a um ano e um dia). [REsp 1194649-RJ](#)

**[STJ - CEF não é obrigada a fazer contratos de arrendamento imobiliário especial](#)**

O artigo 38 da Lei 10.150/00 autoriza a Caixa Econômica Federal (CEF) a contratar na modalidade de arrendamento imobiliário especial, mas não a obriga a fazer esse contrato, ainda que o interessado preencha os requisitos legais. A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) adotou esse entendimento, acompanhando de forma unânime o voto da relatora do processo, ministra Isabel Gallotti. [REsp 1110907-AL](#)

**[STJ - Cerveja Miller pode coexistir com aguardentes de marca parecida](#)**

A colidência – semelhança ou igualdade de marcas de empresas diferentes – não ocorre se os produtos são distintos e diferentes as clientelas, ainda que pertençam ao mesmo segmento de mercado. A conclusão foi alcançada pela Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao decidir que a empresa norte-americana Miller Brewing Company, produtora da cerveja Miller, poderá continuar utilizando sua marca no país. O recurso julgado foi interposto pela Indústria Muller de Bebidas Ltda., fabricante das aguardentes Miler e Muller Franco. [Resp 1079344-RJ](#)

**[STJ - Revogada antecipação de tutela em processo que discute danos em contrato com empresa multinacional](#)**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu revogar a antecipação de tutela concedida em favor da empresa Extra Equipamentos e Exportação Ltda., que determinava a recompra, por parte da multinacional Case Brasil e Cia., de todo o estoque de peças e implementos que remanesceram em poder da Extra. A decisão foi unânime. [REsp 1230240-MT](#)

**[STJ - STJ nega restituição de valores relativos a telefonia na Planta Comunitária](#)**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), harmonizando entendimento com julgado unânime da Quarta Turma, julgou improcedente pedido de restituição de valores despendidos para acesso a serviços de telefonia em virtude da chamada Planta Comunitária de Telefonia (PCT). Com essa decisão, firma-se orientação uniforme de improcedência das numerosas ações existentes sobre a matéria, no âmbito de ambas as Turmas integrantes da Segunda Seção do STJ, competente para o assunto. [REsp 1153643-RS](#)

**[STJ - Indenização devida pelo Banco do Brasil a cliente é reduzida à metade](#)**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reduziu pela metade indenização devida a um cliente pelo Banco do Brasil (BB). A quantia foi fixada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) em valor considerado exorbitante, e isso permitiu sua reavaliação em julgamento de recurso especial. [REsp 886619-SP](#)

**[STJ - Preclusão não atinge impenhorabilidade de bem de família alegada só na apelação](#)**

A arguição de impenhorabilidade do bem de família é válida mesmo que só ocorra no momento da apelação, pois, sendo matéria de ordem pública, passível de ser conhecida pelo julgador a qualquer momento até a arrematação, e se ainda não foi objeto de decisão no processo, não está sujeita à preclusão. [REsp 981532-RJ](#)

**[STJ - Petição protocolada no plantão judiciário do último dia do prazo é considerada intempestiva](#)**

O protocolo de petições e recursos deve ser efetuado dentro do horário de expediente regulado pela lei local. A tese, consolidada no Superior Tribunal de Justiça (STJ), foi ratificada pela Terceira Turma, que manteve posição da relatora, ministra Nancy Andrighi, no julgamento de um recurso do Piauí. De acordo com o entendimento, deve-se considerar intempestivo o

recurso que, embora interposto no último dia do prazo recursal, foi recebido após o expediente forense. [AREsp 96048-PI](#)

### **STJ – Justiça gratuita não dispensa pagamento de honorários advocatícios no contrato de risco**

Os honorários advocatícios nos contratos de risco, em que o advogado só recebe se for vitorioso no processo, são devidos mesmo nas ações que tenham o benefício da assistência judiciária gratuita. A maioria da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) chegou a essa conclusão em ação movida por advogado contra seu ex-cliente. [REsp 1153163-RS](#)

### **STJ - Negligência do banco que não segurou produção contra perda por caso fortuito extingue execução**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) confirmou a extinção de execução do Banco do Brasil contra um piscicultor de Mato Grosso que teve seu empreendimento financiado destruído por fortes chuvas. Os ministros entenderam que a falta de cobertura da apólice de seguro caracteriza negligência do banco, o que libera o devedor da obrigação contratual. [REsp 1054992-MT](#)

### **STJ - Julgamento de apelação que reexamina fatos não pode ser feito individualmente pelo relator**

Em grau de apelação, é possível o julgamento unipessoal do recurso quando a matéria, pacificada na jurisprudência, for exclusivamente de direito. Se for necessário reapreciar as provas, no entanto, o julgamento deve ser, desde o início, colegiado. A partir desse entendimento, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) anulou um julgamento do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) em que o desembargador relator decidiu individualmente sobre matéria de fato, numa ação que havia sido extinta no primeiro grau sem julgamento de mérito. [REsp 1261902-RJ](#)

### **STJ - Negada liminar que buscava suspender leilão decorrente de desconsideração inversa da personalidade jurídica**

O ministro Antonio Carlos Ferreira, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), rejeitou pedido para suspender leilão de imóvel de uma empresa que teve a personalidade jurídica desconsiderada por conta de dívida de alimentos de um de seus sócios.

### **STJ - Aumentada indenização por atraso de voo que impediu passageiro de encontrar o pai ainda vivo**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) elevou de R\$ 5 mil para R\$ 20 mil o valor da indenização por dano moral que a Vasp e a Transbrasil devem pagar a um passageiro que, após atraso de nove horas no voo, não chegou ao destino a tempo de encontrar seu pai ainda vivo. [REsp 689257-PR](#); [AgRg no REsp 689257-PR](#) e [AgRg no AgRg no REsp 689257-PR](#)

### **STJ - Empresa tem processo extinto por não informar mudança de endereço para recebimento de intimações**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em decisão unânime, negou recurso especial interposto por Ford Leasing S/A Arrendamento Mercantil contra entendimento do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ). O tribunal estadual manteve decisão de juízo de primeira instância que extinguiu um processo da empresa sem resolução do mérito, porque ela deixou de dar andamento à ação e não manteve seu endereço atualizado para receber intimações. [REsp 1299609-RJ](#)

### **STJ - Paga a dívida, credor tem cinco dias para pedir exclusão de nome dos cadastros de inadimplentes**

O credor deve requerer em cinco dias, contados da data do efetivo pagamento, a exclusão do nome do devedor dos serviços de proteção ao crédito, sob o risco de responder por dano moral. A decisão é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar recurso no qual um ex-devedor do Rio Grande do Sul reclamava indenização pela não retirada do seu nome, em tempo breve, da lista de inadimplentes. [REsp 1149998-RS](#)

### **STJ - Teoria do adimplemento substancial limita o exercício de direitos do credor**

Como regra geral, se houver descumprimento de obrigação contratual, “a parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato, se não preferir exigir-lhe o cumprimento, cabendo, em qualquer dos casos, indenização por perdas e danos”, conforme dispõe o artigo 475 do Código Civil (CC). Entretanto, a doutrina e a jurisprudência têm admitido o reconhecimento do adimplemento substancial, com o fim de preservar o vínculo contratual. [REsp 1202514-RS](#); [REsp 1051270-RS](#); [REsp 1200105-AM](#); [AREsp 155885-MS](#); [REsp 761944-DF](#); [REsp 476775-MG](#); [REsp 883990-RJ](#) e [REsp 877965-SP](#)

### **STJ - STJ decidirá se aceita comprovação posterior de tempestividade de recurso em razão de feriado local**

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) vai decidir se os órgãos julgadores do Tribunal passarão a admitir comprovação posterior de feriado local que altere o prazo para interposição de recurso. Até o momento, a comprovação posterior à apresentação do recurso não é permitida. Os ministros vão debater a possível mudança na jurisprudência consolidada no STJ para se alinhar ao novo entendimento adotado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). [AREsp 137141-SE](#) (em andamento)

### **STJ - STJ aumenta honorários de R\$ 800 para R\$ 20 mil em ação milionária**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) aumentou de R\$ 800 para R\$ 20 mil os honorários fixados a advogados de uma ação envolvendo indenização, à época, de R\$ 894 mil – valor que, atualizado, passa de R\$ 1 milhão. O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) havia considerado o valor dos honorários adequado, porque a decisão interlocutória conseguida pelos advogados apenas impediu a desconsideração da personalidade jurídica da empresa. [REsp 1176495-RS](#)

### **STJ - Luis Felipe Salomão afeta recursos à Segunda Seção para serem julgados como repetitivos**

O ministro Luis Felipe Salomão decidiu afetar à Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) cinco recursos especiais sobre temas diversos, nos termos do artigo 543-C do Código de Processo Civil (recursos representativos de controvérsia repetitiva). Assim, todos os processos que tratam da mesma questão jurídica estão suspensos no STJ, nos tribunais dos estados e nos tribunais regionais federais. [REsp 1300418-SC](#); [REsp 1243646-PR](#); [REsp 1291575-PR](#); [REsp 1175089-MG](#) e [REsp 1124552-RS](#)

### **STJ - Bem de família pode ser penhorado para garantir pensão alimentícia decorrente de acidente de trânsito**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) restabeleceu decisão que deferiu à mãe de vítima de acidente automobilístico a penhora de 50% do imóvel pertencente ao motorista responsável. A decisão foi unânime. [REsp 1186225-RS](#)

### **STJ - Adjudicação do imóvel não afasta interesse de agir do mutuário na ação revisional**

O interesse de agir por parte do mutuário na ação revisional persiste mesmo depois de o bem objeto do contrato ter sido adjudicado. A decisão é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ,) que negou recurso de um banco contra mutuário que buscava a revisão de contrato de financiamento habitacional. [REsp 1119859-PR](#)

### **STJ - Prazo para ajuizar ação de exibição de documento está vinculado à vigência de contrato bancário**

Durante a vigência do contrato de depósito bancário, não há prescrição do direito de exigir exibição de documentos. A decisão é da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao apreciar recurso de banco que alegava prescrição no pedido do filho de um correntista, relativamente às informações sobre a conta do pai, já falecido. [REsp 995375-SP](#)

### **STJ - Inércia do credor na busca de bens penhoráveis impede nova suspensão da execução**

O litígio não pode durar eternamente. Se o credor não toma medidas para que a execução tenha sucesso, pode ocorrer a prescrição. Com esse entendimento, a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) confirmou o indeferimento de novo pedido de suspensão da execução pela juíza da causa. [REsp 991507-RN](#)



**[STJ - Novo ajuste entre credor e devedor sem anuência do fiador extingue a garantia](#)**

É possível a exclusão dos fiadores do polo passivo da execução, por conta de transação entre credor e devedor feita sem a anuência daqueles, quando houve, ainda, prorrogação do prazo para pagamento do débito. O entendimento é da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que seguiu integralmente o voto do relator, ministro Luis Felipe Salomão. [REsp 1013436-RS](#)

**[STJ - Mulher que ficou em fila de banco, em pé e sem banheiro por mais de uma hora receberá R\\$ 3 mil](#)**

O Banco do Brasil S/A (BB) deverá pagar R\$ 3 mil, corrigidos desde a data dos fatos, por manter uma mulher na fila sem atendimento nem acesso a sanitários por mais de uma hora, em agência de Mato Grosso. Para a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o caso não se confunde com o mero aborrecimento nem se vincula a leis locais que impõem limites para o tempo de espera. [REsp 1218497-MT](#)

**[STJ - Princípio da singularidade não veda interposição de recurso único para impugnar mais de uma decisão](#)**

O princípio da singularidade, também denominado de unirrecorribilidade, não veda a interposição de um único recurso para impugnar mais de uma decisão. O entendimento é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que proveu recurso do Banco da Amazônia S/A (Basa). [REsp 1112599-TO](#)

**[STJ - Passageiro que teve sequelas quatro anos depois de acidente será indenizado pela TAM](#)**

Um passageiro que teve sequelas degenerativas manifestadas mais de quatro anos após um acidente aéreo terá de ser indenizado pela companhia TAM. A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) rejeitou o recurso da empresa, que alegava ter passado o prazo legal para ajuizamento da ação (prescrição). [REsp 687071-RJ](#)

**[STJ - STJ altera jurisprudência e aceita comprovação posterior de tempestividade de recurso](#)**

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) admitiu a comprovação posterior de feriado local ou suspensão de expediente forense no tribunal de origem que implique prorrogação do prazo para interposição do recurso especial. A decisão, unânime, altera a jurisprudência do STJ, que passa a acompanhar entendimento firmado em março último pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do Recurso Extraordinário 626.358. [AgRg no AREsp 137141-SE](#)

**[STJ - Réu citado pessoalmente em ação civil e preso no prazo de defesa tem direito a curador especial](#)**

A citação pessoal de réu em ação civil, seguida de sua prisão em processo criminal ainda durante o curso do prazo destinado à defesa na primeira demanda, exige que o juiz designe curador especial para defendê-lo. A decisão é a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). [REsp 1032722-PR](#)

**[STJ - Poupança até 40 salários mínimos é impenhorável, mesmo que o dinheiro esteja em várias contas](#)**

A impenhorabilidade de depósito em caderneta de poupança limita-se ao valor total de 40 salários mínimos, mesmo que o dinheiro esteja depositado em mais de uma aplicação dessa natureza. Esse é o entendimento da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). [REsp 1231123-SP](#)

**[STJ - Determinada cisão de processo que pede reposição de expurgos em cadernetas de poupança na CEF e no BB](#)**

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou a cisão de um processo em que o autor faz o mesmo pedido – reposição de diferenças de correção monetária em cadernetas de poupança – contra duas instituições financeiras diferentes, o Banco do Brasil (BB) e a Caixa Econômica Federal (CEF). [CC 119090-MG](#)

**[STJ - Abracon está livre de recolher taxa judiciária em ação civil pública](#)**

A Associação Brasileira do Consumidor (Abracon) não terá de recolher taxa judiciária em ação civil pública que pleiteia que os poupadores do município do Rio de Janeiro sejam indenizados pelos prejuízos decorrentes do Plano Cruzado. A decisão é da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que deu provimento ao recurso da associação. [REsp 978706-RJ](#)

**[STJ - Ação de prestação de contas por titular de conta-corrente não se destina à revisão de cláusulas contratuais](#)**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) não acolheu o pedido de um consumidor que, inconformado com o saldo da sua conta-corrente, ajuizou ação de prestação de contas com o objetivo de obter a discriminação da movimentação financeira para verificar a legalidade dos encargos cobrados. [AgRg no REsp 1203021-PR](#)

**[STJ - Anulação de atos praticados por advogado suspenso do exercício profissional não é automática](#)**

É relativa a nulidade decorrente de atos praticados por advogado cujo exercício profissional foi suspenso pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), tornando-se obrigatória a demonstração de efetivo prejuízo causado à defesa. Com esse entendimento, a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) não acolheu o pedido de um casal para que o julgamento de apelação fosse considerado nulo devido à suspensão da inscrição do advogado subscritor na OAB. [REsp 1317835-RS](#)

**[STJ - Sem má-fé, prazo para rescisória começa no trânsito da última decisão, ainda que recurso seja intempestivo](#)**

O prazo decadencial da ação rescisória só se inicia quando não for cabível mais nenhum recurso do último pronunciamento judicial, ainda que essa decisão tenha negado seguimento a recurso pela ausência de algum dos requisitos formais, aí incluída a tempestividade. Este foi o entendimento da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao julgar recurso interposto pela fazenda nacional. A decisão considerou tempestiva uma ação rescisória que contesta imunidade fiscal concedida à Esso Brasileira de Petróleo Ltda. pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2). [REsp 740530-RJ](#)

**[STJ - Advogado do falido tem direito a honorários de sucumbência em processo falimentar](#)**

O advogado que representa o falido na discussão dos créditos falimentares deve receber honorários de sucumbência caso seja vitorioso. A decisão foi dada pela Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em recurso da fabricante de calçados Cosipla S/A contra o Banco do Brasil. A Turma considerou que os honorários são devidos ao advogado da massa falida e também ao do falido. [REsp 1003359-RS](#)

**[STJ - Juros de mora podem ser acumulados com multa diária na execução para entrega de coisa](#)**

É legal a acumulação de juros de mora com multa diária estipulada para forçar o cumprimento de decisão judicial, a chamada astreinte. De acordo a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), essa multa pode ser determinada pelo magistrado mesmo que não haja pedido no processo. [REsp 1198880-MT](#)

**[STJ - Tomador de empréstimo não pode ajuizar ação de prestação de contas para discutir cláusulas contratuais](#)**

Não é cabível ação de prestação de contas para discutir a evolução dos encargos cobrados em contrato de financiamento. Com esse entendimento, a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou o recurso de um consumidor que pretendia obter o esclarecimento a propósito das taxas, encargos e critérios aplicados no cálculo das prestações de empréstimo adquirido na Real Leasing S/A Arrendamento Mercantil. [REsp 1244361-PR](#)

**[STJ - STJ admite que penhora de safra de cana recaia sobre álcool e açúcar](#)**

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) considera que a penhora sobre safra agrícola não deve impedir sua comercialização, transferindo-se para a safra futura. Contudo, quando há em contrato previsão expressa que estabeleça a transferência da garantia aos subprodutos da safra penhorada, deve prevalecer o contrato. [REsp 1278247-SP](#); [REsp 1232798-SP](#)

**[STJ - Transportadora que contratou veículo em mau estado de conservação responde solidariamente por acidente](#)**

Responde civilmente por culpa *in eligendo* (decorrente de má escolha) a transportadora, dona de reboque, que contrata autônomo para transporte de cargas, em rodovias movimentadas, por meio de cavalo mecânico inadequadamente conservado e conduzido pelo seu preposto. Ao permitir a circulação desse veículo, a contratante deixa de observar o dever genérico de cuidado objetivo de não lesar o próximo. O entendimento é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). [REsp 453882-MG](#)

**[STJ - Não é possível determinar, em liquidação de sentença, a indenização de danos deduzidos por meras presunções](#)**

Se o réu não deu causa à perda de provas e não é possível avaliar o montante do dano causado, a única solução é fixar a indenização no limite que pode ser calculado com grau aceitável de certeza. O entendimento é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que rejeitou arbitramento de danos materiais embasado apenas em presunções. [REsp 1280949-SP](#)

**[STJ - Mantida decisão que condenou bancos em Rondônia a prestar atendimento prioritário a idosos](#)**

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) rejeitou pedido para reanalisar a decisão da Justiça de Rondônia que determinou que as agências dos bancos no estado promovam atendimento imediato à fila de idosos, e que sejam colocados à disposição desses clientes água potável e sanitários. A ministra Nancy Andrighi não aceitou a argumentação dos bancos, que pretendiam ver seu recurso julgado na instância superior. [AREsp 137912-RO](#)

**[STJ - Ministra admite reclamações por entender que consórcio pode fixar taxa de administração](#)**

A ministra Isabel Gallotti admitiu o processamento de duas reclamações apresentadas pela Disal Administradora de Consórcios Ltda. contra decisões de turmas recursais que mantiveram a redução da taxa de administração cobrada de consorciados desistentes na devolução das parcelas pagas. Para a magistrada, as decisões divergem do entendimento consolidado no STJ, segundo o qual as administradoras de consórcio têm liberdade para fixar a taxa de administração, de acordo com o artigo 33 da Lei 8.177/91. [Rcl 9919-MS](#) e [Rcl 10081-BA](#)

**[STJ - Consumidor tem direito a reparação de falha oculta até o fim da vida útil do produto e não só durante garantia](#)**

O prazo para o consumidor reclamar de defeito ou vício oculto de fabricação, não decorrentes do uso regular do produto, começa a contar a partir da descoberta do problema, desde que o bem ainda esteja em sua vida útil, independentemente da garantia. [REsp 984106-SC](#)

**[STJ - Justiça estadual se mantém competente para julgar maioria das ações de seguro habitacional do SFH](#)**

O julgamento de ações envolvendo seguro habitacional do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) é de competência da Justiça estadual, e só excepcionalmente poderá ser transferido para a Justiça Federal. O entendimento foi dado pela Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao apreciar dois recursos em que a Caixa Econômica Federal (CEF) pedia o deslocamento para a Justiça Federal das causas em que se discute o pagamento de indenização por defeitos na construção de imóveis. [REsp 1091393-SC](#); [EDcl no Resp 1091393-SC](#); [EDcl nos EDcl no REsp 1091393-SC](#); [REsp 1091363-SC](#); [EDcl no REsp 1091363-SC](#); [EDcl nos EDcl no REsp 1091363-SC](#) (Recurso repetitivo)

**[STJ - Banco pagará indenização por devolver cheque prescrito como se não tivesse fundos](#)**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) condenou ao Banco ABN AMRO Real S/A ao pagamento de R\$ 5 mil por danos morais a correntista que teve o seu nome incluído no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo (CCF). O motivo foi a devolução de forma errada, por insuficiência de fundos, de um cheque que já estava prescrito. [REsp 1297353-SP](#)

**STJ - Laudo demarcatório homologado com trânsito em julgado não pode ser revisto na execução**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu encerrada a discussão sobre linha demarcatória discutida desde 1967. Para os ministros, na execução da sentença, o juiz não poderia ter revisado os critérios de demarcação ou o laudo homologados e já transitados em julgado. [REsp 1292000-GO](#)

**STJ - Pedido de falência em comarca errada impõe deslocamento da recuperação de todo o grupo de empresas**

A distribuição do pedido de falência ou recuperação judicial torna o juízo prevento para outros pedidos relativos ao mesmo devedor. No entanto, de quem é a competência para julgar o pedido de recuperação de um grupo de empresas, com sedes em comarcas distintas, se já houve falência requerida contra uma delas, porém em comarca errada? [CC 116743-MG](#)

**STJ - Margem dos bancos não está limitada a 20% sobre o custo de captação dos recursos**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que a lei que trata do Sistema Financeiro Nacional (Lei 4.595/64) não limita o *spread* dos bancos em 20% sobre os custos de captação dos recursos emprestados ao cliente. Essa limitação deve ser feita pelo Conselho Monetário Nacional. [REsp 1013424-SP](#)

**STJ - Interrompido julgamento sobre honorários advocatícios em cumprimento provisório de sentença**

Três ministros da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) votaram contra a possibilidade de advogados receberem honorários de sucumbência relativos a cumprimento provisório de sentença. O ministro João Otávio de Noronha e a ministra Nancy Andrighi seguiram o voto do relator, ministro Luis Felipe Salomão, que afastou honorários arbitrados em benefício de advogados no início da execução. O julgamento foi interrompido por pedido de vista do ministro Mauro Campbell Marques, depois de relatada a matéria na sessão da última quarta-feira (17). A controvérsia diz respeito ao pagamento de honorários ao advogado que se adianta ao trânsito em julgado da decisão, na pendência de recurso desprovido de efeito suspensivo. [REsp 1291736-PR \(em andamento\)](#)

**STJ - Juízo da recuperação deve julgar ação sobre protesto de sentença trabalhista**

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu que cabe ao juízo da recuperação judicial processar e julgar ação em que a empresa em recuperação contesta protesto de título decorrente de execução de sentença trabalhista. A definição seguiu integralmente o voto do relator do conflito de competência, ministro Villas Bôas Cueva. [CC 118819-MG](#)

**STJ - Suspensos processos que discutem intimação pessoal em cobrança de multa nos juizados especiais do PR**

A Súmula 410 do Superior Tribunal de Justiça (STJ) dispõe que "a prévia intimação pessoal do devedor constitui condição necessária para a cobrança de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer". Com base na súmula, o ministro Humberto Martins admitiu reclamação interposta pela Sercomtel S/A Telecomunicações contra decisão de turma recursal que julgou ser desnecessária a intimação pessoal para a incidência de multa diária no caso de descumprimento de obrigação. [Rcl 9221-PR](#)

**STJ - Suspensa decisão que impôs juros e correção em dano moral a partir da publicação da sentença**

O ministro Villas Bôas Cueva, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), admitiu o processamento de reclamação e deferiu pedido de liminar, para suspender a decisão de turma recursal de juizados especiais que, ao julgar caso de responsabilidade extracontratual, determinou o pagamento de juros de mora e correção monetária a partir da publicação da sentença. [Rcl 10096-CE](#)

**STJ - Repetição do indébito não exige ação própria ou reconvenção**

Não se exige ação própria ou reconvenção para o requerimento, pelo devedor, do ressarcimento em dobro dos valores indevidamente pagos ao credor. Para a Quarta Turma do

Superior Tribunal de Justiça (STJ), porém, é necessário que se comprove a má-fé do credor para justificar a condenação. [REsp 1005939-SC](#)

#### **STJ - Valor de indenização a cliente de banco limita aplicação de multa judicial**

O Banco ABN Amro Real deve pagar R\$ 15 mil a um cliente que teve seu nome indevidamente inscrito em cadastro de devedores. Para forçar a banco a cumprir a decisão judicial, foi aplicada multa diária de R\$ 500, limitada pela Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao mesmo valor da indenização. [REsp 1284683-BA](#)

#### **STJ - Comprador em contrato de gaveta pode opor embargo à penhora de imóvel hipotecado**

A compradora de um imóvel hipotecado, mesmo com contrato não registrado em cartório, pode embargar penhora para defender seus próprios direitos. A Quarta Turma chegou a essa conclusão em recurso interposto pela Caixa Econômica Federal (CEF) contra julgado do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1). A Turma acompanhou de forma unânime o relator do processo, ministro Raul Araújo. [REsp 465023-PA](#)

#### **STJ - Valor da causa é aumentado de R\$ 10 mil para mais de R\$ 600 mil**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve em R\$ 601,2 mil o valor da causa em que o ex-sócio majoritário de uma empresa pede remuneração mensal de R\$ 50,1 mil pelo uso de seu capital. Inicialmente, o próprio autor atribuiu à causa o valor de R\$ 10 mil. [REsp 981415-RJ](#)

#### **STJ - Cabe ao juiz avaliar documentos aptos a fundamentar cobrança por ação monitória**

A lei apenas exige que a cobrança por via de ação monitória tenha como base inicial prova escrita e suficiente para influir na convicção do magistrado. A decisão, da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), validou a cobrança embasada em faturas, planilha orçamentária e duplicatas sem aceite. [REsp 925584-SE](#)

#### **STJ - STJ eleva de R\$ 10 mil para R\$ 500 mil os honorários em causa de R\$ 22,4 milhões**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) elevou de R\$ 10 mil para R\$ 500 mil o valor de honorários advocatícios a serem pagos pela Publicar do Brasil Listas Telefônicas Ltda. em caso que envolvia a execução de R\$ 22,4 milhões. Os ministros deram provimento a recurso especial da Telelistas Ltda. para aumentar a verba. [REsp 1146988-ES](#)

#### **STJ - Não é possível discutir abusividade de cláusulas contratuais em ação de prestação de contas**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) estabeleceu que, em ação de prestação de contas, não é possível discutir o caráter abusivo de cláusulas de contrato de abertura de crédito em conta corrente. A Turma manteve decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), que negou provimento à apelação do recorrente. [REsp 1166628-PR](#)

#### **STJ - Falta de nulidade de procuração não é erro material passível de correção após o trânsito em julgado**

A falta de declaração de nulidade de procuração e substabelecimento não pode ser considerada erro material na sentença, a ponto de permitir sua correção após o trânsito em julgado. O erro material passível de ser corrigido é aquele evidente, que pode ser detectado à primeira vista, sem alterar o conteúdo da decisão judicial. [REsp 1151982-ES](#)

#### **STJ - Duplicata pode ser protestada na praça do título, em vez do domicílio do devedor**

O protesto extrajudicial de duplicatas não precisa ser realizado na praça de domicílio do devedor ou onde ocorriam as operações mercantis, podendo ocorrer na praça de pagamento constante do título. O entendimento é da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que decidiu ainda que o dever de cancelar esse protesto após o pagamento é do devedor. [REsp 1015152-RS](#)

#### **STJ - As ciladas do consumo na mira da Justiça**

Estudos do Ministério da Fazenda apontam que, em 2020, o país será o quinto mercado consumidor do mundo. Se as previsões estiverem certas, os brasileiros vão estar dispostos a gastar mais com moradia, lazer, educação e alimentos. Os dados informam que o consumo das famílias passará de R\$ 2,3 trilhões em 2010 para R\$ 3,5 trilhões até o final da década, um

número que chama a atenção para a necessidade do consumo consciente. [REsp 684712-DF](#); [REsp 332025-MG](#); [REsp 63981-SP](#); [REsp 1181066-RS](#); [REsp 1144840-SP](#); [REsp 849442-RS](#); [REsp 921669-RS](#); [REsp 267758-MG](#); [REsp 735701-CE](#); [REsp 1149998-RS](#); [REsp 1276311-RS](#); [Rcl 4310-MA](#) e [REsp 856278-PR](#)

#### **STJ - Promissória vinculada a duplicatas só é exigível se comprovada inadimplência**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) extinguiu execução de notas promissórias embasada em borderô, sem prova de inadimplemento dos títulos bancários descontados. Para os ministros, o crédito dependeria do inadimplemento das duplicatas pelos sacados. Por isso, a nota promissória vinculada ao contrato não seria título executivo extrajudicial. [REsp 986972-MS](#)

#### **STJ - Decisão que converteu recuperação judicial da Vasp em falência é cassada**

O ministro Massami Uyeda, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), cassou decisão da Justiça paulista que converteu a recuperação judicial da Viação Aérea São Paulo (Vasp) em falência. O ministro levou em consideração a necessidade da prevalência do princípio da preservação da empresa em detrimento dos interesses individuais de determinados credores. [REsp 1299981-SP](#)

#### **STJ - Cédula de crédito comercial anterior a abril de 2000 pode ter capitalização mensal de juros**

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reformou decisão da Terceira Turma que havia declarado a impossibilidade de incidir capitalização mensal de juros em cédula de crédito comercial emitida antes da edição da Medida Provisória (MP) 1.963-17/00, mesmo que pactuada. [EREsp 1134955-PR](#)

#### **STJ - Tolerância do antigo dono não assegura acesso público a cachoeira após venda do imóvel**

A servidão de passagem, por constituir forma de limitação do direito de propriedade, não se presume e deve ser interpretada restritivamente. Com esse entendimento, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) restabeleceu sentença de primeiro grau que julgou improcedentes os pedidos de chacareiros que pretendiam usufruir de cachoeira localizada em propriedade privada. [REsp 316045-SP](#)

#### **STF - Ministro Celso de Mello divulga íntegra de voto em ADPF sobre anencefalia**

Leia a íntegra do voto do ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 54, que discutiu a interrupção terapêutica de parto de fetos com anencefalia. A ação, ajuizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS), foi julgada em abril deste ano. Por maioria, o STF declarou a inconstitucionalidade de interpretação segundo a qual a interrupção da gravidez de fetos anencéfalos é conduta tipificada nos artigos 124, 126 e 128, incisos I e II, do Código Penal. [ADPF 54-DF](#)

#### **STJ - Comprador de imóvel litigioso não tem legitimidade para opor embargos de terceiro**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reafirmou o entendimento de que a pessoa que adquire bem litigioso não possui a qualidade de terceiro e, portanto, não tem legitimidade para opor embargos de terceiro, buscando defender tal bem em execução movida contra quem o alienou. [REsp 1227318-MT](#)

#### **STJ - Prazo para Defensoria Pública recorrer começa quando processo é recebido no órgão**

A contagem dos prazos para a interposição de recurso pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública tem início no dia seguinte à data do recebimento dos autos com vista no respectivo órgão, e não quando seu representante registra ciência no processo. Esse foi o entendimento da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no julgamento de recurso especial interposto contra o Banco Santander. [REsp 1278239-RJ](#)

#### **STJ - Direito do devedor: a jurisprudência do STJ sobre ação de consignação em pagamento**

Bancos, carnês de lojas, financeiras, cartão de crédito: as opções que o brasileiro tem atualmente no mercado para dispor de dinheiro e engrossar a lista de endividados no país é grande. Dados do Banco Central revelam que, até setembro, quase 61 milhões de pessoas tinham operações de crédito ativas em instituições financeiras. E a expectativa do Banco Central é que os atuais clientes tomem novos financiamentos. [REsp 1132662-PI](#); [REsp 1131377-RJ](#); [REsp 444128-PR](#); [REsp 708421-RS](#); [REsp 55911-SP](#); [REsp 1020982-RS](#); [REsp 692603-RS](#) e [REsp 568552-GO](#)

**[STJ - Mantida decisão que responsabilizou a CEF pela falta de registro de imóvel em nome do comprador](#)**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve decisão da Justiça do Rio Grande do Sul que rescindiu contrato de compra e venda de imóvel e responsabilizou a Caixa Econômica Federal (CEF) por irregularidades que inviabilizaram o registro da propriedade em nome do comprador, condenando a instituição à devolução das parcelas pagas. [REsp 1240049-RS](#)

**[STJ - Seguradora e banco indenizarão ex-portador de leucemia por recusa em contratar seguro de vida](#)**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) fixou em R\$ 10 mil a indenização pelo dano moral sofrido por um jovem no momento em que teve proposta de adesão a seguro de vida recusada pela seguradora, em razão de ter declarado que fora portador de leucemia. A Companhia de Seguros Aliança do Brasil e o Banco do Brasil (BB) responderão solidariamente pelo dano. [REsp 1300116-SP](#)

**[STJ - Cursos superiores no Mercosul devem ser reconhecidos em seus próprios países para serem aceitos no Brasil](#)**

Para serem válidos no Brasil, cursos superiores e de especialização oferecidos por instituições de ensino dos países do Mercosul devem ser reconhecidos em seus próprios países. A exigência está no Decreto 5.518/05, que incorporou no ordenamento jurídico brasileiro o Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados Partes do Mercosul. [Resp 1280233-PR](#)

**[STJ - Entidades de classe não precisam pagar taxa judiciária em ações coletivas](#)**

A taxa judiciária, instituída em âmbito estadual para custeio de serviços forenses, não pode ser cobrada de entidades de classe que ajuízam ações civis públicas ou ações coletivas previstas no Código de Defesa do Consumidor (CDC). A decisão é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). [REsp 1288997-RJ](#)

**[STJ - Declarada fraude em alienação, hipoteca anterior sobre o bem do executado pode ser restabelecida](#)**

Caso a dação em pagamento de um bem seja declarada ineficaz por representar fraude à execução, uma hipoteca que já recaísse anteriormente sobre esse bem pode ser restabelecida. A decisão foi dada pela Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar recurso do Banco GMAC S/A (ex-Banco General Motors) contra a Libra Administradora de Consórcios Ltda., de Minas Gerais. A Turma acompanhou de forma unânime o relator da matéria, ministro Massami Uyeda. [REsp 1119247-MG](#)

**[STJ - Causa madura pode ser aplicada em matéria fática, desde que não seja preciso produzir novas provas](#)**

O tribunal pode julgar em apelação matéria de fato não decidida pela sentença, aplicando a teoria da causa madura, desde que não seja preciso produzir novas provas. A decisão é da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). [REsp 981416-SP](#)

**[STJ - Mantida decisão que dispensou testemunhas em demanda sobre honorários de corretor](#)**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou pedido de um corretor do Paraná que pretendia receber honorários devidos pela suposta intermediação da venda de um imóvel, ocorrida em 2005. [REsp 1228751-PR](#)

**[STJ - Admitida reclamação sobre cabimento de danos morais pela inscrição do nome de devedor sem prévia notificação](#)**

O ministro Villas Bôas Cueva admitiu o processamento de reclamação apresentada por um consumidor contra decisão de turma recursal que entendeu que a falta de notificação prévia sobre a inserção de nome em lista de inadimplentes, por si só, não configuraria dano moral. O ministro concedeu liminar para suspender a decisão, até o julgamento final da reclamação pela Segunda Seção, por considerar que, em um juízo de cognição sumária, o entendimento da turma recursal diverge da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ). [Rcl 10050-MS](#)

**[STJ - Acordo extrajudicial tem força executiva própria e dispensa homologação](#)**

“O Poder Judiciário não pode ser utilizado como mero cartório que incluirá, em documentos submetidos à sua sumária avaliação, um mero selo, que sequer pode ser chamado selo de qualidade, porque não é submetido, do ponto de vista substancial, a seu controle efetivo.” Esse entendimento da ministra Nancy Andrighi embasou decisão da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que negou homologação de acordo extrajudicial, por falta de interesse das partes. [REsp 1184267-MS](#)

**[STJ - Ação cautelar de protesto exige comprovação da existência de relação jurídica entre as partes](#)**

Não preenche os requisitos legais a petição inicial de medida cautelar de protesto, que pretende interromper prazo prescricional para cobrança de dívida, quando ausente documento que comprove a existência de relação jurídica entre as partes. Com esse entendimento, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou provimento a recurso especial interposto pela Caixa Econômica Federal (CEF). [REsp 1200075-RJ](#)

**[STJ - Para Segunda Seção, tarifas em financiamento são legais desde que previstas no contrato](#)**

A fixação de tarifas administrativas em contrato de financiamento é prática legal, desde que elas sejam pactuadas em contrato e em consonância com a regulamentação do Banco Central. A decisão é da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao analisar recurso em processo no qual o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) julgou nula a cobrança de tarifas ou taxas feita por uma instituição bancária. [REsp 1270174-RS](#)

**[STJ - Rejeitada descon sideração de personalidade jurídica de empresa extinta antes da ação de cobrança](#)**

Para o Superior Tribunal de Justiça (STJ), a descon sideração da personalidade jurídica de empresa, para que suas obrigações atinjam os sócios, exige a prática de atos que configurem a ocorrência de confusão patrimonial ou desvio de finalidade da sociedade empresarial. Só assim é possível afastar a separação patrimonial entre sócios e sociedade. [EDcl no AgRg no Resp 762555-SC](#)

**[STJ - Suspensa decisão de turma recursal que considerou capitalização de juros abusiva](#)**

A ministra Isabel Gallotti admitiu reclamação apresentada por Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A contra decisão de turma recursal que, em ação revisional de contrato de financiamento, ratificou a sentença para determinar a devolução de valores pagos por um consumidor de forma supostamente indevida. [Rcl 10209-PB](#)

**[STJ - Franquia: veja o que o STJ vem decidindo sobre o tema](#)**

Quem nunca pensou em abrir um negócio? Muitas pessoas que querem mudar de vida e se tornar seu próprio chefe recorrem à franquia para realizar esse sonho. De acordo com um estudo feito pela Associação Brasileira de Franchising (ABF), o segmento de franquias no Brasil cresceu 16,9% em 2011, atingindo o faturamento de mais de R\$ 88 bilhões. Atualmente, representa 2,3% do PIB nacional. [REsp 632958-AL](#); [REsp 695792-PR](#); [REsp 818799-SP](#); [Rcl 1554-BA](#)

**[STJ - Apelação é inepta quando deixa de demonstrar os fundamentos de fato e de direito ou de impugnar a sentença](#)**

Não atende aos requisitos legais a apelação que deixa de demonstrar os fundamentos de fato e de direito necessários ou de impugnar os argumentos da sentença. Esse foi o entendimento



da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao julgar recurso especial interposto contra o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Barrisul). [REsp 1320527-RS](#)

**[STJ - TJSP torna petição eletrônica obrigatória; STJ estuda medida](#)**

A partir desta segunda-feira (3), todas as ações destinadas às 45 varas cíveis centrais do Fórum João Mendes Júnior, do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), somente poderão ser distribuídas por peticionamento eletrônico. A medida, que é mais um passo na revolução digital por que passa o Judiciário brasileiro, torna indispensável a aquisição de certificado digital padrão ICP-Brasil pelos advogados.

**[STJ - STJ aumenta honorários em ação rescisória, diante dos valores e circunstâncias do caso](#)**

O ministro Luis Felipe Salomão, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), elevou honorários advocatícios, em ação rescisória, de R\$ 800 para R\$ 5 mil. O ministro entendeu que o valor fixado não era proporcional ao trabalho desenvolvido pelos advogados. O valor da causa é de R\$ 137.107,24. [AREsp 13877-RS](#) e [EDcl no AREsp 13877-RS](#)

**[STJ - Troca de sobrenome de advogado invalida intimação](#)**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) anulou uma intimação por conta de erro na grafia do nome do advogado, que o impediu de apresentar impugnação no prazo devido. Com a decisão, foram anulados também todos os atos processuais praticados após a intimação invalidada. [REsp 1335625-ES](#)

**[STJ - Mesmo sem relação de consumo, Embratel deve indenizar revendedora de carros por falhas no serviço](#)**

Ainda que uma empresa revendedora de veículos não possa ser equiparada a consumidor final de serviços de telefonia, a fornecedora deve indenizar pelas falhas ocorridas no sistema. A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) aplicou o direito à espécie para, mesmo afastando a incidência do Código de Defesa do Consumidor (CDC), manter a indenização por danos materiais concedida a uma revendedora de veículos com fundamento no Código Civil (CC). [REsp 1195642-RJ](#)

### Direito Privado 3

**[STJ - Agravo contra antecipação de tutela ou medida liminar não pode ser retido](#)**

O agravo interposto contra decisão que concede tutela antecipada ou impõe medida liminar não pode ser convertido em agravo retido. A decisão da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu o direito líquido e certo do Banco do Brasil (BB) a ter agravo processado e julgado pelo Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL). [RMS 31445- AL](#)

**[STJ - Seção impõe limite às reclamações e mantém decisão de turma recursal sobre prescrição em seguro de vida](#)**

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) não atendeu a reclamação ajuizada por beneficiários de contrato de seguro de vida em grupo e acabou mantendo a decisão de segunda instância que considerou ser anual o prazo prescricional para os beneficiários pleitearem indenização. A reclamação, entregue à relatoria do ministro Paulo de Tarso Sanseverino, havia sido apresentada contra acórdão da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Rio Grande do Sul. [Rcl 4858-RS](#)

**[STJ - Quarta Turma restabelece sentença que excluiu sócios de sociedade anônima familiar](#)**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) restabeleceu sentença da Justiça fluminense que havia determinado a exclusão de dois sócios (pai e filho) da sociedade Continente Cine Organização S/A, bem como a apuração do ativo e passivo. A decisão foi unânime. [REsp 917531-RS](#)

**[STJ - Complementação do DPVAT prescreve em três anos após pagamento a menor](#)**

O prazo de prescrição para o recebimento da complementação do seguro obrigatório por danos pessoais, quando pago em valor inferior ao fixado em lei, é de três anos. Foi o que decidiu a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao considerar prescrito o prazo para pretensão do recebimento de complementação do valor segurado à família de uma menina morta após acidente em Minas Gerais. [REsp 1220068-MG](#)

#### **STJ - Disputa no mercado de produtos infantis volta ao TJRJ para correção de omissões**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou o retorno, para o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), do processo que trata de disputa comercial entre a MAM Babyartikel GmbH e a Babycare Comercial Importadora e Exportadora Ltda. O TJRJ terá que suprir omissões apontadas pela MAM em embargos de declaração. [REsp 1127905-RJ](#)

#### **STJ - Suspensas todas as execuções trabalhistas contra a Varig**

As execuções trabalhistas em curso contra a VRG Linhas Aéreas S/A, antiga Varig, estão suspensas. A decisão é do presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Ari Pargendler, que concedeu à empresa controlada pelo Grupo Gol liminar em conflito de competência. A decisão também estabelece que cabe ao juiz de direito da 1ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro decidir sobre medidas urgentes envolvendo a empresa em processo de recuperação judicial. [CC 120625-RJ](#)

#### **STF - Lei sobre obrigações a seguradoras de veículos é questionada**

A Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg) ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4710) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra uma lei paraibana que obriga as seguradoras a comunicarem ao Detran do estado todos os sinistros de veículos registrados no estados que forem considerados “perda total” para fins indenizatórios. [ADI 4710](#)

#### **STJ - Quarta Turma nega aplicação da teoria da imprevisão a contratos de mercado futuro**

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou a aplicação da teoria da imprevisão a contratos de venda futura de soja a preço certo, celebrados no início dos anos 2000 por um produtor rural goiano. [REsp 936741-GO](#)

#### **STJ - Reclamação sobre cabelo em produto alimentício não é admitida**

A jurisprudência a ser confrontada como paradigma, nas reclamações contra decisões de turmas recursais da Justiça especial estadual, deve se limitar aos precedentes exarados em recursos repetitivos (artigo 543-C do Código de Processo Civil) ou súmulas do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A observação foi feita pelo ministro Raul Araújo, da Segunda Seção, ao negar seguimento a reclamação proposta pela Nestlé Brasil Ltda. [Rcl 5975-PR](#)

#### **STJ - Decisões do STJ asseguram a eficácia do sistema de penhora on line**

A modelo de penhora *on line* nasceu em 2001 a partir de um convênio entre o Banco Central com o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Conselho da Justiça Federal (CJF) e logo se estendeu a outros órgãos do Poder Judiciário. Seu principal objetivo foi permitir a execução mais rápida das sentenças condenatórias e fazer com que o credor tivesse uma certeza maior da satisfação da dívida. [REsp 1017506-RS](#); [REsp 1184025-RS](#); [REsp 1112943-MA](#); [REsp 1229329-SP](#); [REsp 1182820-RJ](#); [REsp 1218988-RJ](#); [REsp 1240270-RS](#); [RMS 34443-CE](#) e [REsp 1273341-MG](#)

#### **STJ - A aplicação da jurisprudência do STJ aos contratos escolares**

A educação no Brasil é um direito definido pela Constituição, mas nem sempre é ao Estado que o cidadão recorre para tê-lo assegurado. Quando a opção é pelo ensino particular, a natureza jurídica da relação entre instituição e aluno passa ser de prestação de serviço. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem precedentes e jurisprudência consolidada sobre diversos temas relacionados à cobrança de mensalidades, reajustes e obrigações das escolas com os alunos. [REsp 1081936-SP](#); [REsp 913917-ES](#); [REsp 1164146-SP](#); [REsp 120143-MG](#); [REsp 725955-SP](#); [REsp 1096242-DF](#); [REsp 883497-GO](#); [REsp 895480-SC](#) e [REsp 334837-MG](#)

#### **STJ - Suspensas execuções contra grupo da Editora Três**

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Ari Pargendler, suspendeu as execuções contra a Três Comércio de Publicações Ltda., a Editora Três Ltda. e o Grupo de Comunicação Três S/A. As medidas urgentes serão concentradas na 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo (SP), que em 2007 aprovou plano de recuperação judicial apresentado pela assembléia geral de credores da empresa. CC 120775-SP; CC 120714- SP; CC 120713-SP; [CC 115249-SP](#) e CC 120761-RJ

#### **[STJ - Ano forense começa quarta-feira com temas relevantes na agenda da Corte Especial](#)**

Além de casos criminais e de improbidade de autoridades submetidas a foro especial, como procuradores, conselheiros de contas, desembargadores e governadores, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) deverá decidir matérias relevantes de direito, principalmente no julgamento de recursos repetitivos, ao longo de 2012. A abertura do ano forense está marcada para esta quarta-feira, 1º de fevereiro.

#### **[STJ - Futebol, acidentes e imprensa estão na pauta da Segunda Seção em 2012](#)**

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e suas Turmas deverão decidir em 2012 diversos casos que afetam diretamente o dia a dia das pessoas. Somados, os três órgãos responsáveis por matérias de direito privado julgaram em 2011 quase 120 mil processos. Confira alguns dos processos mais esperados no ano que se inicia.

#### **[STJ - Terceira Turma reduz valor de indenização por bloqueio indevido de linha telefônica](#)**

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) considerou abusivo o valor de R\$ 61.370 arbitrado pela Justiça do Amazonas como indenização por dano moral em razão da cobrança indevida de fatura e do bloqueio da linha de celular de uma consumidora. Seguindo o voto da relatora, ministra Nancy Andrighi, a Terceira Turma reduziu o ressarcimento para R\$ 5 mil. [REsp 1191428-PA](#); [REsp 871628-AL](#) e [REsp 590753-RS](#)

#### **[STJ - Proprietários de imóvel não conseguem impor restrições a uso do subsolo](#)**

O direito de propriedade do solo abrange o subsolo, porém o seu alcance é limitado a uma profundidade útil ao seu aproveitamento, o que impede o proprietário de se opor a atividades realizadas por terceiros em espaço sobre o qual ele não tenha interesse legítimo. Com esse entendimento, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou provimento a recurso especial. [REsp 1233852-RS](#)

#### **[STJ - STJ mantém dissolução de joint venture da Caloi](#)**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve a dissolução da empresa Gymbrands Equipamentos de Ginástica Ltda., associação entre a Caloi Fitness e a Kiko's, empresa brasileira também do segmento *fitness*. No entendimento do STJ, a dissolução é a medida que melhor harmoniza os interesses das empresas envolvidas no contrato. [REsp 1250596-SP](#)

#### **[STJ - É possível estender efeitos de falência a empresas sem vínculos societários diretos](#)**

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) reafirmou a possibilidade de extensão dos efeitos da falência da Petroforte a empresas e pessoas físicas sem vínculos societários diretos. A Terceira Turma concluiu pela legalidade da decisão de primeiro grau, que se baseou na suspeita de realização de operações societárias para desvio de patrimônio da falida nos anos anteriores à quebra, inclusive com a constituição de sociedades empresariais conjuntas para esse fim. [REsp 1258751-SP](#); [REsp 1259018-SP](#); [REsp 1211823-SP](#); [REsp 1259020-SP](#) e [REsp 1266666-SP](#)

#### **[STJ - Se não há prejuízo efetivo, publicação de edital de leilão não precisa ser feita em diário da Justiça](#)**

Apesar do dispositivo da antiga Lei de Falências, a falta de publicação do edital de leilão em veículo oficial não anula o pregão. A decisão da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) valoriza a instrumentalidade das formas e afasta a nulidade em razão da inexistência de prejuízo efetivo à massa falida. [REsp 1195855-PR](#)

### **[STJ - Afastados honorários de mais de R\\$ 20 milhões a advogado de devedor do Banco do Brasil](#)**

Nos casos em que a sentença permite mais de uma interpretação, deve-se adotar a mais razoável e coerente com a causa. A conclusão é da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, ao dar parcial provimento a recurso especial do Banco do Brasil para afastar o pagamento de honorários de mais de R\$ 20 milhões ao advogado de um cliente – valor quase 14 vezes superior à dívida cobrada pelo banco na Justiça. [REsp 991780-RS](#)

### **[STJ - Decisão de assembleia geral sobre remuneração de administradores não configura fraude à execução](#)**

A deliberação da assembleia geral que fixa valores de remuneração global aos sócios administradores não se enquadra nas hipóteses de fraude à execução, porque não representa alienação de bens. Para a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), se a decisão prejudica credores ou viola a Lei das Sociedades Anônimas, os credores devem buscar seus direitos por ação própria, não na execução. [Ag 1379709-SC](#)

### **[STJ - Empresa que usa produto como insumo e não é vulnerável não pode ser tratada como consumidora](#)**

O uso de produtos e serviços adquiridos como insumo por empresa que não é vulnerável impede a aplicação do conceito de consumidor em seu favor. A decisão é da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em caso envolvendo fornecimento de gás a empresa fabricante. [REsp 932557-SP](#)

### **[STJ - Prazo de prescrição em caso de acidente aéreo é de cinco anos](#)**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo de prescrição para indenização por danos decorrentes de acidentes aéreos é de cinco anos. Para os ministros, vale a regra do Código de Defesa do Consumidor (CDC), por ser mais bem ajustada à ordem constitucional. [REsp 1281090-SP](#)

### **[STJ - STJ admite reclamação contra decisão que impunha obrigações de cumprimento impossível](#)**

A ministra Isabel Gallotti admitiu o processamento de reclamação proposta por uma revendedora de carros contra acórdão proferido pela Terceira Turma do Conselho Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Rio de Janeiro. Segundo a empresa, a decisão contraria a jurisprudência do STJ, pois manteve condenação cujas determinações são impossíveis de cumprir. [Rcl 6587-RJ](#)

### **[STF - STF decide pela constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa](#)**

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) concluíram nesta quinta-feira (16) a análise conjunta das Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADCs 29 e 30) e da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4578) que tratam da Lei Complementar 135/2010, a Lei da Ficha Limpa. Por maioria de votos, prevaleceu o entendimento em favor da constitucionalidade da lei, que poderá ser aplicada nas eleições deste ano, alcançando atos e fatos ocorridos antes de sua vigência.

### **[STJ - Se juiz dispensou perícia solicitada e tribunal entendeu faltar prova, processo deve ser devolvido](#)**

A falta de reiteração do pedido de perícia nas contrarrazões da apelação não impede que o tribunal avalie a questão, se, apesar de suscitada, a produção de prova foi dispensada pelo juiz que julgou a favor do apelado. Para o Superior Tribunal de Justiça (STJ), caberia à segunda instância analisar o erro de procedimento do magistrado. [AREsp 2372-PE](#); [AgRg no AREsp 2372-PE](#)

### **[STJ - Recursos repetitivos definirão prestação de contas em contratos de mútuo bancário e financiamento de veículos](#)**

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) deve julgar, ainda este ano, recursos especiais que tratam de prestação de contas acerca da evolução do débito em contratos de mútuo bancário e financiamento de veículo com cláusula de alienação fiduciária. O relator dos processos é o ministro Luis Felipe Salomão. [REsp 1293558-PR](#) e [REsp 1293689-PR](#)

### **[STJ - Segunda Seção julgará reclamação sobre multa cominatória em ação de exibição de documentos](#)**

A ministra Isabel Gallotti, da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), admitiu reclamação proposta por um banco contra acórdão do Colégio Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado de São Paulo, que manteve sentença que determinou a apresentação dos extratos bancários de uma cliente, sob pena de multa. [Rcl 7571-SP](#)

### **[STJ - Juros de mora em ação de complemento de DPVAT incidem a partir da citação](#)**

Em ações de complementação de indenização do seguro obrigatório (DPVAT), os juros moratórios incidem a partir da citação. A decisão é da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que julgou procedente reclamação de uma seguradora contra uma segurada. [Rcl 5272-SP](#)

### **[STJ - Início de liquidação ordinária não suspende execução de dívidas contra empresa](#)**

Na hipótese de liquidação ordinária prevista pela Lei das Sociedades Anônimas, os credores de dívidas vencidas e exigíveis podem ajuizar ação de execução de seus créditos, pois não são obrigados a aguardar o procedimento de liquidação para receber o que lhes é devido. A conclusão é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em recurso no qual NN Viagens e Turismo S/A (nova denominação da Varig Travel S/A) solicitava a extinção de execução porque estava em processo de liquidação extrajudicial. [REsp 1082580-SP](#)

### **[STJ - Conhecido o recurso especial, STJ pode analisar argumento não abordado na decisão de segundo grau](#)**

Um fundamento de defesa alegado nas instâncias ordinárias e não abordado em decisão de segundo grau pode ser examinado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) após o conhecimento do recurso especial. A decisão é da Segunda Seção, por maioria de votos, no julgamento de embargos de divergência, recurso que aponta contradição entre decisões da Corte. [EResp 595742-SC](#)

### **[STJ - Cláusulas abusivas, uma armadilha nos contratos](#)**

O contrato é a maneira segura de formalizar um acordo. É bom para quem oferece o serviço e para quem o contrata, pois constitui prova física que pode ser utilizada judicialmente. Nele estão descritas as obrigações de cada um e os procedimentos a serem adotados em certas situações. Mas nem tudo é perfeito. Em alguns contratos existem cláusulas que acabam dando muita dor de cabeça ao contratante. [REsp 334829-DF](#); [REsp 416298-SP](#); [EResp 141491-SC](#); [REsp 1093501-MS](#); [REsp 267758-MG](#) e [EResp 378863-SP](#).

### **[STF – STF entende não ser obrigatório convênio entre OAB-SP e Defensoria Pública paulista](#)**

A Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPE-SP) não está obrigada a celebrar convênio com a seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP) visando à prestação de assistência judiciária. Essa foi a decisão majoritária do Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) na análise de mérito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4163, ajuizada pela Procuradoria-Geral da República.

### **[STJ - Juros moratórios em caso de responsabilidade extracontratual fluem a partir do evento danoso](#)**

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) aplicou o entendimento, já consolidado na Súmula 54, de que os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual, ao julgar reclamação oferecida contra ato da Primeira Turma Julgadora Recursal dos Juizados Especiais Cíveis de Goiânia (GO). [Rcl 6111-GO](#)

### **[STJ - STJ começa a discutir se seguradora pode extinguir contrato de seguro de vida em grupo](#)**

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) começou a discutir se a seguradora pode, unilateralmente, determinar a extinção do contrato de seguro de vida em grupo, ou impor novas e prejudiciais condições para renovação, desconsiderando todo o tempo em que o segurado pagou pela cobertura. [REsp 880605-RN \(em andamento\)](#)

**STJ - Renovação de penhora on-line exige prova de mudança na situação econômica do devedor**

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) considera que, uma vez aceito o pedido de penhora *on-line* e caso tal medida não obtenha êxito, o novo pedido deve vir acompanhado com a devida justificativa, demonstrando eventual alteração econômica no patrimônio do devedor. Com base nesse entendimento, a Terceira Turma, em decisão unânime, negou recurso especial interposto por uma fundação contra decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP). [REsp 1284587-SP](#)

**STJ - Notificação extrajudicial pode ser feita por cartório de comarca diversa do domicílio do devedor**

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu que é válida a notificação extrajudicial realizada por Cartório de Registro de Títulos e Documentos de comarca diversa do domicílio do devedor. A decisão se deu no julgamento de recurso especial do Banco Finasa S/A. [REsp 1283834-BA](#)

**STJ - Menor que recebia cobranças de conta telefônica não consegue indenização por dano moral**

É impossível reconhecer dano moral na situação da pessoa que apenas recebeu cobranças que deveriam ter sido dirigidas a um homônimo, e que não foi, por isso, exposta a nenhum constrangimento. A decisão é da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que negou recurso de uma menor contra empresa de telefonia.

**STJ - Começa discussão que pode alterar jurisprudência sobre a titularidade para receber astreintes**

Quem tem o direito de executar os montantes cobrados a título de astreintes, a multa imposta para forçar o cumprimento de uma obrigação determinada judicialmente: o estado ou o credor? A questão começou a ser tratada pela Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em dois processos. O relator de ambos, ministro Luis Felipe Salomão, propôs mudança na jurisprudência sobre o tema. Ele defende a divisão da multa entre o ente estatal e o credor. O julgamento foi interrompido por pedido de vista do ministro Marco Buzzi. [REsp 949509-RS](#) e [REsp 1006473-PR](#) (em andamento)

**STF - STF julga inconstitucional atuação da OAB no lugar da defensoria pública em SC**

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou procedentes as Ações Diretas de Inconstitucionalidades (ADIs) [3892](#) e [4270](#) para declarar a inconstitucionalidade de normas do Estado de Santa Catarina que dispõem sobre a defensoria dativa e a assistência judiciária gratuita. Atualmente, o estado não possui defensoria pública e a população hipossuficiente recebe prestação jurídica gratuita por meio de advogados dativos indicados pela seccional catarinense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SC).

**STJ - Inversão do ônus da prova na apelação exige nova oportunidade à parte**

A inversão do ônus da prova é regra de instrução, devendo a decisão judicial que a determina ser proferida preferencialmente na fase de saneamento do processo ou, pelo menos, assegurando-se à parte a quem não incumbia inicialmente o encargo a reabertura de oportunidade. Com esse entendimento, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) deu provimento a recurso de Spaipa S/A Indústria Brasileira de Bebidas. [REsp 422778-SP](#)

**STJ - Suicídio e embriaguez não geram exclusão automática do direito à cobertura do seguro**

De um lado, o cidadão em busca de alguma segurança financeira, em caso de acidente; de outro, a empresa seguradora, que oferece essa possibilidade mediante o pagamento de determinada quantia. No meio disso tudo, o Judiciário, tentando compor conflitos, reprimir fraudes e dirimir controvérsias advindas dessa relação. Entre as questões mais polêmicas já examinadas pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o tema, está a discussão a respeito da perda da cobertura securitária em casos de suicídio e embriaguez ao volante. [REsp 1077342-MG](#); [EDcl no REsp 1077342-MG](#); [REsp 1188091-MG](#); [REsp 164254-SP](#); [REsp 774035-MG](#); [REsp 595551-SP](#); [REsp 1053753-RS](#); [EDcl no REsp 1053753-RS](#); [EDcl nos](#)

[EDcl no REsp 1053753-RS](#); [Ag 1414089-SC](#); [AgRg no Ag 1414089-SC](#); [Ag 1244022-RS](#) e [AgRg no Ag 1244022-RS](#)

**[STJ - Lesão em cirurgia que causou morte por infecção caracteriza acidente para efeito de seguro](#)**

A Sul América Seguros de Vida e Previdência terá de pagar a familiares de uma segurada falecida o valor de R\$ 33 mil para complementar a cobertura do seguro de vida por morte natural. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) considerou que a lesão acidental no baço da paciente durante cirurgia de redução de estômago, causadora de infecção generalizada que resultou na sua morte, deve ser considerada para fins securitários como fato acidental, não natural, importando por isso em indenização maior. [REsp 1184189-MS](#)

**[STJ - É possível indenização pelo DPVAT por acidente de trabalho na limpeza de trator](#)**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) aceitou recurso de trabalhador que sofreu amputação de uma perna e pretendia ser indenizado pelo Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre (DPVAT). O acidente aconteceu quando ele limpava um trator que, apesar de parado, estava em funcionamento. [REsp 1245817-MG](#)

**[STJ - Aplicação da sucumbência recíproca em fase de execução de sentença não viola a coisa julgada](#)**

A Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar recurso interposto pela Rio Grande Energia S/A, aplicou o entendimento da Corte no sentido de que a mera determinação de compensação dos honorários de sucumbência na fase de execução de sentença não traduz ofensa à coisa julgada, por ser questão puramente instrumental, ligada às atribuições do juiz. A Rio Grande Energia S/A recorreu de decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que entendeu que aplicar a sucumbência recíproca, em fase de execução, seria violar a coisa julgada. [REsp 1282008-RS](#)

**[STJ - Julgador não pode ignorar falta de curador para réu revel mesmo convicto do mérito da ação](#)**

Ainda que tenha convicção formada sobre o mérito da ação, o julgador não pode desconsiderar eventual irregularidade do processo de citação, mesmo se alegada após o julgamento, em embargos de declaração. A decisão é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). [REsp 1280855-SP](#)

**[STJ - Admitida reclamação sobre início dos juros de mora em indenização por dano moral](#)**

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) admitiu o processamento de reclamação contra decisão proferida pela Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Distrito Federal, por considerar existente a divergência entre o entendimento expresso na Súmula 54 do Tribunal e o acórdão contestado. [Rcl 4004-DF](#)

**[STJ - Ministra admite reclamação por constatar divergência jurisprudencial](#)**

A ministra Isabel Gallotti, do Superior Tribunal de Justiça, admitiu reclamação com pedido de liminar contra acórdão da Justiça especial estadual por constatar divergência entre a decisão proferida e o entendimento consolidado em súmula do STJ. Segundo alega o reclamante, a decisão tomada pelo Terceiro Colégio Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da comarca de São Paulo diverge da orientação definida na Súmula 362/STJ, a qual estabelece que “a correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento”. O colégio recursal considerou que a data da citação é que deveria ser o termo inicial de incidência da correção monetária. [Rcl 4455-SP](#)

**[STJ - Prazo de decadência conta do efetivo cumprimento da medida cautelar](#)**

O prazo de decadência de 30 dias previsto no artigo 806 do Código de Processo Civil (CPC), para a proposição da ação principal, conta a partir do efetivo cumprimento da medida cautelar concedida e não da mera comunicação à outra parte. A decisão foi dada de forma unânime pela Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em recurso impetrado por uma empresa de alimentos contra julgado do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC). [REsp 869712-SC](#)

**STJ - Correção monetária pelo IGP-M deve considerar índices de deflação**

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que, quando a sentença determina a aplicação do IGP-M para cálculo de correção monetária do valor devido, devem ser considerados eventuais índices de deflação que venham a ser verificados ao longo do período a ser corrigido. Com essa decisão, o STJ unifica os entendimentos até então divergentes no âmbito de suas Turmas e Seções. [REsp 1265580-RS](#)

**STJ - Atos de interventor em entidade de previdência privada podem ser contestados em mandado de segurança**

O interventor público em entidade fechada de previdência privada (EFPP) pode ter seus atos contestados via mandado de segurança. A decisão é da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em recurso especial impetrado contra ato do interventor da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capef). [REsp 262793-CE](#)

**STJ - Intimação da Defensoria Pública só se concretiza com envio dos autos**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que, a despeito da presença do defensor público na audiência de instrução e julgamento, a intimação da Defensoria Pública somente se concretiza com a entrega dos autos com vista, em homenagem ao princípio constitucional da ampla defesa.

**STJ - Ao saber da invalidez laboral, segurado tem até um ano para pedir indenização de seguro coletivo**

Beneficiário de seguro em grupo que não comunica o sinistro à seguradora e não ajuíza ação em até um ano após tomar conhecimento de sua incapacidade para o trabalho perde o direito à indenização. Nesse caso, ocorre prescrição, segundo decisão da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). [REsp 1137113-RS](#)

**STJ - Afastado excesso de R\$ 50 milhões em execução por contrato de 1989**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu excesso de R\$ 50 milhões em execução movida pela Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S/A contra a Brasil Telecom S/A (BRT), por contrato firmado em 1989. Os honorários advocatícios complementares também foram reduzidos de R\$ 10 milhões para R\$ 500 mil. [REsp 1246989-PR](#)

**STJ - Liminar suspende processos que discutem compensação de honorários nos juizados especiais do RS**

Estão suspensos todos os processos em tramitação nas turmas recursais dos juizados especiais cíveis do Rio Grande do Sul que discutem a possibilidade de compensação de honorários sucumbenciais quando uma das partes for beneficiária da Justiça gratuita. [Rcl 8210-RS](#); [Rcl 8206-RS](#); [Rcl 8212-RS](#); [Rcl 8218-RS](#); [Rcl 8220-RS](#); [Rcl 8209-RS](#); [Rcl 8213-RS](#); [Rcl 8208-RS](#) e [Rcl 8219-RS](#)

**STJ - Vício redibitório e CDC, os vários caminhos para desfazer um mau negócio**

Muitas pessoas já depararam com a seguinte situação: adquiriram um bem por meio de contrato, por exemplo, um contrato de compra e venda, e depois de algum tempo descobriram que o objeto desse contrato possuía defeito ou vício – oculto no momento da compra – que o tornou impróprio para uso ou diminuiu-lhe o valor. Casos de vícios em imóveis ou em automóveis são bastante recorrentes. [REsp 991317-MG](#); [REsp 1123004-DF](#); [REsp 1171635-MT](#); [AgRg no Resp 1171635-MT](#); [REsp 1014547-DF](#) e [REsp 738071-SC](#).

**STJ - Corte Especial julgará repetitivo sobre intimação pessoal do devedor em cumprimento de sentença**

Diferente do que foi divulgado em matéria publicada no Portal do STJ nesta segunda-feira (9), será a Corte Especial e não a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que julgará repetitivo sobre intimação pessoal do devedor em cumprimento de sentença. O recurso foi interposto por Carvalho Hosken S/A Engenharia e Construções. Devido à multiplicidade de recursos a respeito do tema, o ministro Luis Felipe Salomão, relator, resolveu submeter o julgamento à Corte Especial como recurso representativo de controvérsia. [REsp 1262933-RJ \(em andamento\)](#)



**STJ - Competência exclusiva do juízo responsável pela recuperação de empresa pode superar prazo de 180 dias**

A força atrativa do juízo responsável pelo processo de recuperação judicial de empresa supera o prazo de 180 dias previsto no artigo 6º da Lei de Falências (Lei 11.101/05) e, portanto, as ações que envolvam patrimônio da empresa em recuperação são de responsabilidade desse órgão julgador. A decisão é da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em recurso movido pelo Ministério Público Federal (MPF) contra decisão do próprio STJ em conflito de competência relatado pelo ministro Luis Felipe Salomão. [CC 116594-GO; AgRg na CC 116594-GO; EDcl no AgRg na CC 116594-GO](#).

**STJ - Curador não pode reter renda do curatelado por conta própria a título de remuneração**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve decisão que obriga um curador a ressarcir mais de R\$ 400 mil, devidamente corrigidos, ao pai. Ele reteve o valor como remuneração pelo trabalho de administrar o patrimônio do pai, diagnosticado com embriaguez patológica crônica. O filho era curador do pai, interditado.

**STJ - Juiz e tribunal estadual não podem invalidar, incidentalmente, registro vigente perante o INPI**

Ao apreciar pedido de antecipação de tutela, nem o juiz nem o tribunal estadual podem negar proteção a uma marca, patente ou desenho registrados no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), com base apenas em alegação de invalidade de registro, não declarada pela Justiça Federal. [REsp 1132449-PR](#)

**STJ - Primeira Turma revê posição sobre comprovação de tempestividade de recursos**

A Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) anulou na quinta-feira (19) decisão tomada na sessão do último dia 12 e manteve a jurisprudência segundo a qual a tempestividade do recurso tem de ser demonstrada no momento de sua interposição. Essa exigência inclui a apresentação de comprovantes de feriados, quando eles alterarem o vencimento do prazo recursal. [AgRg no Ag 1368507-SP](#)

**STJ - Quarta Turma permite contestação de valor de seguro pago 37 anos após o sinistro**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu aos beneficiários do seguro de vida devido pela morte do jornalista e compositor Antônio Maria de Araújo Moraes, ocorrida em 1964, o direito de contestar o valor da indenização, paga pela Sul América Seguros de Vida e Previdência S/A somente em 2001. [REsp 831543-RJ](#)

**STJ - Taxa de desarquivamento de autos no TJSP é inconstitucional**

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) considerou inconstitucional o artigo 1º da Portaria 6.431/03, do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), que instituiu a taxa de desarquivamento de autos findos. A decisão, por maioria de votos, deu-se na análise de uma arguição de inconstitucionalidade em recurso movido pela Associação dos Advogados de São Paulo (AASP) contra a fazenda estadual. [AI no RMS 31170-SP](#)

**STF – Gestantes de anencéfalos têm direito de interromper gravidez**

Por maioria de votos, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou procedente o pedido contido na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 54, ajuizada na Corte pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS), para declarar a inconstitucionalidade de interpretação segundo a qual a interrupção da gravidez de feto anencéfalo é conduta tipificada nos artigos 124, 126 e 128, incisos I e II, todos do Código Penal. Ficaram vencidos os ministros Ricardo Lewandowski e Cezar Peluso, que julgaram a ADPF improcedente. Votos: [Ministro Marco Aurélio](#); [Ministros Rosa Weber e Joaquim Barbosa](#); [Ministro Luiz Fux](#); [Ministra Cármen Lúcia](#); [Ministro Ricardo Lewandowski](#); [Ministro Ayres Britto](#); [Ministro Gilmar Mendes](#); [Ministro Celso de Mello](#) e [Ministro Cezar Peluso](#).

**STJ - Mantida impenhorabilidade de bem de família em usufruto da mãe do devedor**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu a impenhorabilidade de bem de família não habitado pelo devedor, mas por sua mãe em usufruto vitalício. A decisão nega

pretensão do Banco do Brasil S/A, que afirmava a penhorabilidade do bem porque o devedor não dependia de seu aluguel. [REsp 950663-SC](#)

**STJ - Liminar pode determinar troca de embalagem de produto para evitar concorrência desleal**

O sabonete Francis Protection terá que mudar de embalagem em 90 dias, para não ser confundido com o Protex. A decisão da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu a possibilidade de a tutela antecipada garantir o *trade dress* detido pela Colgate Palmolive. [REsp 1306690-SP](#)

**STJ - Sócios não conseguem anular falência de empresa decidida antes de exceção de incompetência**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou recurso dos sócios de uma empresa do Paraná que pretendiam ver anulada a decretação de falência. Eles apresentaram exceção de incompetência do juízo estadual para analisar o caso, mas o juiz acabou decretando a quebra antes de julgar a questão incidental. Para os ministros da Terceira Turma, o caso tem peculiaridades que afastam a necessidade de suspensão do processo principal durante a análise da exceção. [REsp 1162469-PR](#)

**STJ - Impenhorabilidade de bem de família é indisponível e prevalece sobre garantia contratual**

A impenhorabilidade do bem de família protege a entidade familiar e não o devedor. Por isso, é indisponível e irrenunciável, não podendo tal bem ser dado em garantia de dívida exceto conforme previsto expressamente na lei. A decisão é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). [REsp 1115265-RS](#)

**STJ - Intimação pessoal é necessária se causa é anterior à mudança no regime de cumprimento de sentença**

Quando um processo é retirado do cartório por advogado ainda não intimado para cumprimento de obrigação de fazer, isso não significa que o prazo para execução foi iniciado. Isso é válido, contudo, para aqueles sentenciados antes de junho de 2006, quando passou a vigor alteração no regime de cumprimento de sentença, dada pela Lei 11.232/05. Esse foi o entendimento da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar recurso especial envolvendo o extinto Banco do Estado do Paraná (Banestado). [REsp 1121457-PR](#) e [EAq 857758-RS](#) e [EDcl nos EAq 857758-RS](#)

**STJ - DPVAT, o seguro obrigatório que pouca gente conhece**

Criado na década de 70, o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre (DPVAT) tem a finalidade de amparar as vítimas de acidentes de trânsito em todo o território nacional, não importando de quem seja a culpa dos acidentes. O seguro é útil em vários tipos de acidente e até pedestres têm direito de usá-lo. Porém, ainda é pouco conhecido. [REsp 1245817-MG](#); [REsp 876102-DF](#); [REsp 875876-PR](#); [REsp 773072-SP](#); [REsp 1119614-RS](#); [REsp 1220068-MG](#); [REsp 1079499-RS](#); [Rcl 5272-SP](#); [CC 114690-SP](#); [REsp 1185100-MS](#); [REsp 436201-SP](#); [REsp 858056-GO](#); [RE no REsp 858056-GO](#); [REsp 1072606-GO](#) e [Aq 853835-GO](#)

**STJ - Nova lei do agravo não dispensa cópias obrigatórias em recurso interposto antes de sua vigência**

Ao recurso interposto sob a vigência da lei anterior não se aplica a alteração legislativa que transformou o agravo de instrumento em agravo nos próprios autos. A nova regra só vale para os agravos interpostos após a vigência da Lei 12.322/10, o que se deu em dezembro de 2010. [Aq 1391012-RJ](#)

**STJ - Não é possível multa diária para obrigar o réu em ação de prestação de contas**

É incabível, em ação de prestação de contas, a aplicação de multa diária contra o réu que deixa de apresentar os documentos. Para a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a lei prevê sanção específica ao réu que, obrigado pelo juiz, deixa de prestar contas: a impossibilidade de contestar as que forem apresentadas pelo autor. [REsp 1092593-PR](#)

**[STJ - Contrato que previa doação de rede de telefonia pelo consumidor à concessionária não é abusivo](#)**

Consumidores do serviço de Planta Comunitária de Telefonia (PCT) cuja regulação não previa restituição dos valores investidos para instalação da rede não têm direito à compensação pela infraestrutura fornecida. A decisão é da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). [REsp 1190242-RS](#)

**[STJ - Seguradora é responsável solidária por falha em reparo feito por oficina credenciada](#)**

Se o serviço de reparação do veículo é falho, a seguradora que indicou ou credenciou a oficina responde de forma solidária pelo prejuízo. O entendimento é da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que condenou empresa de seguros a pagar por conserto de carro que havia voltado de oficina credenciada com vários defeitos. [REsp 827833-MG](#)

**[STJ - Sucessora de empresa cindida pode ser incluída em ação indenizatória proposta antes da cisão](#)**

Empresa que incorpora o patrimônio de sociedade cindida que tinha contra si, no momento da cisão, ação fundamentada em dispositivos do Código de Defesa do Consumidor (CDC), pode ser incluída no polo passivo da ação, respondendo solidariamente pelas obrigações impostas. Assim entendeu a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em julgamento de recurso especial. [REsp 1294960-RJ](#)

**[STJ - Direito de exigir prestação de contas do mandatário transmite-se aos herdeiros do mandante](#)**

Os herdeiros do mandante podem exigir prestação de contas do mandatário constituído pelo falecido. A tese, firmada pela Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), define que o dever de prestar contas subsiste após a morte do mandante. O relator, ministro Paulo de Tarso Sanseverino, atendeu a recurso dos herdeiros, que questionavam decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). [REsp 1122589-MG](#)

**[STJ - Shell pagará indenização a posto de combustíveis por ceder contrato à Agip via ato societário simulado](#)**

A Shell Brasil S/A terá que pagar indenização convencional por ter cedido contratos relativos à operação de posto de combustíveis à Agip Distribuidora S/A. A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve decisão que reconheceu a ocorrência de negócio simulado na criação, por cisão da Shell, da empresa Lesh S/A, depois incorporada à Agip. [REsp 1187195-TO](#)

**[STJ - Empresa de refrigerantes deverá pagar indenização por danos causados em acidente de trânsito](#)**

O ministro Sidnei Beneti, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), negou recurso da empresa Coca-Cola Indústrias Ltda., condenada pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) a pagar indenização em razão de danos causados por acidente automobilístico. [AREsp 139199-RJ](#)

**[STJ - Vítima de acidente ao descarregar caminhão parado não tem direito ao seguro DPVAT](#)**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que pessoa acidentada ao cair de veículo parado não tem direito à indenização pelo seguro DPVAT. No caso, a vítima sofreu lesão na coluna quando descarregava mercadoria do caminhão, que estava parado e apenas fez parte do cenário do acidente. [REsp 1182871-MS](#)

**[STJ - Dispensada caução para pescadores levantarem indenização devida por acidente ambiental](#)**

Os pescadores que sofreram com a interrupção da pesca na baía de Antonina e adjacências, no Paraná, não estão obrigados a prestar caução para receber indenização pelo vazamento de óleo na região. A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu, em julgamento de recurso repetitivo, que o juízo da execução provisória pode dispensar contracautela, tendo em vista o estado de necessidade dos trabalhadores locais. [REsp 1145353-PR](#) e [REsp 1145358-PR](#)

### **[STJ - Suicídio não premeditado é coberto por seguro como morte acidental](#)**

O suicídio, reconhecido pela seguradora como não premeditado, é coberto como morte acidental e não natural. A decisão é da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que rejeitou entendimento da seguradora, que julgava dever indenização por morte natural. [REsp 968307-SP](#)

### **[STJ- Terceira Turma nega pedido de credora e privilegia recuperação da sociedade devedora](#)**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou pedido de empresa credora que pretendia receber de um grupo agroindustrial em recuperação judicial aproximadamente R\$ 21 milhões como pagamento de dívida. [MC 18844-SP](#), [MC 18844-SP](#), [AgRg na MC 18844-SP](#) e [AgRg na MC 18844-SP](#)

### **[STJ - Supostos hackers não conseguem obrigar retransmissora da Globo a fornecer fitas de noticiário nacional](#)**

A Sociedade Rádio Emissora Paranaense S/A (RPC), retransmissora da TV Globo, não terá que apresentar fitas de noticiário exibido pela rede nacional da emissora em julho de 2002. A ação de exibição foi tentada por dois irmãos apontados como *hackers* invasores de site da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A decisão é da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). [REsp 946851-PR](#)

### **[STJ - Embargos de declaração julgados em colegiado, com decisão de mérito, esgotam a jurisdição ordinária](#)**

O julgamento de embargos de declaração em colegiado, quando enfrenta a questão de direito decidida monocraticamente pelo relator, esgota a prestação jurisdicional e autoriza a interposição de recurso para a instância superior, ainda que os julgadores não tenham declarado que recebiam tais embargos como agravo regimental. [Ag 1341584-PR](#) e [AgRg no Ag 1341584-PR](#)

### **[STJ - Embargos infringentes são admissíveis para discutir honorários advocatícios](#)**

São cabíveis embargos infringentes quando o acórdão houver reformado, em grau de apelação e por maioria de votos, a sentença de mérito no tocante aos honorários advocatícios. O entendimento, por maioria, é da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar o recurso especial contra a Caixa Econômica Federal (CEF). [REsp 1113175-DF](#)

### **[STJ - O agronegócio e a Justiça: decisões do STJ que impactam a rotina da principal pauta de exportações do Brasil](#)**

Celeiro do mundo. O título grandioso que acompanha o Brasil desde a década de 70 passou de retórica ufanista para próspera realidade. Nos últimos 30 anos, a produção agropecuária brasileira avançou de forma extraordinária e fez do país o terceiro maior exportador agrícola das principais commodities internacionais como soja, açúcar, suco de laranja, carne de frango e de boi. Na nossa frente, apenas União Europeia e Estados Unidos. [REsp 1243386-RS](#); [AREsp 2259-GO](#); [REsp 977910-SP](#); [REsp 794376-SP](#); [REsp 442368-MT](#);

### **[STJ - Usuários do RioCard devem ser informados do saldo existente no cartão](#)**

As empresas de transporte coletivo do estado do Rio devem informar aos usuários do RioCard ou sistema equivalente os valores remanescentes creditados como vale-transporte. A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) considerou que a conduta adotada pelas empresas de transporte coletivo de omitir o saldo do cartão naquelas contas superiores a R\$ 20,00 viola o direito do consumidor à informação e é passível de responsabilização judicial. [REsp 1099634-RJ](#)

### **[STJ - Compete à Justiça do Trabalho julgar ação para ressarcimento de honorários em demanda trabalhista](#)**

A ação de indenização ajuizada por trabalhador contra ex-empregador, com o objetivo de ressarcimento dos honorários advocatícios contratuais gastos em reclamatória trabalhista, deve ser apreciada pela Justiça do Trabalho. O entendimento é da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no julgamento de recurso de ex-servidora da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais contra a instituição. A ex-servidora entrou com ação sustentando que o descumprimento de normas

trabalhistas pela Fundação Hospitalar acarretou-lhe perdas e danos, entre os quais os honorários contratuais de advogado, montante corrigido que alcança R\$ 7.505,99. Em seu voto, o relator do caso, ministro Luis Felipe Salomão, destacou que a causa de pedir e o pedido revelam que a competência não é da Justiça comum, mas sim da Justiça do Trabalho. [REsp 1087153-MG](#)

#### **STJ - Terceira Turma rejeita desistência e decide julgar recurso mesmo contra vontade das partes**

Em decisão unânime e inédita em questão de ordem, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) rejeitou pedido de desistência de um recurso especial que já estava pautado para ser julgado. Na véspera do julgamento, as partes fizeram acordo e protocolaram a desistência. A relatora, ministra Nancy Andrighi, ressaltou que o recurso especial de autoria da Google Brasil Internet Ltda. trata de questão de interesse coletivo em razão do número de usuários que utilizam os serviços da empresa, da difusão das redes sociais virtuais no Brasil e no mundo e de sua crescente utilização em atividades ilegais. Por isso, a ministra sugeriu à Turma que o julgamento fosse realizado. [QO 1308830-RS](#)

#### **STJ - Teor da matéria decidida justifica cabimento dos embargos infringentes**

As hipóteses de cabimento dos embargos infringentes, recurso previsto quando acórdão não unânime reforma, em grau de apelação, sentença de mérito, podem ser ampliadas conforme o conteúdo da matéria decidida. A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) tomou essa decisão de forma unânime em recurso interposto por instituições financeiras contra julgado do Tribunal de Justiça de Pernambuco. [REsp 1298081-PE](#)

#### **STJ - Erro material em denominação de recurso não impede análise de agravo pelo STJ**

Erro material, de mera denominação do agravo, não pode impedir a análise de admissão de um recurso especial. O entendimento é da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que considerou usurpação de sua competência a decisão do desembargador presidente da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) que impediu a subida de agravo de instrumento ao STJ por constar na petição a denominação “agravo regimental”. [Rcl 7559-SP](#)

#### **STJ - Justiça comum deve julgar cobrança de honorários contratuais em ação trabalhista**

A Justiça comum é competente para julgar a cobrança de honorários contratuais movida por advogados contra trabalhadores beneficiados numa ação trabalhista em que os profissionais atuaram, ajuizada pelo sindicato da categoria. A decisão é da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ). No entanto, a Seção decidiu que o pedido de retenção de verba nos autos da execução trabalhista para o pagamento desses honorários contratuais deve ser decidido pela Justiça do Trabalho. [CC 112748-PE](#)

#### **STJ - É válida notificação extrajudicial expedida por cartório de comarca diferente do domicílio do devedor**

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu como válida notificação extrajudicial realizada por via postal, no endereço do devedor, mesmo que o título tenha sido apresentado em cartório situado em outra comarca. A decisão do STJ foi dada em recurso repetitivo nos moldes do artigo 543-C do Código de Processo Civil e serve de orientação para os demais tribunais em processos com o mesmo tema. [REsp 1184570-MG \(Recurso Repetitivo\)](#)

#### **STJ - Quarta Turma admite uso de nome de rio por empresas concorrentes**

O uso de nome de rio com o objetivo de exploração comercial não garante exclusividade na utilização da marca, exceto se ficar evidente a concorrência desleal. A decisão é da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar recurso em que a empresa Rio Sucuri Ecoturismo Ltda. pedia exclusividade no uso do nome Sucuri. [REsp 1092676-MS](#)

#### **STJ - Sentença que reconhece nulidade parcial do valor cobrado pelo autor serve de título executivo para o réu**

A sentença em que o juízo de primeiro grau reconhece a existência da obrigação de pagar quantia certa pode prontamente ser executada com a condenação. A decisão é da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar recurso de uma concessionária de

energia elétrica que pretende receber de consumidores valores que não foram pagos em razão de fraude no medidor. [REsp 1261888-RS](#) (Recurso Repetitivo)

**STJ - Conselho da Magistratura não pode rejeitar suspeição de juiz por motivo íntimo**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) considerou ilegal a decisão do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça de Santa Catarina que rejeitou suspeição de juiz por motivo de foro íntimo, devolvendo a ele a condução do processo judicial. Os ministros também declararam a nulidade de todos os atos processuais praticados pelo juiz suspeito. [RMS 33531-SC](#)

**STJ - Proteção do bem de família pode ser afastada em caso de esvaziamento de patrimônio**

Caso ocorra esvaziamento do patrimônio do devedor em ofensa ao princípio da boa-fé, a impenhorabilidade do imóvel ocupado pela família pode ser afastada. A Terceira Turma do STJ adotou essa posição em recurso movido por sócio de uma construtora contra julgado do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ). A Turma, de forma unânime, negou o recurso do sócio. [REsp 1299580-RJ](#)

**STJ - Ação de sojicultores gaúchos contra royalties da Monsanto tem alcance nacional**

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que terá alcance nacional o resultado da ação coletiva que sindicatos rurais do Rio Grande do Sul movem contra a cobrança de *royalties* pela utilização da semente transgênica de soja *Round-up Ready*, ou “soja RR”, da multinacional Monsanto. Os valores envolvidos chegariam a R\$ 15 bilhões. [REsp 1243386-RS](#)

**STJ - Tradução de contrato para instruir ação tem que ser completa**

Quando um contrato redigido em língua estrangeira vai ser utilizado para instruir ação judicial, a parte interessada deve providenciar sua tradução completa. Esse foi o entendimento firmado pela Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao julgar recurso da companhia dinamarquesa de transporte marítimo Maersk, que apresentou tradução apenas da cláusula que lhe interessava no julgamento de uma ação contra empresa brasileira. [REsp 1227053-SP](#)

**STJ - MP não é obrigado a firmar acordo com particular em ação civil pública**

O Ministério Público (MP) não é obrigado a aceitar ou mesmo discutir proposta de acordo apresentada por réu em ação civil pública, assim como não pode forçar o particular a assinar Termo de Ajuste de Conduta. A decisão da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) mantém extinção do serviço de bate-papo telefônico Disque-Amizade. [REsp 596764-MG](#)

**STJ - Na alienação fiduciária, bem apreendido só será restituído com pagamento integral da dívida, incluindo parcelas vincendas**

No contrato de empréstimo garantido com alienação fiduciária, a posse do bem fica com o devedor, mas a propriedade é do credor, conforme determina a lei (Decreto-Lei 911/69). Se houver inadimplemento, cabe ao credor requerer a busca e apreensão do bem alienado, que será deferida liminarmente. Cinco dias após a execução da liminar, o credor passará a ser o exclusivo possuidor e proprietário do bem (propriedade e posse do bem serão consolidadas no patrimônio do credor). [REsp 1287402-PR](#)

**STJ - Quarta Turma garante parcelamento de dívida em execução, sem aplicação de multa**

O parcelamento da dívida não é um direito potestativo do devedor. Apesar disso, o artigo 745-A do Código de Processo Civil (CPC), introduzido pela Lei 11.382/06, possibilitou que, na fase de cumprimento da sentença, no prazo de 15 dias após o reconhecimento do débito, o devedor requeira o parcelamento do valor em até seis vezes mensais, contanto que faça um depósito prévio de 30% do valor da dívida. [REsp 1264272-RJ](#)

**STJ - Situação de empresa concordatária pode justificar mudança de foro eleito em contrato**

A difícil condição financeira de sociedade em concordata justifica a mudança de foro eleito em contrato, desde que não haja prejuízo para a outra parte. A decisão foi proferida pela maioria dos ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que negou provimento a recurso da Caixa Econômica Federal (CEF). [REsp 1073962-PR](#)

**STJ - Quarta Turma admite petição eletrônica com assinaturas diferentes**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) passou a admitir petição assinada eletronicamente por um advogado e fisicamente por outro, desde que ambos tenham procuração nos autos. Até então, a Turma não conhecia dos recursos nessa situação.

**STJ - Defeito em carro zero quilômetro, por si só, não causa dano moral**

A Fiat Automóveis S/A não terá de pagar indenização por danos morais a uma consumidora que adquiriu carro novo com defeito. A decisão é da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que proveu parcialmente recurso para afastar o pagamento. [REsp 1232661-MA](#)

**STJ - Juízo pode reconhecer nulidade de cláusula incluída por assembleia em plano de recuperação aprovado**

A aprovação de plano de recuperação judicial por assembleia de credores tem total autonomia, mas não pode ultrapassar condições legais. Esse foi o posicionamento da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao negar provimento a recurso especial interposto por companhias que adicionaram cláusula em plano de recuperação judicial durante assembleia, favorecendo parte dos sócios e prejudicando outros. [REsp 1314209-SP](#)

**STJ - Nulidade de atos processuais depende da efetiva demonstração de prejuízo da parte interessada**

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve decisão que considerou que a ausência de ciência às partes a respeito do local e data de realização de perícia não importa, necessariamente, em nulidade. O entendimento, por maioria, se deu no julgamento de embargos de divergência interpostos pela BMW do Brasil Ltda. [REsp 1121718-SP](#)

**STJ - Certidão de trânsito em julgado atesta apenas a ocorrência e não a data de sua consumação**

A certidão de trânsito em julgado emitida pelo STJ serve apenas para atestar a sua ocorrência e não para demonstrar a data de consumação e o início de prazos decadenciais. Com esse fundamento, a maioria dos ministros da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) extinguiu ação rescisória ajuizada pelo Banco do Brasil em razão da decadência. [AR 4374-MA](#)

**STJ - GRU preenchida à mão atende às exigências para pagamento de porte de remessa e retorno**

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ratificou o entendimento de que o preenchimento manual do campo correspondente ao número do processo na Guia de Recolhimento da União (GRU) atende às exigências formais no pagamento do porte de remessa e retorno do processo. [ERESP 1114817-MG](#)

**STJ - Defensor público não tem direito a honorários pelo exercício da curatela especial**

O defensor público não faz jus ao recebimento de honorários pelo exercício da curatela especial, por estar no exercício de suas funções institucionais, para o que já é remunerado mediante subsídio em parcela única. O entendimento é da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que negou recurso especial interposto pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo. [REsp 1201674-SP](#)

**STJ - Depósito judicial do valor executado para impugnar sentença não configura adimplemento e autoriza multa**

O depósito judicial do valor executado, com a finalidade de permitir a oposição de impugnação ao cumprimento da sentença, não caracteriza adimplemento voluntário da obrigação, autorizando a incidência da multa de 10% sobre o saldo devedor. O entendimento é da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que atendeu a recurso do credor. [REsp 1175763-RS](#)

**STJ - Arcor pode usar o nome Yahoo! em chiclete vendido na Argentina**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou recurso da Yahoo! do Brasil Internet Ltda. e manteve decisão que permitiu à Arcor do Brasil Ltda. vender na Argentina o chiclete Yahoo!, fabricado no Brasil. [REsp 1232658-SP](#)

### **STJ - Junta comercial não pode condicionar registro a exigência prevista apenas em decreto estadual**

É ilegal condicionar o registro de atos de sociedade empresária, na junta comercial, à apresentação de certidão de regularidade com a fazenda estadual. Isso porque a exigência não está prevista na Lei 8.934/94, que disciplina o registro público de tais sociedades, nem no decreto federal que a regulamentou. A exigência consta apenas de decreto estadual. [REsp 724015-PE](#)

### **STJ - Processo não deve ser suspenso em razão de expedição de carta rogatória**

O pedido para a produção de prova testemunhal mediante envio de carta rogatória não impede que o processo siga o seu curso normalmente. A decisão é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Fica a critério do juiz a suspensão do processo, caso considere a complementação de provas imprescindível. [REsp 1132818-SP](#)

### **STJ - Corte Especial aprova dez novas súmulas**

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) aprovou nesta quinta-feira (28) dez novas súmulas. Elas são o resumo de entendimento consolidado nos julgamentos da Corte. Embora não tenham efeito vinculante, servem de orientação a toda a comunidade jurídica sobre a jurisprudência firmada pelo tribunal que tem a missão constitucional de unificar a interpretação da lei federal no país.

### **STJ - Segunda Seção aprova duas novas súmulas**

Na última sessão de julgamento do primeiro semestre forense de 2012, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) aprovou duas novas súmulas, que consolidam o entendimento da Corte em matérias de direito privado.

### **STJ - STJ define em quais situações o dano moral pode ser presumido**

Diz a doutrina – e confirma a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) – que a responsabilização civil exige a existência do dano. O dever de indenizar existe na medida da extensão do dano, que deve ser certo (possível, real, aferível). Mas até que ponto a jurisprudência afasta esse requisito de certeza e admite a possibilidade de reparação do dano meramente presumido? [REsp 786239-SP](#); [Ag 1295732-SP](#); [REsp 1087487-MA](#); [REsp 299532-SP](#); [Ag 1410645-BA](#); [REsp 631204-RS](#) e [REsp 1020936-ES](#)

### **STF - Empresas de energia elétrica questionam lei que impede inscrição no Serasa/SPC**

A Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4809), no Supremo Tribunal Federal (STF), na qual pede liminar para suspender os efeitos de uma lei do Piauí que proíbe a inclusão de consumidores inadimplentes nos cadastros restritivos de crédito (Serasa, Cadin e SPC) por falta de pagamento das contas de luz. No mérito, a associação pede que o STF declare a lei inconstitucional. O ministro Celso de Mello relata a ADI. [ADI 4809-PI](#)

### **STF - Direto do Plenário: STF finaliza julgamento sobre distribuição de tempo de propaganda eleitoral**

O Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu na manhã desta sexta-feira (29) o julgamento que definiu a forma de distribuição do tempo de propaganda eleitoral entre os partidos políticos. Na sessão plenária de ontem, já havia se formado uma maioria de sete ministros que votou para garantir que legendas criadas após a eleição de 2010 possam participar do rateio de dois terços do tempo da propaganda, assim como os partidos com representação na Câmara. Esse foi o entendimento do relator da matéria, ministro Dias Toffoli, que foi seguido pelos ministros Luiz Fux, Rosa Weber, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes, Celso de Mello e Ayres Britto. Os votos foram proferidos na sessão de ontem, no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) 4430 e 4795, apresentadas por partidos políticos. [ADI 4430-DF](#) e [ADI 4795-DF](#)

### **STJ - Instaurada arbitragem, Judiciário não pode decidir nem mesmo questões cautelares**



Uma vez que o tribunal arbitral esteja formado, o Poder Judiciário se torna incompetente para julgar ação, mesmo em caráter cautelar. Esse foi o entendimento adotado pela Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao analisar processo em que uma empresa conseguiu suspensão de sociedade no juízo estatal, mesmo depois de a arbitragem estar instituída. [REsp 1297974-RJ](#)

**[STJ - Penhora não atinge bem de família que garante dívida de empresa pertencente a um dos cônjuges](#)**

O imóvel onde a família vive é impenhorável no caso de ter sido oferecido como garantia de dívida de terceiro (ainda que seja empresa com a qual a família tenha vínculo) e não como garantia de dívida da entidade familiar. Esse foi o entendimento da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no julgamento do recurso especial interposto por um casal que teve seu imóvel penhorado. [Resp 988915-SP](#)

**[STJ - Anulada redistribuição de processo para órgão que julgou outro pedido relativo ao mesmo fato](#)**

Ao examinar um processo sobre dano moral que corre na Justiça do Rio de Janeiro, a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) anulou a redistribuição da apelação para um colegiado que já havia julgado outro pedido de indenização relativo ao mesmo fato. O relator, ministro Luis Felipe Salomão, advertiu que a reunião de processos por conexão não se aplica quando um deles já foi julgado, não sendo também cabível se for tumultuar o juízo, caso venha a receber todas as demandas. [Resp 1001820-RJ](#)

**[STJ - Dívida de valor pequeno não pode provocar falência de sociedade comercial](#)**

O princípio da preservação da empresa impede que valores inexpressivos de dívida provoquem a quebra da sociedade comercial. A decretação de falência, ainda que o pedido tenha sido formulado na vigência do Decreto-Lei 7.661/45, deve observar o valor mínimo de dívida exigido pela Lei 11.101/05, que é de 40 salários mínimos. [REsp 1023172-SP](#)

**[STJ - Novo contrato de concessão legítima posse irregular e autoriza extinção de ação de reintegração](#)**

A assinatura de contrato de concessão de imóvel entre o novo proprietário e quem ocupava o espaço irregularmente, porque vencida a vigência da concessão anterior, legítima a posse, tornando extinta ação de reintegração proposta antes da alienação do terreno. Esse foi o entendimento da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao julgar recurso especial envolvendo o município de São José dos Campos (SP) e a Companhia Brasileira de Distribuição. [REsp 935031-SP](#)

**[STJ - Seguro de carro que cobre furto ou roubo não abrange apropriação indébita por empregado](#)**

No contrato de seguro de veículo que dá direito à cobertura somente em casos de roubo, furto, colisão e incêndio, a ocorrência de apropriação indébita (quando o sujeito indevidamente toma posse de um bem que não lhe pertence) não entra como risco segurado. [REsp 1177479-PR](#)

**[STJ - Complementação do DPVAT pode ser requerida a qualquer seguradora que integra o sistema](#)**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) deu provimento a recurso especial para reconhecer a legitimidade passiva da Itaú Seguros em ação indenizatória relativa ao seguro DPVAT (Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre), ajuizada por uma mulher cujo marido morreu em acidente automobilístico. [REsp 1108715-PR](#)

**[STJ - Prazo para impugnação ao cumprimento de sentença se inicia do depósito judicial, independente de intimação](#)**

O prazo de 15 dias para o devedor contestar o cumprimento de sentença conta a partir do depósito judicial do valor objeto da execução. A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reafirmou que o depósito realizado pelo próprio executado (devedor) “é prova contundente de que foi atingido o fim almejado pela norma que determina a intimação da penhora, qual seja, a ciência do devedor para, se quisesse, manifestar seu inconformismo”.

**[STJ - É abusivo seguro que limita cobertura a furto apenas qualificado](#)**

A cláusula contratual que prevê cobertura de seguro em razão de furto apenas se este for qualificado é abusiva. Conforme a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a diferenciação entre as modalidades de furto exige conhecimento técnico jurídico específico, que viola o direito do consumidor à informação. [REsp 1293006-SP](#)

#### **STJ - Regular abastecimento de água impõe fim de servidão imposta por lei**

O regular abastecimento de água pela empresa Águas Minerais de Minas Gerais S.A. – Copasa, na localidade de Estiva, no município de Conselheiro Lafaiete, em Minas Gerais, desconstituiu acordo para que moradores que ocupam prédios inferiores continuem a se utilizar de uma nascente situada em prédio superior. A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entende que a sentença que homologou o referido acordo deve ser desfeita frente à nova realidade. [REsp 1179450-MG](#)

#### **STJ - Astreintes são devidas apenas ao credor da obrigação e não podem ser divididas com o Estado**

Não há lacuna legal suficiente para destinar, mesmo parcialmente, as astreintes para o Estado e não ao credor da obrigação. Por maioria, a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) rejeitou a proposta do relator, ministro Luis Felipe Salomão, de dividir a condenação. Prevaleceu o voto do ministro Marco Buzzi, que mantém a jurisprudência do tribunal. [REsp 949509-RS](#)

#### **STJ - Alienação fiduciária: o que o STJ tem decidido sobre o tema**

A alienação fiduciária é a transferência da posse de um bem móvel ou imóvel do devedor ao credor para garantir o cumprimento de uma obrigação. Ocorre quando um comprador adquire um bem a crédito. O credor toma o próprio bem em garantia, de forma que o comprador, apesar de ficar impedido de negociar o bem com terceiros, pode dele usufruir. No Brasil, essa modalidade é comum na compra de veículos ou de imóveis. No caso de veículo, a alienação fica registrada no documento de posse deste; no de imóvel, é comum que a propriedade definitiva, atestada pela escritura, só seja transmitida após a liquidação da dívida. Em ambos os casos, o comprador fica impedido de negociar o bem antes da quitação da dívida, mas pode usufruir dele. [REsp 881270-RS](#); [REsp 930351-SP](#); [REsp 1141006-SP](#); [REsp 1014547-DF](#); [REsp 1025928-RS](#); [REsp 1093501-MS](#); [REsp 251427-PA](#); [REsp 1287402-PR](#)

#### **STJ - STJ - Juiz não é obrigado a julgar conjuntamente ações conexas**

Reconhecida a conexão entre ações, a apreciação conjunta é um ato discricionário do julgador. Esse foi o entendimento da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao julgar recurso especial interposto por uma empresa condenada a entregar bens objetos de garantia pelo descumprimento de contrato de financiamento. [REsp 1255498-CE](#)

#### **STJ - Se o teor das notas taquigráficas não coincidir com o acórdão, devem prevalecer as primeiras**

Em caso de divergência entre o voto do relator e as notas taquigráficas, essas têm primazia, uma vez que refletem a convicção da Turma, que é o juiz natural do processo. Com esse entendimento, a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por maioria, deu provimento ao recurso interposto pela Symantec Corporation e Microsoft Corporation para condenar a empresa Serrarias Campos de Palmas S/A não apenas à indenização por danos materiais, mas também à indenização por perdas e danos equivalente a dez vezes o valor de mercado de cada programa utilizado ilicitamente. [REsp 991721-PR](#)

#### **STJ – STJ vai decidir se ônus da prova pode se transformar em obrigação imposta pelo Judiciário**

Segundo o artigo 333, inciso II, do Código de Processo Civil (CPC), cabe ao réu o ônus de provar a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Mas esse ônus é um direito ou uma obrigação que pode ser imposta pelo magistrado? A questão será discutida pela Quarta Turma no julgamento de um recurso especial interposto pela Itaipu Binacional. No julgamento de medida cautelar, o ministro Ari Pargendler, presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), atribuiu efeito suspensivo ao recurso. MC 19615-PR e MC 19616-PR

### **STJ - STJ se esforça para dar aos processos duração razoável**

Problemas cartorários, excessos recursais, formalismo na conduta dos magistrados, burocracia, prolixidade das decisões. Inúmeros fatores são apontados como entraves para que os processos não sejam julgados em um tempo razoável. Mas quais medidas vêm sendo tomadas pelos magistrados para contribuir com a resposta ágil na prestação jurisdicional? Em vários julgamentos, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) profere decisões que garantem ao cidadão uma solução mais rápida às suas demandas; passo importante para assegurar uma Justiça mais efetiva. [AgREsp 1206813](#); [MC 17226](#); REsp 1306098; CC 90642; REsp 1150283; REsp 1102431; [REsp 1040404](#); REsp 1102431; MS 13728.

### **STJ – CPFL consegue suspender levantamento de mais R\$ 20 milhões**

A Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) conseguiu suspender o levantamento de mais de R\$ 20 milhões, no curso de ação judicial movida contra ela pela Invista Nylon Sul Americana LTDA. O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Ari Pargendler deferiu a medida cautelar requerida pela CPFL, atribuindo efeito suspensivo a recurso especial que será julgado pela Quarta Turma. [MC 19688-SP](#)

### **STJ – Cláusula penal deverá ser reduzida se houver parcial cumprimento do contrato**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reduziu em 50% a multa devida pela Ril Brasil Comercial e Importadora (representante oficial da marca Reebok no Brasil) a Aurélio Fernandez Miguel, atleta ganhador de duas medalhas olímpicas. As partes celebraram contrato de autorização para uso de imagem, o qual foi parcialmente descumprido pela empresa. [REsp 1212159-SP](#)

### **STJ - Vasco da Gama não consegue impedir penhora de patrocínio e cotas de transmissão de 2010 e 2011**

O Club de Regatas Vasco da Gama teve rejeitada medida cautelar que buscava suspender a penhora de rendas obtidas com patrocínio e cotas de transmissão do Campeonato Brasileiro de 2010 e 2011. O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Ari Pargendler, entendeu que o recurso especial do clube parece exigir análise de fatos e provas, razão pela qual dificilmente será conhecido. Por isso, a suspensão dos efeitos da sentença não se justifica. [MC 19694-RJ](#)

### **STJ - STJ amplia proibição de denúncia à lide em ações de indenização propostas por consumidor**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ampliou a aplicação do artigo 88 do Código de Defesa do Consumidor (CDC), que proíbe a denúncia à lide nas ações indenizatórias ajuizadas com fundamento nos artigos 12 a 17 do mesmo código. Até então, a Corte entendia que a vedação não abrangia os casos de defeito na prestação do serviço. [REsp 1165279-SP](#)

### **STJ - Imobiliária não é parte legítima para ajuizar ação de execução de aluguéis**

A administradora de imóveis não é parte legítima para ajuizar, em nome próprio, ação de execução de créditos referentes a contrato de locação. Ela é apenas representante do proprietário e não substituta processual. Esse foi o entendimento da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no julgamento de recurso especial interposto pela fiadora de um locatário. [REsp 1252620-SC](#)

### **STJ - Coisa julgada impede reforma de condenação em honorários imposta a réu que venceu o processo**

Decisão que enfrentou o mérito da ação e transitou em julgado não pode ser modificada por exceção de pré-executividade. Seguindo essa posição, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou recurso de um réu que, mesmo vencedor na ação, foi condenado a pagar, juntamente com os autores, os honorários do advogado da corrê, também vencedora. [REsp 1299287-AM](#)

### **STJ - Concessionária deve indenizar por morte de transeunte em via férrea, quando comprovada a culpa concorrente**

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reafirmou a tese de que, uma vez comprovada culpa concorrente, a concessionária de ferrovia tem o dever de indenizar pela

morte de transeunte em via férrea. O relator é o ministro Luis Felipe Salomão e o julgamento se deu pelo rito dos recursos repetitivos. [REsp 1210064-SP](#) (Recurso Repetitivo)

**STJ - É possível tutela antecipada em ação possessória fundada em posse velha**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) cassou decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) que havia considerado impossível a concessão de antecipação de tutela em ação possessória, em caso de posse velha (com prazo superior a um ano e um dia). [REsp 1194649-RJ](#)

**STJ - Cerveja Miller pode coexistir com aguardentes de marca parecida**

A colidência – semelhança ou igualdade de marcas de empresas diferentes – não ocorre se os produtos são distintos e diferentes as clientelas, ainda que pertençam ao mesmo segmento de mercado. A conclusão foi alcançada pela Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao decidir que a empresa norte-americana Miller Brewing Company, produtora da cerveja Miller, poderá continuar utilizando sua marca no país. O recurso julgado foi interposto pela Indústria Muller de Bebidas Ltda., fabricante das aguardentes Miler e Muller Franco. [Resp 1079344-RJ](#)

**STJ - Revogada antecipação de tutela em processo que discute danos em contrato com empresa multinacional**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu revogar a antecipação de tutela concedida em favor da empresa Extra Equipamentos e Exportação Ltda., que determinava a recompra, por parte da multinacional Case Brasil e Cia., de todo o estoque de peças e implementos que remanesceram em poder da Extra. A decisão foi unânime. [REsp 1230240-MT](#)

**STJ - Dinheiro pode ter preferência de penhora em execução de taxas de condomínio**

Na execução de dívida relativa a taxas condominiais, a penhora não deve necessariamente recair sobre o imóvel que deu ensejo à cobrança, na hipótese em que é viável a penhora *on-line*, sem que haja ofensa ao princípio da menor onerosidade ao executado. O entendimento é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). [REsp 1275320-PR](#)

**STJ - Prêmio milionário da Mega-Sena será dividido em Santa Catarina**

Após dois votos-vista, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu pela divisão do prêmio do concurso número 898 da Mega-Sena, sorteado em 2007. O prêmio foi ganho em um “bolão” entre o dono de uma marcenaria e um ex-empregado, e gerou uma discussão sobre o rateio do valor. A Turma acompanhou de forma unânime o voto do relator do recurso, ministro Massami Uyeda. [REsp 1202238-SC](#); [REsp 1109907-SC](#)

**STJ - Infiltração que durou mais de um ano e meio gera dano moral**

Por ser mais do que um simples dissabor do dia a dia, uma infiltração que já dura vários meses sem solução pelo vizinho de cima pode gerar indenização por dano moral. O caso ocorreu no Rio de Janeiro e a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu de forma unânime pela indenização. A Turma seguiu integralmente o voto do relator do processo, ministro Sidnei Beneti. [REsp 1313641-RJ](#)

**STJ - Preclusão não atinge impenhorabilidade de bem de família alegada só na apelação**

A arguição de impenhorabilidade do bem de família é válida mesmo que só ocorra no momento da apelação, pois, sendo matéria de ordem pública, passível de ser conhecida pelo julgador a qualquer momento até a arrematação, e se ainda não foi objeto de decisão no processo, não está sujeita à preclusão. [REsp 981532-RJ](#)

**STJ - Petição protocolada no plantão judiciário do último dia do prazo é considerada intempestiva**

O protocolo de petições e recursos deve ser efetuado dentro do horário de expediente regulado pela lei local. A tese, consolidada no Superior Tribunal de Justiça (STJ), foi ratificada pela Terceira Turma, que manteve posição da relatora, ministra Nancy Andrighi, no julgamento de um recurso do Piauí. De acordo com o entendimento, deve-se considerar intempestivo o

recurso que, embora interposto no último dia do prazo recursal, foi recebido após o expediente forense. [AREsp 96048-PI](#)

#### **STJ – Justiça gratuita não dispensa pagamento de honorários advocatícios no contrato de risco**

Os honorários advocatícios nos contratos de risco, em que o advogado só recebe se for vitorioso no processo, são devidos mesmo nas ações que tenham o benefício da assistência judiciária gratuita. A maioria da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) chegou a essa conclusão em ação movida por advogado contra seu ex-cliente. [REsp 1153163-RS](#)

#### **STJ - Administrador de centro comercial deve informar lojista sobre mudanças nas condições anunciadas**

Embora a relação entre lojistas e a administração de shopping center não seja regulada pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC), a Justiça pode reconhecer como abusiva alguma cláusula inserida no contrato de adesão relativo à locação de espaço comercial, principalmente quando se trata de cláusula que isenta os administradores de responsabilidade por danos causados ao locatário. [REsp 1259210-RJ](#)

#### **STJ - Julgamento de apelação que reexamina fatos não pode ser feito individualmente pelo relator**

Em grau de apelação, é possível o julgamento unipessoal do recurso quando a matéria, pacificada na jurisprudência, for exclusivamente de direito. Se for necessário reapreciar as provas, no entanto, o julgamento deve ser, desde o início, colegiado. A partir desse entendimento, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) anulou um julgamento do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) em que o desembargador relator decidiu individualmente sobre matéria de fato, numa ação que havia sido extinta no primeiro grau sem julgamento de mérito. [REsp 1261902-RJ](#)

#### **STJ - Negada liminar que buscava suspender leilão decorrente de desconsideração inversa da personalidade jurídica**

O ministro Antonio Carlos Ferreira, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), rejeitou pedido para suspender leilão de imóvel de uma empresa que teve a personalidade jurídica desconsiderada por conta de dívida de alimentos de um de seus sócios.

#### **STJ - STJ definirá prescrição na cobrança de valores investidos em plantas comunitárias de telefonia**

O ministro Luis Felipe Salomão decidiu afetar à Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) dois processos que discutem o prazo prescricional para a pretensão de cobrança dos valores pagos pelo consumidor a título de contribuição para a construção das chamadas Plantas Comunitárias de Telefonia. Os processos envolvem dois consumidores e a Brasil Telecom S/A. [REsp 1225166-RS](#) e [REsp 1220934-SP](#) (em andamento)

#### **STJ - Empresa tem processo extinto por não informar mudança de endereço para recebimento de intimações**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em decisão unânime, negou recurso especial interposto por Ford Leasing S/A Arrendamento Mercantil contra entendimento do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ). O tribunal estadual manteve decisão de juízo de primeira instância que extinguiu um processo da empresa sem resolução do mérito, porque ela deixou de dar andamento à ação e não manteve seu endereço atualizado para receber intimações. [REsp 1299609-RJ](#)

#### **STJ - Paga a dívida, credor tem cinco dias para pedir exclusão de nome dos cadastros de inadimplentes**

O credor deve requerer em cinco dias, contados da data do efetivo pagamento, a exclusão do nome do devedor dos serviços de proteção ao crédito, sob o risco de responder por dano moral. A decisão é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar recurso no qual um ex-devedor do Rio Grande do Sul reclamava indenização pela não retirada do seu nome, em tempo breve, da lista de inadimplentes. [REsp 1149998-RS](#)

#### **STJ - Teoria do adimplemento substancial limita o exercício de direitos do credor**

Como regra geral, se houver descumprimento de obrigação contratual, “a parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato, se não preferir exigir-lhe o cumprimento, cabendo, em qualquer dos casos, indenização por perdas e danos”, conforme dispõe o artigo 475 do Código Civil (CC). Entretanto, a doutrina e a jurisprudência têm admitido o reconhecimento do adimplemento substancial, com o fim de preservar o vínculo contratual. [REsp 1202514-RS](#); [REsp 1051270-RS](#); [REsp 1200105-AM](#); [AREsp 155885-MS](#); [REsp 761944-DF](#); [REsp 476775-MG](#); [REsp 883990-RJ](#) e [REsp 877965-SP](#)

**STJ - STJ decidirá se aceita comprovação posterior de tempestividade de recurso em razão de feriado local**

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) vai decidir se os órgãos julgadores do Tribunal passarão a admitir comprovação posterior de feriado local que altere o prazo para interposição de recurso. Até o momento, a comprovação posterior à apresentação do recurso não é permitida. Os ministros vão debater a possível mudança na jurisprudência consolidada no STJ para se alinhar ao novo entendimento adotado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). [AREsp 137141-SE](#) (em andamento)

**STJ - STJ aumenta honorários de R\$ 800 para R\$ 20 mil em ação milionária**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) aumentou de R\$ 800 para R\$ 20 mil os honorários fixados a advogados de uma ação envolvendo indenização, à época, de R\$ 894 mil – valor que, atualizado, passa de R\$ 1 milhão. O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) havia considerado o valor dos honorários adequado, porque a decisão interlocutória conseguida pelos advogados apenas impediu a desconsideração da personalidade jurídica da empresa. [REsp 1176495-RS](#)

**STJ - Luis Felipe Salomão afeta recursos à Segunda Seção para serem julgados como repetitivos**

O ministro Luis Felipe Salomão decidiu afetar à Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) cinco recursos especiais sobre temas diversos, nos termos do artigo 543-C do Código de Processo Civil (recursos representativos de controvérsia repetitiva). Assim, todos os processos que tratam da mesma questão jurídica estão suspensos no STJ, nos tribunais dos estados e nos tribunais regionais federais. [REsp 1300418-SC](#); [REsp 1243646-PR](#); [REsp 1291575-PR](#); [REsp 1175089-MG](#) e [REsp 1124552-RS](#)

**STJ - Suspensa decisão que admitiu responsabilidade de ex-proprietário por não registrar transferência do veículo**

A Súmula 132 do Superior Tribunal de Justiça (STJ) dispõe que a ausência de registro da transferência de veículo não implica a responsabilidade do antigo proprietário por dano resultante de acidente. Por isso, o ministro Villas Bôas Cueva concedeu liminar para suspender decisão da Terceira Turma do Colégio Recursal Cível e Criminal de São Paulo, que adotou entendimento contrário à súmula. [Rcl 9505-SP](#)

**STJ - Bem de família pode ser penhorado para garantir pensão alimentícia decorrente de acidente de trânsito**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) restabeleceu decisão que deferiu à mãe de vítima de acidente automobilístico a penhora de 50% do imóvel pertencente ao motorista responsável. A decisão foi unânime. [REsp 1186225-RS](#)

**STJ - Não cabe ação autônoma para reter benfeitorias em imóvel cuja posse foi perdida por sentença transitada**

Não é possível mover ação direta para retenção de benfeitorias em imóvel cuja posse foi perdida por sentença judicial. A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) considerou a medida uma “via transversa” para reverter coisa julgada. Conforme destacou a relatora, ministra Nancy Andrighi, a pretensão de retenção por benfeitorias deveria ter sido formulada na contestação do processo movido pelo proprietário para reaver o imóvel. [REsp 1278094-SP](#)

**STJ - Inércia do credor na busca de bens penhoráveis impede nova suspensão da execução**

O litígio não pode durar eternamente. Se o credor não toma medidas para que a execução tenha sucesso, pode ocorrer a prescrição. Com esse entendimento, a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) confirmou o indeferimento de novo pedido de suspensão da execução pela juíza da causa. [REsp 991507-RN](#)

**[STJ - Pai que usufrui sozinho do imóvel transferido aos filhos deve aluguéis à ex-mulher](#)**

O pai que reside em imóvel transferido aos filhos, após a separação do casal, deve pagamento de aluguéis pelo usufruto isolado do patrimônio. O entendimento é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar recurso especial do pai contra sua ex-mulher e filhos.

**[STJ - Novo ajuste entre credor e devedor sem anuência do fiador extingue a garantia](#)**

É possível a exclusão dos fiadores do polo passivo da execução, por conta de transação entre credor e devedor feita sem a anuência daqueles, quando houve, ainda, prorrogação do prazo para pagamento do débito. O entendimento é da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que seguiu integralmente o voto do relator, ministro Luis Felipe Salomão. [REsp 1013436-RS](#)

**[STJ - Princípio da singularidade não veda interposição de recurso único para impugnar mais de uma decisão](#)**

O princípio da singularidade, também denominado de unirrecorribilidade, não veda a interposição de um único recurso para impugnar mais de uma decisão. O entendimento é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que proveu recurso do Banco da Amazônia S/A (Basa). [REsp 1112599-TO](#)

**[STJ - STJ altera jurisprudência e aceita comprovação posterior de tempestividade de recurso](#)**

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) admitiu a comprovação posterior de feriado local ou suspensão de expediente forense no tribunal de origem que implique prorrogação do prazo para interposição do recurso especial. A decisão, unânime, altera a jurisprudência do STJ, que passa a acompanhar entendimento firmado em março último pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do Recurso Extraordinário 626.358. [AgRg no AREsp 137141-SE](#)

**[STJ - Poupança até 40 salários mínimos é impenhorável, mesmo que o dinheiro esteja em várias contas](#)**

A impenhorabilidade de depósito em caderneta de poupança limita-se ao valor total de 40 salários mínimos, mesmo que o dinheiro esteja depositado em mais de uma aplicação dessa natureza. Esse é o entendimento da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). [REsp 1231123-SP](#)

**[STJ - Shopping deve ressarcir dono de restaurante que ficou fechado um ano por força de liminar](#)**

O condomínio do Shopping Conjunto Nacional, em Brasília, deve indenizar o dono do restaurante Brasil Verde, situado no quarto pavimento do edifício, que permaneceu interdito por aproximadamente um ano em razão de antecipação de tutela. A decisão é da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). [REsp 1191262-DF](#)

**[STJ - Anulação de atos praticados por advogado suspenso do exercício profissional não é automática](#)**

É relativa a nulidade decorrente de atos praticados por advogado cujo exercício profissional foi suspenso pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), tornando-se obrigatória a demonstração de efetivo prejuízo causado à defesa. Com esse entendimento, a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) não acolheu o pedido de um casal para que o julgamento de apelação fosse considerado nulo devido à suspensão da inscrição do advogado subscritor na OAB. [REsp 1317835-RS](#)

**[STJ - Sem má-fé, prazo para rescisória começa no trânsito da última decisão, ainda que recurso seja intempestivo](#)**

O prazo decadencial da ação rescisória só se inicia quando não for cabível mais nenhum recurso do último pronunciamento judicial, ainda que essa decisão tenha negado seguimento a recurso pela ausência de algum dos requisitos formais, aí incluída a tempestividade. Este foi o entendimento da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao julgar recurso interposto pela fazenda nacional. A decisão considerou tempestiva uma ação rescisória que contesta imunidade fiscal concedida à Esso Brasileira de Petróleo Ltda. pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2). [REsp 740530-RJ](#)

**[STJ - Admitida reclamação sobre bloqueio de alto valor nas contas de seguradora por juizado especial](#)**

A ministra Isabel Gallotti admitiu o processamento de reclamação proposta pela HDI Seguros (sucessora da HSBC Seguros) contra decisão do Juizado Especial de Blumenau (SC), que manteve o bloqueio de R\$ 1.068.781 das suas contas bancárias. A ministra concedeu liminar para suspender os efeitos da execução, até o julgamento da reclamação pela Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ). [Rcl 8283-SC](#)

**[STJ - Advogado do falido tem direito a honorários de sucumbência em processo falimentar](#)**

O advogado que representa o falido na discussão dos créditos falimentares deve receber honorários de sucumbência caso seja vitorioso. A decisão foi dada pela Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em recurso da fabricante de calçados Cosipla S/A contra o Banco do Brasil. A Turma considerou que os honorários são devidos ao advogado da massa falida e também ao do falido. [REsp 1003359-RS](#)

**[STJ - Reconhecimento de preferência para compra leva à extinção de ação de despejo](#)**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) extinguiu ação de despejo contra o arrendatário de três glebas de terras na Fazenda Olhos do Sol, no município de Tapiraí (MG), tendo em vista a coisa julgada formada em processo no qual foi reconhecido o seu direito de preferência na aquisição dos imóveis. A decisão foi unânime. [REsp 780509-MG](#)

**[STJ - Seguro de vida em grupo e temporário não gera obrigação de renovar apólice ou ressarcir consumidor](#)**

Por maioria, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu não ser possível obrigar seguradora a renovar apólice de contrato em grupo e com prazo predeterminado para encerramento. Segundo o ministro Massami Uyeda, forçar a renovação sem considerar os aspectos atuariais do seguro levaria à inviabilização das coberturas e prejudicaria os demais segurados. [REsp 880605-RN](#)

**[STJ - Juros de mora podem ser acumulados com multa diária na execução para entrega de coisa](#)**

É legal a acumulação de juros de mora com multa diária estipulada para forçar o cumprimento de decisão judicial, a chamada astreinte. De acordo a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), essa multa pode ser determinada pelo magistrado mesmo que não haja pedido no processo. [REsp 1198880-MT](#)

**[STJ - Ganhador de carro em sorteio terá de devolver o prêmio](#)**

O ganhador de um carro em sorteio realizado por empresa distribuidora de gás terá de devolver o prêmio. Segundo o Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM), ele não agiu de boa-fé ao tentar esconder sua relação de parentesco com um empregado da empresa. A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) rejeitou recurso do sorteado e manteve integralmente a decisão do TJAM. [REsp 1014144-AM](#)

**[STJ - Transportadora que contratou veículo em mau estado de conservação responde solidariamente por acidente](#)**

Responde civilmente por culpa *in eligendo* (decorrente de má escolha) a transportadora, dona de reboque, que contrata autônomo para transporte de cargas, em rodovias movimentadas, por meio de cavalo mecânico inadequadamente conservado e conduzido pelo seu preposto. Ao permitir a circulação desse veículo, a contratante deixa de observar o dever genérico de cuidado objetivo de não lesar o próximo. O entendimento é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). [REsp 453882-MG](#)



**STJ - Não é possível determinar, em liquidação de sentença, a indenização de danos deduzidos por meras presunções**

Se o réu não deu causa à perda de provas e não é possível avaliar o montante do dano causado, a única solução é fixar a indenização no limite que pode ser calculado com grau aceitável de certeza. O entendimento é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que rejeitou arbitramento de danos materiais embasado apenas em presunções. [REsp 1280949-SP](#)

**STJ - Arrematante não deve arcar com dívidas de condomínio excluídas do edital**

Se o comprador adquiriu imóvel com garantia expressa do Poder Judiciário de que as dívidas condominiais não seriam de sua responsabilidade, ele não pode ser cobrado posteriormente por conta dessas dívidas. Para a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a injustiça dessa situação é clara e não pode ser mantida. [REsp 1299081-SP](#)

**STJ - Consumidor tem direito a reparação de falha oculta até o fim da vida útil do produto e não só durante garantia**

O prazo para o consumidor reclamar de defeito ou vício oculto de fabricação, não decorrentes do uso regular do produto, começa a contar a partir da descoberta do problema, desde que o bem ainda esteja em sua vida útil, independentemente da garantia. [REsp 984106-SC](#)

**STJ - Pedido de falência em comarca errada impõe deslocamento da recuperação de todo o grupo de empresas**

A distribuição do pedido de falência ou recuperação judicial torna o juízo prevento para outros pedidos relativos ao mesmo devedor. No entanto, de quem é a competência para julgar o pedido de recuperação de um grupo de empresas, com sedes em comarcas distintas, se já houve falência requerida contra uma delas, porém em comarca errada? [CC 116743-MG](#)

**STJ - Suspensos processos que tratam de indenização do seguro DPVAT em caso de invalidez parcial**

O ministro Antonio Carlos Ferreira, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), concedeu liminar para suspender, nas turmas recursais dos juizados especiais estaduais de todo o país, os processos nos quais se discute o pagamento de valor integral da indenização do Seguro DPVAT em caso de invalidez parcial do beneficiário. [Rcl 10093-MA](#) e [Rcl 10052-MA](#)

**STJ - Interrompido julgamento sobre honorários advocatícios em cumprimento provisório de sentença**

Três ministros da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) votaram contra a possibilidade de advogados receberem honorários de sucumbência relativos a cumprimento provisório de sentença. O ministro João Otávio de Noronha e a ministra Nancy Andrighi seguiram o voto do relator, ministro Luis Felipe Salomão, que afastou honorários arbitrados em benefício de advogados no início da execução. O julgamento foi interrompido por pedido de vista do ministro Mauro Campbell Marques, depois de relatada a matéria na sessão da última quarta-feira (17). A controvérsia diz respeito ao pagamento de honorários ao advogado que se adianta ao trânsito em julgado da decisão, na pendência de recurso desprovido de efeito suspensivo. [REsp 1291736-PR \(em andamento\)](#)

**STJ - Juízo da recuperação deve julgar ação sobre protesto de sentença trabalhista**

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu que cabe ao juízo da recuperação judicial processar e julgar ação em que a empresa em recuperação contesta protesto de título decorrente de execução de sentença trabalhista. A definição seguiu integralmente o voto do relator do conflito de competência, ministro Villas Bôas Cueva. [CC 118819-MG](#)

**STJ - Suspensos processos que discutem intimação pessoal em cobrança de multa nos juizados especiais do PR**

A Súmula 410 do Superior Tribunal de Justiça (STJ) dispõe que "a prévia intimação pessoal do devedor constitui condição necessária para a cobrança de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer". Com base na súmula, o ministro Humberto Martins admitiu reclamação interposta pela Sercomtel S/A Telecomunicações contra decisão de turma recursal

que julgou ser desnecessária a intimação pessoal para a incidência de multa diária no caso de descumprimento de obrigação. [Rcl 9221-PR](#)

**[STJ - STJ eleva de R\\$ 10 mil para R\\$ 500 mil os honorários em causa de R\\$ 22,4 milhões](#)**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) elevou de R\$ 10 mil para R\$ 500 mil o valor de honorários advocatícios a serem pagos pela Publicar do Brasil Listas Telefônicas Ltda. em caso que envolvia a execução de R\$ 22,4 milhões. Os ministros deram provimento a recurso especial da Telelistas Ltda. para aumentar a verba. [REsp 1146988-ES](#)

**[STJ - Seguradora deve indenizar dono de carro entregue a terceiros mediante extorsão](#)**

A AGF Brasil Seguros deve pagar indenização de seguro de automóvel a consumidor que entregou seu carro a terceiros mediante extorsão. A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que, nesse caso, o delito de extorsão equipara-se ao roubo coberto pelo contrato. [REsp 1106827-SP](#)

**[STJ - Valor da causa é aumentado de R\\$ 10 mil para mais de R\\$ 600 mil](#)**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve em R\$ 601,2 mil o valor da causa em que o ex-sócio majoritário de uma empresa pede remuneração mensal de R\$ 50,1 mil pelo uso de seu capital. Inicialmente, o próprio autor atribuiu à causa o valor de R\$ 10 mil. [REsp 981415-RJ](#)

**[STJ - Suspensa decisão que impôs juros e correção em dano moral a partir da publicação da sentença](#)**

O ministro Villas Bôas Cueva, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), admitiu o processamento de reclamação e deferiu pedido de liminar, para suspender a decisão de turma recursal de juizados especiais que, ao julgar caso de responsabilidade extracontratual, determinou o pagamento de juros de mora e correção monetária a partir da publicação da sentença. [Rcl 10096-CE](#)

**[STJ - Não é possível discutir abusividade de cláusulas contratuais em ação de prestação de contas](#)**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) estabeleceu que, em ação de prestação de contas, não é possível discutir o caráter abusivo de cláusulas de contrato de abertura de crédito em conta corrente. A Turma manteve decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), que negou provimento à apelação do recorrente. [REsp 1166628-PR](#)

**[STJ - Romário não consegue anular termo de confissão de dívida](#)**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por maioria de votos, manteve decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) que reconheceu a validade de um termo de confissão de dívida assinado pelo ex-jogador de futebol Romário de Souza Faria, atualmente deputado federal. A maioria dos ministros negou provimento ao recurso do ex-jogador. [REsp 1314205-RJ](#)

**[STJ - Falta de nulidade de procuração não é erro material passível de correção após o trânsito em julgado](#)**

A falta de declaração de nulidade de procuração e substabelecimento não pode ser considerada erro material na sentença, a ponto de permitir sua correção após o trânsito em julgado. O erro material passível de ser corrigido é aquele evidente, que pode ser detectado à primeira vista, sem alterar o conteúdo da decisão judicial. [REsp 1151982-ES](#)

**[STJ - As ciladas do consumo na mira da Justiça](#)**

Estudos do Ministério da Fazenda apontam que, em 2020, o país será o quinto mercado consumidor do mundo. Se as previsões estiverem certas, os brasileiros vão estar dispostos a gastar mais com moradia, lazer, educação e alimentos. Os dados informam que o consumo das famílias passará de R\$ 2,3 trilhões em 2010 para R\$ 3,5 trilhões até o final da década, um número que chama a atenção para a necessidade do consumo consciente. [REsp 684712-DF](#); [REsp 332025-MG](#); [REsp 63981-SP](#); [REsp 1181066-RS](#); [REsp 1144840-SP](#); [REsp 849442-RS](#); [REsp 921669-RS](#); [REsp 267758-MG](#); [REsp 735701-CE](#); [REsp 1149998-RS](#); [REsp 1276311-RS](#); [Rcl 4310-MA](#) e [REsp 856278-PR](#)

**[STJ - Efeitos materiais da revelia se aplicam contra a fazenda pública quando a relação é de direito privado](#)**

Os efeitos materiais da revelia não são afastados quando, mesmo citado, o município deixa de contestar o pedido do autor, sempre que não estiver em litígio contrato genuinamente administrativo, mas sim obrigação de direito privado firmada pela administração pública. O entendimento foi definido pela Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no julgamento de recurso em que o voto do relator, ministro Luis Felipe Salomão, foi seguido de forma unânime pelos demais ministros. [REsp 1084745-MG](#)

**[STJ - Decisão que converteu recuperação judicial da Vasp em falência é cassada](#)**

O ministro Massami Uyeda, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), cassou decisão da Justiça paulista que converteu a recuperação judicial da Viação Aérea São Paulo (Vasp) em falência. O ministro levou em consideração a necessidade da prevalência do princípio da preservação da empresa em detrimento dos interesses individuais de determinados credores. [REsp 1299981-SP](#)

**[STJ - Representante comercial terá de devolver adiantamentos não repassados a fornecedor inadimplente](#)**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reformou decisão da Justiça do Ceará que havia aplicado o Código de Defesa do Consumidor (CDC) na solução de conflito entre uma clínica de tratamento de câncer e uma representante comercial, distribuidora de equipamentos de radioterapia. A clínica comprou um equipamento que acabou não sendo entregue, porque a empresa estrangeira que faria o condicionamento da máquina faliu. [REsp 1173060-CE](#)

**[STJ - Seguradora e banco indenizarão ex-portador de leucemia por recusa em contratar seguro de vida](#)**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) fixou em R\$ 10 mil a indenização pelo dano moral sofrido por um jovem no momento em que teve proposta de adesão a seguro de vida recusada pela seguradora, em razão de ter declarado que fora portador de leucemia. A Companhia de Seguros Aliança do Brasil e o Banco do Brasil (BB) responderão solidariamente pelo dano. [REsp 1300116-SP](#)

**[STF - Ministro Celso de Mello divulga íntegra de voto em ADPF sobre anencefalia](#)**

Leia a íntegra do voto do ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 54, que discutiu a interrupção terapêutica de parto de fetos com anencefalia. A ação, ajuizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS), foi julgada em abril deste ano. Por maioria, o STF declarou a inconstitucionalidade de interpretação segundo a qual a interrupção da gravidez de fetos anencéfalos é conduta tipificada nos artigos 124, 126 e 128, incisos I e II, do Código Penal. [ADPF 54-DF](#)

**[STJ - Comprador de imóvel litigioso não tem legitimidade para opor embargos de terceiro](#)**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reafirmou o entendimento de que a pessoa que adquire bem litigioso não possui a qualidade de terceiro e, portanto, não tem legitimidade para opor embargos de terceiro, buscando defender tal bem em execução movida contra quem o alienou. [REsp 1227318-MT](#)

**[STJ - Prazo para Defensoria Pública recorrer começa quando processo é recebido no órgão](#)**

A contagem dos prazos para a interposição de recurso pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública tem início no dia seguinte à data do recebimento dos autos com vista no respectivo órgão, e não quando seu representante registra ciência no processo. Esse foi o entendimento da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no julgamento de recurso especial interposto contra o Banco Santander. [REsp 1278239-RJ](#)

**[STJ - Direito do devedor: a jurisprudência do STJ sobre ação de consignação em pagamento](#)**

Bancos, carnês de lojas, financeiras, cartão de crédito: as opções que o brasileiro tem atualmente no mercado para dispor de dinheiro e engrossar a lista de endividados no país é

grande. Dados do Banco Central revelam que, até setembro, quase 61 milhões de pessoas tinham operações de crédito ativas em instituições financeiras. E a expectativa do Banco Central é que os atuais clientes tomem novos financiamentos. [REsp 1132662-PI](#); [REsp 1131377-RJ](#); [REsp 444128-PR](#); [REsp 708421-RS](#); [REsp 55911-SP](#); [REsp 1020982-RS](#); [REsp 692603-RS](#) e [REsp 568552-GO](#)

**[STJ - Cursos superiores no Mercosul devem ser reconhecidos em seus próprios países para serem aceitos no Brasil](#)**

Para serem válidos no Brasil, cursos superiores e de especialização oferecidos por instituições de ensino dos países do Mercosul devem ser reconhecidos em seus próprios países. A exigência está no Decreto 5.518/05, que incorporou no ordenamento jurídico brasileiro o Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados Partes do Mercosul. [REsp 1280233-PR](#)

**[STJ - Entidades de classe não precisam pagar taxa judiciária em ações coletivas](#)**

A taxa judiciária, instituída em âmbito estadual para custeio de serviços forenses, não pode ser cobrada de entidades de classe que ajuízam ações civis públicas ou ações coletivas previstas no Código de Defesa do Consumidor (CDC). A decisão é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). [REsp 1288997-RJ](#)

**[STJ - Causa madura pode ser aplicada em matéria fática, desde que não seja preciso produzir novas provas](#)**

O tribunal pode julgar em apelação matéria de fato não decidida pela sentença, aplicando a teoria da causa madura, desde que não seja preciso produzir novas provas. A decisão é da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). [REsp 981416-SP](#)

**[STJ - Mantida decisão que dispensou testemunhas em demanda sobre honorários de corretor](#)**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou pedido de um corretor do Paraná que pretendia receber honorários devidos pela suposta intermediação da venda de um imóvel, ocorrida em 2005. [REsp 1228751-PR](#)

**[STJ - Acordo extrajudicial tem força executiva própria e dispensa homologação](#)**

“O Poder Judiciário não pode ser utilizado como mero cartório que incluirá, em documentos submetidos à sua sumária avaliação, um mero selo, que sequer pode ser chamado selo de qualidade, porque não é submetido, do ponto de vista substancial, a seu controle efetivo.” Esse entendimento da ministra Nancy Andrighi embasou decisão da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que negou homologação de acordo extrajudicial, por falta de interesse das partes. [REsp 1184267-MS](#)

**[STJ - Para Segunda Seção, tarifas em financiamento são legais desde que previstas no contrato](#)**

A fixação de tarifas administrativas em contrato de financiamento é prática legal, desde que elas sejam pactuadas em contrato e em consonância com a regulamentação do Banco Central. A decisão é da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao analisar recurso em processo no qual o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) julgou nula a cobrança de tarifas ou taxas feita por uma instituição bancária. [REsp 1270174-RS](#)

**[STJ - Rejeitada desconconsideração de personalidade jurídica de empresa extinta antes da ação de cobrança](#)**

Para o Superior Tribunal de Justiça (STJ), a desconconsideração da personalidade jurídica de empresa, para que suas obrigações atinjam os sócios, exige a prática de atos que configurem a ocorrência de confusão patrimonial ou desvio de finalidade da sociedade empresarial. Só assim é possível afastar a separação patrimonial entre sócios e sociedade. [EDcl no AgRg no Resp 762555-SC](#)

**[STJ – Goodyear é condenada a indenizar homem que ficou tetraplégico após acidente de carro](#)**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) condenou a Goodyear Brasil Produtos de Borracha Ltda. a indenizar um aposentado que ficou tetraplégico após acidente de carro

ocasionado por defeito no pneu fabricado pela empresa. A Turma, em decisão unânime, fixou pensão mensal vitalícia no valor de um salário mínimo e determinou que a fabricante constitua capital para garantir o pensionamento. [REsp 1281742-SP](#)

#### **STJ - Apelação é inepta quando deixa de demonstrar os fundamentos de fato e de direito ou de impugnar a sentença**

Não atende aos requisitos legais a apelação que deixa de demonstrar os fundamentos de fato e de direito necessários ou de impugnar os argumentos da sentença. Esse foi o entendimento da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao julgar recurso especial interposto contra o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul). [REsp 1320527-RS](#)

#### **STJ - Franquia: veja o que o STJ vem decidindo sobre o tema**

Quem nunca pensou em abrir um negócio? Muitas pessoas que querem mudar de vida e se tornar seu próprio chefe recorrem à franquia para realizar esse sonho. De acordo com um estudo feito pela Associação Brasileira de Franchising (ABF), o segmento de franquias no Brasil cresceu 16,9% em 2011, atingindo o faturamento de mais de R\$ 88 bilhões. Atualmente, representa 2,3% do PIB nacional. [REsp 632958-AL](#); [REsp 695792-PR](#); [REsp 818799-SP](#); [Rcl 1554-BA](#)

#### **STJ - Fiador responde por juros de mora desde a data de vencimento dos aluguéis não pagos**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que, no caso de inadimplemento de contrato de aluguel e execução do fiador, este é obrigado a suportar os juros de mora desde o vencimento das parcelas não pagas, e não apenas a partir de sua citação. [REsp 1264820-RS](#)

#### **STJ - TJSP torna petição eletrônica obrigatória; STJ estuda medida**

A partir desta segunda-feira (3), todas as ações destinadas às 45 varas cíveis centrais do Fórum João Mendes Júnior, do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), somente poderão ser distribuídas por peticionamento eletrônico. A medida, que é mais um passo na revolução digital por que passa o Judiciário brasileiro, torna indispensável a aquisição de certificado digital padrão ICP-Brasil pelos advogados.

#### **STJ - STJ aumenta honorários em ação rescisória, diante dos valores e circunstâncias do caso**

O ministro Luis Felipe Salomão, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), elevou honorários advocatícios, em ação rescisória, de R\$ 800 para R\$ 5 mil. O ministro entendeu que o valor fixado não era proporcional ao trabalho desenvolvido pelos advogados. O valor da causa é de R\$ 137.107,24. [AREsp 13877-RS](#) e [EDcl no AREsp 13877-RS](#)

#### **STJ - Troca de sobrenome de advogado invalida intimação**

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) anulou uma intimação por conta de erro na grafia do nome do advogado, que o impediu de apresentar impugnação no prazo devido. Com a decisão, foram anulados também todos os atos processuais praticados após a intimação invalidada. [REsp 1335625-ES](#)

#### **STJ - Juizados especiais devem observar proporcionalidade de lesão para indenizações pelo DPVAT**

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no julgamento de reclamação fundada na Resolução 12/2009 do STJ, determinou aos juizados especiais e turmas recursais de todo o país que observem a proporcionalidade da lesão e o grau de invalidez na fixação da indenização pelo seguro DPVAT. Para os ministros, as decisões que aplicam o valor máximo da indenização de forma automática contrariam matéria sumulada pelo Tribunal. [Rcl 10093-MA](#)

#### **STJ - Mesmo sem relação de consumo, Embratel deve indenizar revendedora de carros por falhas no serviço**

Ainda que uma empresa revendedora de veículos não possa ser equiparada a consumidor final de serviços de telefonia, a fornecedora deve indenizar pelas falhas ocorridas no sistema. A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) aplicou o direito à espécie para, mesmo afastando a incidência do Código de Defesa do Consumidor (CDC), manter a indenização por

danos materiais concedida a uma revendedora de veículos com fundamento no Código Civil (CC). [REsp 1195642-RJ](#)

**STJ - Prescrição de indenização por morte conta do óbito e não do acidente que o causou**

O prazo de prescrição do dano moral decorrente de falecimento de ente querido é contado da data da morte e não do acidente que a causou. Para a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), não é possível que a pretensão à indenização, nesses casos, surja antes da morte. [REsp 1318825-SE](#)

**Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**  
**Presidência de Direito Privado**  
**GAPRI - Grupo de Apoio ao Direito Privado**  
**Rua Conde de Sarzedas, 100, andar intermediário**  
**Telef. 3295-5770 - 5771 - 5779 - 5768 (fax)**  
[gapri.diretoria@tjsp.jus.br](mailto:gapri.diretoria@tjsp.jus.br)  
[gapri.pesquisa@tjsp.jus.br](mailto:gapri.pesquisa@tjsp.jus.br)